

DM

Representações Culturais e Literárias de Campanário na obra de João Luís Gonçalves

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

José Damião Gonçalves Fernandes

MESTRADO EM LITERATURA, CULTURA E DIVERSIDADE



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

setembro | 2022

Representações Culturais e Literárias de Campanário na obra de João Luís Gonçalves

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

José Damião Gonçalves Fernandes

MESTRADO EM LITERATURA, CULTURA E DIVERSIDADE

ORIENTAÇÃO

Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz

JOSÉ DAMIÃO GONÇALVES FERNANDES

**Representações Culturais e Literárias de Campanário
na obra de João Luís Gonçalves**



Mestrado em Literatura, Cultura e Diversidade

ORIENTAÇÃO

Professora Doutora Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz

Funchal

2022

Aos meus pais, avô, irmã e às queridas almas que já partiram

Os quais me coroam com a força totalizadora do amor.

Agradecimentos

Uma investigação de mestrado estende-se como uma viagem mirabolante em busca do seu rumo, onde se esmiúçam os conteúdos plurais e produções diferenciadas num rodopio intenso e incisivo. As etapas de resolução vão surgindo mediante o conflito, o olhar crítico e a recíproca solidão do investigador com a sua obra. Contagiam-se as reproduções e divisões inefáveis a que o investigador está destinado e, de modo a abster-se de lapsos, procura refinar e ilustrar as suas descobertas e achados para o olhar do outro, que nunca visualizará o seu processo de feitura. Contudo, durante este exigente processo houve quem aperfeiçoasse o meu trilho com companheirismo, com estímulo, com brinde, entre outros benévolos atos, aos quais vou estar eternamente grato.

Em primeiro lugar, devo exprimir aos meus pais que foram, já antes de iniciar a jornada, a minha fundação, pilar e ímpeto, e sempre se mantiveram firmes para me impulsionar, com grande dedicação, à concretização dos meus objetivos. A eles nem a minha vida pagaria a suma que lhes devo.

Aos meus professores. Eu diria que, em modo geral, não é certamente fácil para o aluno estabelecer relações de amizade com os seus educadores, em especial, no ambiente académico, onde os alunos são muitos e efémeros. Apesar disso, considero-me sortudo. Devo agradecer, em especial, à minha orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Moniz, que me acompanhou neste percurso com a maior prontidão, boa-vontade e interesse fecundo, garantindo-me apoio incondicional. À Professora Doutora Diana Pimentel e à Professora Doutora Celina Martins agradeço profundamente o carinho e boa disposição que me ofereceram e todos os auxílios prestados na jornada académica, bem como em lições de vida.

Um bem haja ao Gonçalo, colega e amigo excepcional, que me acompanhou durante a minha jornada.

Às senhoras funcionárias da biblioteca Municipal da Ribeira Brava, Sra. Fátima, Sra. Gorete e Sra. Ana, os meus agradecimentos por todas as ajudas.

Ao João Luís Gonçalves, o meu profundo agradecimento por toda a colaboração, pelas iniciativas propostas e pela boa-vontade. Bem haja como o meu caro, que é, sem dúvida, o atual patrono e mecenas da freguesia de Campanário.

Aos colegas, amigos e professores agradeço a diligência, a competência, a lealdade, a sinceridade, a amizade e a confiança.

Non omnis moriar [...]

- Horace, Odes, III, 30, 6

Resumo

Esta dissertação incide a sua atenção nos fenómenos identitários relativos a Campanário e às suas gentes, através da obra de João Luís Gonçalves. Procura, através do *corpus* selecionado, *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça* (2011), *Campanário: A freguesia e a sua gente* (2009) e *João do Canto* (2015), criar uma simbiose de reflexões onde se conjuga o mito, o real e a ficção em modo de compêndio. Nesta sequência, investiga através da literatura, da história, do património e da memória o imaginário e marcas da identidade cultural da freguesia do Campanário.

Palavras-chave:

Campanário; Identidade; João Luís Gonçalves; Literatura; Cultura; História

Abstract

This dissertation focuses its attention on the identity phenomena relative to Campanario and to its people, through the work of João Luís Gonçalves. It seeks, through the *corpus* selected, *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça* (2011), *Campanário: A freguesia e a sua gente* (2009) and *João do Canto* (2015), to create a symbiose of reflections that conjugate the myth, the real, and fiction in a mode of compendium. In this sequence, it investigates through literature, history, patrimony and memory, the imaginary, and traces of cultural identity in the parish of Campanario.

Keywords:

Campanário; Identity; João Luís Gonçalves; Literature; Culture; History

ÍNDICE

Introdução	8
1. João Luís Rodrigues Gonçalves – O homem e o escritor	9
1.1 Campanário: A igreja, a origem	11
1.2 Caminho Real n.º 23	17
1.3 Campanarienses ou os “Amaralos”?	18
1.4 O Calhau da Lapa, o Ilhéu e a Fajã dos Padres – Visão histórica	21
1.5 Os Castanheiros de Campanário	28
2. O Campanário na produção literária <i>A Filha de Tétis e Feiticeira da Terça</i> de João Luís Gonçalves	35
2.1 A problemática da verdade em <i>Filha de Tétis e Feiticeira da Terça</i>	42
2.2 “Mise en abyme” e a reprodução do mito	45
2.3 A teoria de um Campanário macrocéfalo e a Ulisseia	47
2.4 A questão da memória em Campanário	55
3. <i>João Do Canto</i> – Os seus embalos e prefácio	58
3.1 João do Canto – Dos fenómenos históricos à construção do protagonista de Campanário	63
Considerações Finais	71
Fontes e Bibliografia	74
Anexos	79
Anexo 1 – Entrevista a João Luís Gonçalves:	80
Anexo 2 – Entrevista a Valter Hugo Mãe:	96
Anexo 3 – Figuras e imagens (em grande escala)	101
Figura 1. Foto de capa - Campanário antigamente com vista para a igreja matriz (s.d.). .	102
Figura 2. Caminhos Reais da Madeira - Carta corográfica de 1934.	103
Figura 3. Calhau da Lapa em 1944.....	104
Figura 4. Heráldica representativa da freguesia de Campanário	105
Figura 5. Castanheiro de grande dimensão da Achada de finais do séc. XIX/inícios do séc. XX.....	106

Figura 6. Canavieira entrançada da associação desportiva do Campanário	107
Figura 7. O mapa do Mundo segundo Eratóstenes do ano 220 a.c.	108
Anexo 4 – Alfabeto Fonético Internacional.....	109

Introdução

O objetivo principal deste trabalho surge de uma interrogação circunscrita ao espaço em estudo, Campanário, na Ilha da Madeira, a sua identidade e raízes. Procura-se contestar as atitudes de ausência que, aos poucos, colocam esta terra no esquecimento, revitalizando, assim, os seus pareceres. O nosso estudo incidirá numa reflexão e debate de várias representações, ora literárias, ora culturais, onde se visa constituir uma interligação de diferentes marcas identitárias. Muitas delas, possivelmente, aludem a contextos pluridisciplinares em termos de campo científico.

Através da produção literária de João Luís Gonçalves, procura-se traçar um mapa de questões culturais, históricas, de património e de memória alusivas a Campanário, procurando tripartir este estudo, cada parte correspondendo ou ligando-se à obra que mais diretamente lhe concerne. Dividimos o nosso estudo em 3 partes, pretende-se discernir os elementos que dividem as obras: O real, o mito e a ficção. Deste modo, procura-se colocar em diálogo os vários enunciados num contexto de alteridade.

1. João Luís Rodrigues Gonçalves – O homem e o escritor

João Luís Rodrigues Gonçalves, nascido a 26 de março de 1960, é um escritor natural de Campanário, freguesia pertencente ao concelho da Ribeira Brava e, por conseguinte, à Região Autónoma da Madeira. Viveu a sua infância entre o sítio da Fajã Velha, em casa dos pais, e o sítio da Vigia, na casa dos avós maternos.

Frequentou a antiga escola primária da Porta Nova, onde atualmente existe um parque infantil dessa mesma zona. No seu restante percurso, até finalizar o décimo segundo ano, frequentou vários estabelecimentos de ensino no Funchal: Seminário de Santa Luzia e Seminário do Jasmineiro, embora frequentasse parte das aulas na Escola Industrial – 1.º e 2.º ano ciclo (atuais 5.º e 6.º), Colégio de São Pedro, 4.º ano (atual 8.º), e APEL, 12.º ano, como se poderá ver na entrevista em anexo. Este percurso decorreu, nomeadamente, de 1971 a 1977. Prosseguiu para o Seminário da Sé do Porto, de 1978 a 1980, onde concluiu o 2.º ano do curso de teologia, no Instituto de Ciências Humanas e Teológicas do Porto. Continuou o seu percurso académico enveredando pela área de Direito, tendo-se licenciando na Universidade de Lisboa, período que decorreu entre 1981 e 1986. Findo os seus estudos superiores, exerceu, no ano seguinte, funções de técnico superior na Direção Regional de Segurança Social do Funchal. Após esta atividade laboral, passou a realizar um estágio no Centro de Estudos Judiciários em Lisboa e no Tribunal Judicial de Lagos, durante três anos. A partir de 1990, inicia as suas funções de magistrado, em primeiro, na Comarca do Funchal e, desde 1992 até 2009, na comarca de Faro. Participou em várias missões atribuídas pelas Nações Unidas, partindo para Dili, Timor-Leste, em setembro de 2001, onde colaborou num curso de formação judiciária para magistrados e defensores públicos timorenses. Exerceu a função de Procurador-Mentor em Dili, a partir de 20 maio de 2002, no dia da independência de Timor-Leste e passou, ainda no mesmo ano, em setembro, a exercer funções de Procurador da República, no Departamento de Crimes Graves da Procuradoria-Geral da República de Timor-Leste, até junho de 2003. De julho de 2004 a maio de 2005, atuou como Conselheiro das Nações Unidas, investigando os massacres das milícias e dos militares indonésios praticados em 1999, no tempo em que ainda decorriam os conflitos pela independência de Timor-Leste. Desde abril de 2009 até 2011, foi Procurador da República no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, atuando, também, como Procurador substituto na Secção Regional do Tribunal de Contas da Madeira. Desempenhou, ainda, o cargo de Procurador da República no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, no Algarve, de abril de 2011 a maio de

2014. Entre maio e novembro do mesmo ano, interveio como assessor jurídico do Ministro da Justiça do Governo da República Democrática, em Timor-Leste. Atualmente, é Procurador da República na comarca de Faro, no Tribunal de Família e Menores de Faro, atividade que exerce desde 2015.

João Luís Gonçalves é conhecido como um admirador da sua freguesia, reconhecido por muitos através da sua obra. É apreciador dos valores humanos e das boas práticas morais, detentor de um senso aguçado de justiça. Como se diria em termos populares, é esclarecido como “o homem do povo”, como explicaremos adiante. A sua biografia não se limita aos versículos laborais, tendo este cidadão colaborado ativamente nos processos de resolução de conflito em Timor-Leste, na década de noventa. Resulta da sua estadia em Timor-Leste um pacto de amizade entre este país e a freguesia de Campanário. Deste encontro, advém uma relação amigável com Xanana Gusmão, ex-presidente de Timor-Leste e, também, com os detentores do prémio Nobel da Paz, atribuído em 1996, com o bispo timorense Dom Ximenes Belo, que escreve os prefácios das obras *João do Canto* e *Gente de Timor-Leste*, do mesmo autor, e José Ramos-Horta, sucessor de Xanana Gusmão. Da amizade que se compactuou entre a Timor-Leste e a freguesia de Campanário foram oferecidas, em 2003, duas bandeiras de Timor-Leste assinadas por Xanana Gusmão, em reconhecimento e louvor da missão concretizada por João Luís. Contou-se, também, em 2007, com a visita do embaixador timorense Manuel Abrantes, homem que “ficou encantado” com o Calhau da lapa (Mendes, 2013, p. 84).

O nascimento de João Luís como o escritor, deu-se, segundo nos diz, com o incentivo, proporcionado pela memória materna e pelo sentido de missão que despertara em Timor-Leste, recordando o fascínio com que a sua mãe, Margarida Gonçalves, escrevia quadras ou pequenas peças de teatro que ela mesma representava. Da sua obra, a maioria são monografias. No entanto, tem várias ficções, incluindo o romance *João do Canto*. Escreve, também, quadras populares e peças de teatro (sátiras sociais). Nas suas produções teatrais atua sob o pseudónimo Filipe Corujeira. Na sua condição de autor, uma das características mais salientes na escrita das suas obras é o emprego de compromissos ou de estratégias de concílio, de termos ou objetos de parecer antagónico, sobretudo aqueles de raízes binomiais, como verificaremos em *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça*.

Nas suas produções e colaborações literárias dedicadas à freguesia, este autor emprega o resgate das memórias, das tradições, das culturas e religiosidades, rememorando, com particular frequência, os vultos da sua geração. João Luís, embora

resgate estes fenómenos com muita abnegação, continua a ser um autor subvalorizado em relação aos seus testemunhos literários relativos à tipicidade da sua terra. Apesar do referido, as pequenas histórias que este autor nos relata, que são algumas vezes contadas por outras pessoas, oferecem uma visão panorâmica da sociedade da freguesia e várias janelas temporais. João Luís contempla, na maior parte das suas obras, a valorização das classes descuradas de um status social condigno, satirizando as hipocrisias sociais, abominando demagogos e tiranos. Na sua produção escrita procura reconstituir realidades, concedendo vida aos factos, aos imaginários e demais essências da sociedade que é Campanário. Preocupado com o registo da memória do passado e com a falta de produção e conservação de registos, manifesta-se com as suas recolhas, analisando aquilo que mais lhe apela, aquilo que considera um Campanário historicamente localizado, nunca negando a voz dos seus conterrâneos, manifestando, em unísono, as suas histórias, recordando todas as práticas, tradições, os modos de estar, ver e sentir, sem nunca esquecer as chagas experimentadas pelo seu povo, em tempos anteriores.

1.1 Campanário: A igreja, a origem

O centro da freguesia de Campanário é considerado o espaço que contém a área paroquial e a casa do povo, com uma igreja afeiçoada a São Brás, de grande dimensão, cujas proporções assumem um grau de simetria com a presença histórica da religiosidade de Campanário. No momento presente, as particularidades históricas de Campanário cedem lugar aos “novos” pontos turísticos, cada vez mais procurados pelos residentes locais e não locais, e por turistas. São eles o Calhau da Lapa e a Fajã dos Padres, essencialmente. Estes dois espaços foram, em séculos anteriores, pequenos entrepostos marítimos, também conhecidos e relatados no imaginário histórico como locais de refúgio ou de exílio. No entanto, as grutas do Calhau da Lapa serviram para muitos contextos, sendo utilizadas em primeiro, para armazenar materiais, incluindo, não só os bens que chegavam e partiam com os mercadores, como também, os materiais dos pescadores. No caso da Fajã “dos Padres”, sabe-se que foi, principalmente, um lugar adquirido e habitado pelos jesuítas, facto que explica o seu nome. Ambos os espaços apresentavam excelentes condições para estabelecer uma vida de reclusão devido às suas nascentes, terras férteis e posicionamentos mercantis, o que deu lugar, também, a muitas histórias que vivem no imaginário do povo, outras, preservadas em lendas e mitos.

Previamente à fundação da freguesia conta-se que já haveria uma comunidade organizada. Diz-nos João Luís Gonçalves, em *Campanário – A freguesia e sua gente*, que o antigo pároco de Campanário, Manuel Gonçalves Pita¹, dirigiu aos paroquianos uma carta, no dia 23 de maio de 1971, na qual revela que em 1462 já havia um curato na freguesia. Esta comunicação não vai ao encontro da informação presente no diploma de D. Pedro II, criado em 12 de fevereiro de 1698, onde consta que o curato foi criado em 1698. Segundo Gaspar Frutuoso, João Gonçalves Zarco ao explorar a costa oeste da ilha e passando, também, por Campanário, determinara edificar duas igrejas:

Chegando a um alto sobre a Câmara de Lobos, traçou ali onde se fizesse uma igreja do Espírito Santo; passando mais abaixo a umas serras muito altas, ali traçou outra igreja da Vera Cruz. E todos estes altos tomou para seus herdeiros (Frutuoso, 1998, p. 47).

A igreja do alto de Câmara de Lobos corresponde à igreja do Espírito Santo, localizada na baía de Câmara de Lobos, uma das igrejas mais antigas da Madeira, mandada construir a expensas do capitão Zarco (Silva & Meneses, 1984, p. 211). Nos nossos dias, é conhecida como a igreja de São Sebastião. Tendo em consideração as informações acima mencionadas, se se considerar que o estabelecimento de um curato nesta paróquia surgiu cento e catorze anos após o curato na freguesia de Campanário, podemos ter um indício de que Campanário ocupou um espaço centralizador nos primórdios da colonização, situando a sua sede eclesiástica na capela primitiva da Vera Cruz. O curato de Câmara de Lobos foi ordenado a 5 de novembro de 1576, através de uma carta régia de D. Sebastião que, ao mesmo tempo, se tornara patrono da dita igreja. Pudemos comprovar que a capela primitiva da Vera Cruz, que pertence atualmente à jurisdição da Quinta Grande, estabeleceu o ponto de partida da colonização de Campanário e das proximidades.

Em relação à delimitação geográfica da Vera Cruz, embora seja reivindicado, por vezes, por algum popular, que esta terra pertenceu outrora a Campanário, conseguimos comprovar que o mesmo é verdade, através do facto histórico. É muito provável, se não uma certeza histórica, que secções da Quinta Grande, destas, a Vera Cruz e as Fontainhas tenham pertencido à ordenação territorial de Campanário. O Capitão Gonçalves Zarco

¹ Pároco de Campanário de 20 de maio de 1951 a 8 de abril de 1972.

“tomando para si e para os seus herdeiros” a costa sul da Madeira despoletou, com o seu falecimento, subsequentes delimitações territoriais, à medida que os seus descendentes herdavam as terras de seus pais e as distribuíam através de contratos de sesmaria. Com a morte do segundo capitão donatário do Funchal, João Gonçalves Câmara, a 26 de março de 1501, a propriedade da Quinta do Cabo Girão ou Quinta da Vera Cruz (ambas nomenclaturas referentes à Quinta Grande) sucedera a Manel de Noronha e assim sucessivamente aos seus descendentes até ser vendida aos jesuítas (incluindo a Fajã dos Padres) e readquirida novamente aquando da sua expulsão em 1759. Em 1770 a Quinta Grande foi adquirida por João Francisco de Freitas Esmeraldo pelo valor de 140 mil cruzados, mas fragmentara-se novamente, através da aquisição de terrenos por parte de colonos e agricultores. Com o passar do século referido foi-se formando um núcleo populacional maior, onde se tornara mais difícil “socorrer espiritualmente” a população. Para tal, foi determinado pelo bispo D. Joaquim de Meneses e Ataíde, a 8 de fevereiro de 1820, estabelecer um curato, cuja sede seria a capela de Nossa Senhora dos Remédios na Quinta Grande, que se tornara dependente das paróquias de Campanário e Câmara de Lobos. Com as pretensas religiosas que se foram formando, foi ordenado um “Cura Coadjutor do Reverendo Vigário do Campanário do bairro das Fontainhas e Quinta Grande da Capela da Vera Cruz”, responsável pelos referidos sítios (Freitas, s.d.). A 24 de Julho de 1848 o curato eleva-se ao estatuto de paróquia que, por sua vez, também se torna a data de fundação da freguesia da Quinta Grande. Com o sucedido são desagregadas algumas terras de Câmara de Lobos e de Campanário para integrarem a freguesia da Quinta Grande. Porém, apesar de terem sido estabelecidas algumas diferenças e, também, a desagregação territorial, o atual pároco de Campanário, Padre Adelino Macedo Costa é também pároco da Quinta Grande, sendo responsável pelas duas paróquias, ainda que estas duas freguesias pertençam a municípios diferentes.

Um dos factos que determina a história acima mencionada entrelaça a sua relação com uma festa religiosa praticada em Campanário: A festa da Nossa Senhora do Bom Despacho, celebrada na Capela do Bom Despacho, situada no sítio da Vigia, em Campanário. Esta festa remonta a um ato de devoção iniciado, segundo se crê, no século XVII, praticado até ao momento atual. Na preparação desta celebração os fregueses de Campanário dirigem-se de madrugada às serras da Quinta Grande, nomeadamente, às Fontainhas, para recolher açucenas, iniciando depois o chamado “Cortejo das Açucenas” com as flores em cestos ou em molhos, transportadas num cortejo animado até à dita capela, onde se percorrem cerca de dez quilómetros na estrada regional. Esta festa

religiosa permanece ativa e não só demonstra como também válida a relação intrínseca, de outrora, da freguesia de Campanário com os atuais territórios da Quinta Grande. Além do mais, comprova, também, um enlace religioso de interdependência com a freguesia da Quinta Grande, aludindo à história do passado destas terras.

Em data incerta, possivelmente após a viragem do século XV, seguindo a linha geográfica que se estabelece da Vera Cruz até ao Calhau da Lapa, através do leito da ribeira que lá finda, veio a constituir-se, perpendicular a esse trajeto, o edifício que viria a ser considerado o centro da freguesia de Campanário, a igreja matriz – igreja de São Brás. Não se sabe ao certo a data de construção da igreja matriz, mas, cremos que já estaria terminada em data anterior ou aproximada a 1545-1550, intervalo de data onde se estima que o pintor maneirista Diogo de Contreiras decorou o políptico da igreja de S. Brás. Segundo João Luís:

Num decreto de 1960 sobre a atualização das paróquias, o Sr. Bispo D. David de Sousa diz que a paróquia do Campanário foi criada em 1553. Mas outros documentos apontam para a existência da paróquia muito antes daquela data, nomeadamente em 1515 (Gonçalves J. L., 2009a, p. 16).

É quase inegável que a localidade da Vera Cruz tenha sido o primeiro berço da freguesia. Considerando as circunstâncias geográficas, os primeiros povoados tenderam, por conveniência lógica, a se estabelecerem num sentido vertical, em primeiro, junto às linhas de água, providenciadas pelas ribeiras e, em seguida, junto às principais estradas que se foram criando. Não existem dúvidas de que os primeiros caminhos teriam como destino os principais focos de urbanizações, assim como o Calhau da Lapa, um importante ponto de cabotagem e de transporte e armazenamento de mercadorias. *A posteriori*, Campanário e toda a ilha viriam a usufruir dos Caminhos Reais, mandados construir pelos capitães donatários.

Um outro documento (Duque D. Manuel, 1488), uma carta redigida pelo Duque D. Manuel I (anterior ao seu reinado), datada de 11 de junho de 1488, faz encomendar a Pêro Vaz, escudeiro d’el-rei, que dê serventia a uma sua terra que tem no Campanário, pela serra. Esta carta torna-se, assim, o documento mais antigo conhecido relacionado com Campanário, contestando a premissa estabelecida por Gonçalves (Gonçalves J. L., 2009a, p. 14). É bem possível que este fidalgo seja Pêro Vaz de Caminha, embora na carta não esteja mencionado o seu último nome. Se assim for, poderá a primeira nomenclatura

do Brasil – Terra de Vera Cruz ter sido influenciada pelo escrivão de el-rei e pela sua passagem pelo Sítio da Vera Cruz, na freguesia de Campanário?

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da missa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção (Caminha, 1500, p. 5).

A Madeira pertenceu, outrora, à “Ordem de Cristo” e possui a insígnia representativa desta instituição na sua bandeira – Pela primeira vez, ergue-se na história a hipótese de Campanário ter ocupado o palco central na época dos descobrimentos e no mundo português. O capitão Pedro Álvares Cabral, que junto com Caminha achara as terras do Brasil, era um cavaleiro da Ordem de Cristo. Sendo assim, é bem possível que tenha estado na Madeira, pois existem registos que indicam que este fidalgo poderia ter feito excursões pela costa norte de África (Espínola, 2001, p. 232), ou pode ter aqui estado, inclusive, na função de navegador. Para melhor tentar corroborar esta hipótese devemos mencionar o Calhau da Lapa, que também foi considerado um dos portos mais importantes nos primeiros anos da colonização. Segundo João Luís Gonçalves, esta freguesia era:

considerada “O Celeiro da Conquista” nos primeiros anos de colonização, por abastecer as praças do Norte de África com o abundante cereal que produzia, estabeleceu contacto com o Atlântico a partir do Calhau da Lapa (Gonçalves J. L., 2009a, p. 79).

Os dados acima apresentados elevam a freguesia de Campanário como uma mais-valia, potenciada, sobretudo, pelos rendimentos agrícolas, embora subvalorizada em todos os outros aspetos. Em consequência do exposto, o núcleo histórico da freguesia tem tendência a ser direcionado para o Calhau da Lapa. No entanto, verificamos, numa instância posterior, que os núcleos populacionais oscilavam entre as igrejas e as principais estradas que se foram estabelecendo. Gostaríamos de mencionar que numa época tão fortemente assinalada pela devoção religiosa, o seu centro histórico e, com certeza, sociocultural, oscilava pelos edifícios religiosos. Esta propensão poderá ter desviado o

foco de interesse de outros fenómenos ou presenças que poderiam trazer algum contributo para a freguesia. Sabendo que o desenvolvimento de Campanário foi, essencialmente, subordinado pela influência religiosa, pelos curas, e estes, em simultâneo, permaneciam neutros em relação aos seus envolvimento na depuração dos acontecimentos, legando-os àqueles que eram por eles influenciados, compreendemos que a implicação destes eclesiásticos poderá ter conduzido a uma manipulação, ou até, a uma apropriação da ação cultural. A religiosidade precoce que se estabeleceu na freguesia marca o princípio doutrinário e político, perpetrado pelos padres, facto histórico que tão pouca informação tem a seu respeito. Perante estas constatações, a abordagem de outros assuntos, que poderiam conferir um enorme potencial cultural e patrimonial, fica comprometida pela sua fragilidade histórica.

Delibera-se que a freguesia de Campanário terá sido fundada a 15 de maio de 1515, coincidindo no mesmo ano de constituição da sua paróquia. Contudo, discordando desta informação, outros estudos apontam para que a paróquia de Campanário já estivesse constituída em 1508 (Pestana, 2014, p. 63). De igual modo incerta é a data assinalada da fundação da freguesia que, por sua vez, foi deliberada em função da descoberta do mais antigo documento relacionado com Campanário (Gonçalves J. L., 2009a, pp. 14-16). Contudo, este documento não terá sido o mais antigo. Ergue-se a hipótese de que a freguesia já existia antes da carta do Duque D. Manuel I, onde refere “Campanayro”, embora não se consiga, de momento, uma data exata da sua fundação. Esteve integrada no concelho do Funchal até 1835, trespassando para Câmara de Lobos até 1914. Desagregou-se, e passou a integrar a Ribeira Brava, que fora decretada como concelho a 6 de maio de 1914 (Lei no 154 de 6 de maio do Ministério do Interior, Criação do concelho da Ribeira Brava. , 1914). Esta freguesia, segundo consta Luís Gonçalves, através do *Elucidário Madeirense*, foi assim denominada pelos seus achadores ao observarem, quando dobraram o Cabo Girão, um ilhéu com duas pernas e uma formação rochosa muito alta no seu centro, cuja similitude apela ao formato da torre dos sinos, o dito campanário. Esta estrutura assume neste estudo proporções centrais, e inclusive, míticas. Este pequeno ilhéu situa-se junto ao Calhau da Lapa e é facilmente observado a partir da costa oeste de Campanário.

Desde os primórdios da sua colonização até aos finais do estatuto da colônia, a freguesia de Campanário foi uma terra cuja principal atividade praticada era a agricultura de subsistência. No momento atual, muitos dos antigos terrenos agrícolas encontram-se abandonados. Da mesma forma, deixou-se de praticar a agricultura de subsistência, salvo

algum caso latente, tornando-se uma prática comum para fins auxiliares. No entanto, a freguesia de Campanário é composta por gentes (de complexidades) humildes, que na sua maioria se dedicam ao cultivo das terras, sobretudo as gerações mais velhas. Para sermos mais exatos, é necessário referir que a transição do modo de praticar a agricultura foi muito subtil, salvo a modernização das ferramentas de que dispunham. É certo que existem muitas terras em desuso ou em situação de abandono. Podemos afirmar, em primeira instância, que se trata de uma das consequências da divisão das terras, a pós-colônia. Não só a agricultura passou a ser uma função secundária, como também as terras passaram a ser devidamente distribuídas e herdadas, como era suposto. Todo o desenvolvimento e os fenómenos migratórios que surgiram adiante foram, deveras, impactantes para esse contributo. Com um olhar sobre a atualidade, verificamos que surgiram com estes fenómenos, sucessivas crises de heranças e expatriamentos, subsequentemente, problemáticas relativas à ordenação territorial, o que fez embargar potenciais contributos e empreendimentos nesta terra. Esta ocorrência criou pretexto para que esta freguesia fosse por vezes apelidada de “terra de ninguém”, tanto por populares, como por visitantes.

Campanário possui desde sempre uma terra muito fértil. Esta estende-se de norte a sul, do pico da montanha da Trompica, no cume do Lugar da Serra, até à altura-maré da praia do Calhau da Lapa e da Fajã dos Padres, limitando-se, lateralmente, de este para oeste, do Caminho da Vera Cruz até ao Caminho da Pedra, contendo ainda, neste trajeto, uma secção fragmentada do Caminho Real n.º 23 (Associação do Caminho Real da Madeira, 2016, pp. 18-20), rede viária centenária, considerada património, imprescindível para o domínio público antes do surgimento de redes de estradas e da chegada automóvel.

1.2 Caminho Real n.º 23

As Estradas Reais ou Caminhos Reais mandados construir pelos capitães donatários, foram os primeiros acessos viários, feitos do nada e distribuíram-se por toda a ilha. Numerados do número 23 a 28, destes 6 caminhos, apenas a Estrada Real n.º 23 circundava a ilha, num total de 181,1 km. Quanto às restantes estradas, algumas faziam ligação das regiões a norte até ao Funchal. Outras ligavam as regiões nortenhas à Ribeira

Brava e à Ponta do Sol. Estas ligações, em alguns casos, pouco ou nada facilitavam os trajetos, em derivação da verticalidade das terras ao longo da ilha.

O Caminho Real n.º 23 [[Anexo 3, figura 2](#)] foi traçado em torno da ilha da Madeira. Na freguesia, incorpora o segmento que compromete Campanário nas direções cardinais de este e oeste e fazem parte da memória coletiva da Madeira. Um dos muitos fenómenos de desenvolvimento que sucederam na ilha nos últimos quartéis, algo que pertence, relativamente, ao conhecimento geral dos madeirenses, é o desenvolvimento de estradas na Madeira, que, por sua vez, esteve sempre muito atrasado, não sendo exagero dizer-se que até 1922 (Silva & Meneses, 1984, p. 27) a viação encontrava-se no mesmo estado que estava no tempo dos donatários. Todavia, em tempos anteriores a oferta que traziam as Estradas Reais, era, além da capacidade de transitar, o seu efeito centralizador. As freguesias por onde estas estradas passavam foram sempre alvo de atenção. Centravam-se, assim, junto às estradas, os comércios, servindo, também, como ponto de apoio para os viajantes locais e estrangeiros.

1.3 Campanarienses ou os “Amaralos”?

Embora não esteja referida na obra de João Luís Gonçalves, uma das questões mais prementes em termos de identidade cultural remete para a aplicação da linguagem oral. Um desses fenómenos está associado aos aspetos de naturalidade, mais concretamente, à caracterização onomástica das pessoas que vivem em Campanário, processo alusivo à flexão do topónimo referente à freguesia.

Considera-se gentílico “o nome ou o adjetivo que estabelece, regra geral, uma relação com o coletivo que habita numa localidade” (Proença, 2019, p. 1). Apesar do referido, são utilizadas com frequência as alcunhas coletivas, entendidas como “todo o estereótipo atribuído a uma comunidade associada a um lugar, um nome alternativo e informal que é, tradicionalmente, dado aos habitantes das comunidades vizinhas.” (Proença, 2019, p. 1). Uma das práticas mais comuns, além do contexto de toponímia, é a identificação das famílias através de alcunha, em deferência do sobrenome. No contexto social e, inclusive, nas obras em estudo, as alcunhas são utilizadas com frequência para referenciar pessoas, famílias, entidades e sítios.

Em Campanário, a utilização de um gentílico ou adjetivo pátrio é uma prática não instituída. O modo de utilização que mais se aproxima à regra padrão, ou seja, a aplicação dita “mais” correta, pressupõe um processo morfológico de junção do topónimo em questão com o sufixo -ense (Campanário + -ense = campanariense). No entanto, a disponibilidade de mecanismos morfológicos e a ausência de uma normalização lexicológica cria, no mesmo contexto, várias alternativas, tais como: “campanareense” e “campanaireense”. A título de exemplo, o topónimo “Açores” possui três gntílicos diferentes: Açoreense, Açorenho, Açoriano. Contudo, apenas o gentílico “açoriano” é realmente utilizado para Açores. Não havendo em Campanário um gentílico instituído, não se verifica a sua utilização em instância alguma. Através da perspectiva de Proença, compreendemos que na Madeira os gntílicos podem ser criados de forma espontânea, sendo muitos deles do “sabor popular”. Podem ser afetuosos, bem-humorados ou depreciativos, dependendo da função que se emprega. Este autor adita-nos o seguinte: “(...) na expressão oral, corrente e informal, tende-se a usar um gentílico de feição popular, quando existe; na linguagem culta, formal, escrita ou oral, empregar-se-á o gentílico de formação erudita ou oficializado.” (Proença, 2019, p. 6). Na vida societal madeirense, em determinados casos, como em Campanário, existe uma tentativa de não utilização do gentílico, pois corresponderá, quase sempre, a uma prática confusa, sem certezas quanto à sua utilização correta. Para melhor corroborar esta abordagem, o que se verifica é a utilização de táticas orais por qualquer pessoa ou entidade, sobretudo por jornalistas que, no caso patente, em vez de utilizarem o gentílico, referem os campanarienses como “as pessoas de Campanário”, “as gentes de Campanário” ou os “naturais de Campanário”. Este gentílico, embora não se verifique estar instituído, se é evocado, é uma prática hesitante, um paradoxo toponomástico.

Nos primórdios da colonização da Madeira os principais ajuntamentos populacionais circundavam a ilha nas zonas costeiras. Por conseguinte, em função da ação colonizadora e por motivos vários, os aglomerados populacionais foram-se estendendo por toda a ilha, inclusive nas regiões mais afastadas da costa, o que levou a que muitas vezes sofressem processos de isolamento. Em consequência deste fenómeno, traçaram-se alterações culturais e sociolinguísticas notáveis. Um dos exemplos mais comuns é a criação de vários regionalismos e a difusão de sotaques ou modos de falar que mais se notavam em tempos anteriores, por vezes com alguma variação, inclusive, nas freguesias.

Pouquíssimas pessoas das gerações mais idosas mencionam que os naturais de Campanário eram identificados pelos habitantes vizinhos como os “amaralos”. Tratava-

se de uma alcunha coletiva, provavelmente relacionada com alguma característica respeitante aos naturais de Campanário. Segundo nos dizem alguns populares, a origem deste termo está ligada, de forma intrínseca, aos naturais do sítio da Pedra de Campanário, em referência a uma casa amarela que lá havia, junto à antiga mercearia, atualmente, o bar “The Good View Bar”. Dizem-nos que a alcunha surgiu em referência à indicação dos passageiros quando comunicavam ao condutor para efetuar a paragem do autocarro junto “à casa amarala”. Procurando observar de outro modo, não se verificam existir quaisquer informações, registos ou memórias orais em relação à origem do termo. Somente sobram alguns lapsos de linguagem que por vezes se escutam no dia a dia. Em vista à preservação deste fenómeno, estreamos esta menção com o intuito de salvaguardar esta componente da memória local, de forma a não se perder tal registo, para que se criem mecanismos e ferramentas que permitam o incentivo de novos estudos. Através da nossa análise, deduzimos que a regra linguística que dá significado à nomenclatura “amaralo” consiste, em quase todos os casos, na troca do fonema da segunda sílaba das palavras que possuam a vogal tónica /ɛ/ pela vogal /a/. A tom de exemplo: martelo seria “martálo”, panela seria “panálo”, em vez de café, diriam “cafá”, entre outros. Apesar do referido, estes lapsos de linguagem não são exclusivos dos naturais do Caminho da Pedra, já que são ainda praticados um pouco por todo o Campanário. Revelam-se com maior incidência nas gerações mais velhas. Observa-se, ainda, que algumas pessoas possuem outras características similares no seu modo de falar: em vez de dizer olha, diriam “álha”, assim como, orvalho seria “arvalho”, embora haja quem pronuncie o “r” como em “carro”, “arr’valho”, (o que poderá indicar, também, alguma outra condição fonética que implique a alteração do fonema /r/ por /R/), organizado seria “arganizado”, ou seja, haveria a substituição do fonema /ɔ/ por /a/ na primeira sílaba das palavras começadas pela vogal -o. Podemos consultar o Alfabeto Fonético Internacional, em anexo, para conferir o disposto. Estas características linguísticas, das quais ainda existem resquícios, são praticamente inexistentes enquanto conhecimento popular, desconhecendo-se a memória da sua origem ou modos da sua utilização. Os poucos octogenários ou nonagenários de Campanário que ainda possuem lucidez para falar das suas memórias mencionam, de modo involuntário, algumas singularidades destes fenómenos linguísticos. Contudo, são facilmente inadvertidos quanto à sua relevância.

Muitos dos idosos de Campanário, na sua maioria agricultores, viveram a infância descalços, numa época atormentada pela pobreza e pelo analfabetismo. Eram vítimas da sua simplicidade, que muitas vezes, de modo inevitável, tinham de se resignar à sua

identidade de “vilão”. Em função da forçosa manutenção de papéis sociais, evidencia-se uma predisposição de renúncia dos próprios conhecimentos e saberes, compactuando no povoado uma humildade muito *sui generis*. Deste modo, quem se elevasse além do seu contexto humilde seria renegado por outrem e achar-se-ia, de um certo modo, ostracizado pelo grupo ao qual pertencia. Estas práticas, quase feudais, eram motivadas pelos desequilíbrios sociais oriundos de épocas anteriores, como poderemos verificar na escrita de *João do Canto*. Outras vezes, verificam-se alienações perpetradas num contexto de vergonha, originadas por complexos de inferioridade (vilão *versus* doutor)². Esta é uma característica social típica das gerações mais velhas de Campanário que vivenciaram tais realidades que sucederam durante e após o tempo da colônia.

1.4 O Calhau da Lapa, o Ilhéu e a Fajã dos Padres – Visão histórica

Antes de analisarmos o Calhau da Lapa [[Anexo 3, figura 3](#)], é necessário entender o enlace histórico que proporcionou a constituição de tal espaço, a sua origem. Segundo Santos & Matos:

Apesar da densíssima vegetação florestal que cobria o solo madeirense e do acidentado das suas encostas, os primeiros povoadores procederam sem demora à exploração da costa. Segundo relatos coevos efectuaram-se desembarques nos pontos de mais fácil acesso, que prepararam o início do movimento colonizador (Santos & Matos, 2013, p. 18).

É certo que este modo de ação é resultante de questões de matriz geográficas, cujos relatos vêm a propósito para permitirem compreender a orientação geográfica que sucedeu e subsequentes. Apesar disso, nunca existiu nenhum porto assinalado em Campanário. A conjectura mais aceitável é que este local surgiu para efeitos de mobilidade. Numa primeira fase, como um pequeno desembarcadouro de colonos, escravos e matérias e, numa viragem, a tempo breve, vem a tornar-se um cordão umbilical da freguesia,

² À semelhança de um contexto de “bullying” era vivenciado no contexto social um sistema oficioso de castas, tendo como base o papel social, a família de origem, o grau de riqueza, o contexto de honra, entre outras premissas de influência. Aqueles que possuíam um grau de superioridade coagiam sobre outros inferiores a eles contextos de vergonha, de modo a assegurar a sua superioridade hegemónica.

estabelecendo-se, *a posteriori*, como um ponto de cabotagem. Através de Santos & Matos, entendemos o seguinte:

A segunda fase de povoamento estende-se de 1450 a 1550 e representa um período de desenvolvimento demográfico, agrícola, artesanal e mercantil. (...) De facto, o arquipélago distingue-se desde os primeiros anos por uma agricultura rica e complexa, sem o regime de monocultura e fortemente virada para a exportação (Santos & Matos, 2013, p. 20).

É nesta fase que o Calhau da Lapa vigora, enquanto espaço de grande exportação e, dessa forma, vai ser concebido o mediatismo do qual é reconhecido nos dias de hoje, espelhando também, um senso de impacto em termos do seu efeito de centralidade, devido à capacidade de comércio marítimo que lá fora criada. Apesar do referido, o período de estagnação que ocorre na Madeira nos finais do século XVI virará as atenções para a igreja matriz e áreas circundantes que, até ao momento atual, continuam a ser consideradas o centro da freguesia.

Reconhecido como património histórico e cultural da freguesia, o Calhau da Lapa é, essencialmente, uma fajã constituída de um porto, cuja serventia se proporcionava através de um ponto de cabotagem, assim como de um desembarcadouro para pescadores e mercadores. Este local conseguiu muito cedo a sua relevância, através das exportações do abundante trigo e centeio que era produzido na freguesia para abastecer toda a ilha e as praças norte-africanas. É considerado, também, o berço da freguesia, embora o consideremos como um segundo berço, se levamos em apreço que a antiga igreja da Vera Cruz pertenceu, outrora, a Campanário e estabeleceu o ponto de partida da colonização desta terra. O Calhau foi onde se exponenciou a intensidade do ritmo colonizador, condicionando as oscilações dos núcleos populacionais e favorecendo a criação de dinâmicas de desenvolvimento económico.

A pesca apeada e a pesca embarcada eram práticas habituais no Calhau da Lapa, e ainda há quem pratique, mas em menor número. Os residentes das áreas próximas eram denominados os “lapeiros”, a sua alcunha coletiva. Um dos fenómenos característicos, embora não propriamente exclusivo de Campanário, era a utilização do sistema de contagem do dinheiro à “maneira do barqueiro”, através de traços e círculos (Gonçalves J. L., 2009a, p. 90), utilizado com frequência pelos pescadores, assim como pelos

merceeiros, entre outros. Este método era empregue pelas pessoas analfabetas, para poderem fazer os seus cálculos.

Até meados do século XX, quando começam a surgir os automóveis e as estradas, este local era um dos principais centros de vida da freguesia, um ponto estratégico. Por esse facto, há quem considere que em alguma instância, o Calhau da Lapa tenha sido o centro da freguesia. Todavia, com o desenvolvimento das redes viárias, este local sofreu um processo de desertificação, ressurgindo, mais tarde, na década de noventa. O Calhau da Lapa situa-se na encosta sul da freguesia, seguindo o leito da ribeira que separa a igreja da Vera Cruz e a igreja matriz, contendo um acesso pedonal, constituído por veredas seculares, com solo de pedra calcetada, que se estende, em paralelo, à mesma linha de água, terminando logo após a cascata que lá finda. Já houve outros trajetos pedonais em direção ao Calhau, mas neste momento, encontram-se inviáveis. Por outro lado, seguindo a orla marítima, este espaço encontra-se entre o ilhéu de Campanário e a Fajã dos Padres.

Na atualidade, são poucos os barcos que atracam no cais do Calhau. Este espaço contém cerca de quarenta grutas, que, noutros tempos, serviram para armazenar mercadorias ou materiais de pesca, e outras vezes, serviram de guarita ou habitação temporária. Discute-se que nos tempos da colonização, no Calhau da Lapa, assim como em zonas do interior da ilha, refugiavam-se escravos fugitivos e que, aliás, numerosas furnas que existem pela Madeira foram constructos destes mesmos escravos, para se refugiarem dos seus senhores e da sociedade de cativo. Relata Vieira que “As serras da Madeira, dizia-se, estavam polvilhadas destes fugitivos que assaltavam, com frequência os caminhantes” (Vieira, 1996, p. 52). Alguns dos vestígios ligados aos escravos fugitivos surgem em contextos de toponímia. No caso de Campanário temos a localidade conhecida como Ribeira da Mulata. É improvável que o Calhau tenha servido de refúgio para escravos, ao contrário do que é costume se dizer. Concordamos, assim, com a premissa elaborada por Viera, que equaciona a memória insular do escravo fugitivo na sua ligação com as montanhas e as serras. Segundo este autor “As montanhas (...) recordam-nos os recantos de refúgio dos que nunca aceitaram viver sob a condição de escravo”. (Vieira, 1996, p. 2) A referida Ribeira da Mulata situa-se nas zonas altas de Campanário, atravessando o Lugar da Serra e os Terreiros.

Neste momento, o espaço do Calhau possui várias edificações com finalidades recreativas. Este local é, no verão, um espaço de lazer e de repouso. Conta com um espaço de alojamento, providenciado pela Associação Desportiva de Campanário (doravante ADC), um pequeno bar/restaurante particular, casas de banho, vários chuveiros e um

espaço de churrasco, de acesso livre. Existem ainda casas particulares e algumas das grutas estão devidamente mobiladas, à semelhança de pequenos hotéis, para efeitos de aluguer. Este local, *ex-libris* da freguesia, apesar da sua vigorosa expressão histórica e cultural carece, de igual modo, de um estatuto de património, em especial, naquilo que respeita à sua salvaguarda, para garantir a sua continuidade e preservação. Um dos constrangimentos que assola os locais é a incapacidade de promover um regime de proteção deste espaço, pois não existe, por exemplo, um critério arquitetónico, o que permite a alienação das grutas, atividade que já vai acontecendo. As várias desconsiderações que vão sendo perpetradas colocam em causa, numa ótica histórico-cultural, a autenticidade e a integridade dos bens culturais, bem como dos bens naturais deste mesmo espaço. É um local cada vez mais, vincadamente, turístico, que, aos poucos, tende a perder a sua identidade.

Segundo menciona João Luís, a ADC, no ano do segundo milénio criou um grupo denominado os Amigos do Calhau da Lapa, “com o intuito de preservar o que ainda resta deste património edificado pelos antepassados do Campanário” (Gonçalves J. L., 2009a, p. 80). Este grupo, desde o ano 2000 dedicou-se à gestão do espaço do Calhau, promovendo atividades várias, ações de limpezas e conseguindo parcerias para efetuar requalificações do espaço. Apesar dos muitos contributos, sabe-se que esta equipa lida com inúmeros impasses formais, que se devem, parcialmente, à falta de documentação legal relativa ao espaço. No entanto, segundo afirma Marisa Mendes, o grupo mantém-se ativo, promovendo, com otimismo, o espaço do Calhau da Lapa. “Graças à Associação Desportiva do Campanário, e aos Amigos do Calhau da Lapa, o espírito do Calhau, foi, também, reativado” (Mendes, 2013, p. 7).

Discutindo acerca do impacto histórico do Calhau, o acesso terrestre deste mesmo espaço implica uma caminhada num acesso difícil, de íngreme escarpamento. Só com alguma capacidade de imaginação é que se consegue criar uma imagem mental do esforço, de ordem imensurável, que era realizado para transportar mercadorias acima e abaixo da encosta. Alguns dos populares, já idosos, contam, lacrimejantes, que muitas vezes iam ao Calhau buscar, principalmente, materiais de construção ou mobílias, outras vezes iam pescar, na esperança de “matar” a fome. Entendemos através de Mendes, citando Idalino Rodrigues, que “O Calhau é muito mais do que histórias, contadas numa partida de cartas, pelos idosos! Uma vez lá, essas histórias ganhavam vida!” (Mendes, 2013, p. 69)

Existe um episódio, que resiste, sobretudo, por via oral, aquando da construção da atual igreja matriz e da casa paroquial, edificada em 1963. Dizem-nos que homens, mulheres e crianças, muitos deles sujeitos à pobreza, iam ao Calhau, a maioria descalços, buscar numa viagem, uma, por vezes, duas sacas de areia ou outros materiais. Segundo nos relatam, cada uma poderia pesar cerca de cinquenta quilos. Diz-nos Mendes que “As pessoas acartavam a areia pelo Calhau acima, para ajudar nas obras. Era marcado um dia e hora, e todos iam ao Calhau buscar a areia, para ajudar na construção” (Mendes, 2013, p. 65). Depois tinham de subir aquele caminho expirante, muitas vezes com o sol queimando as suas costas, deixando-os num estado de torpeza, oriundo do cansaço aliado ao sofrimento, a que se acometiam para fazer alguma “pataca”³. Noutras situações seria este o caso. No entanto, os populares que viveram durante aquele período afirmam que para a reedificação da igreja, as várias gentes da freguesia e, inclusive, o padre que ministrava a paróquia naquele momento, cónego Manuel Gonçalves Pita, fizeram os transportes dos materiais sem que tivesse havido qualquer remuneração, para que os naturais de Campanário tivessem a sua igreja edificada. Tal corrobora uma ideia de que os populares eram movidos pela fervorosa devoção religiosa que antigamente havia em Campanário. O que, num primeiro relance, podem parecer descrições extremamente pictóricas, são, todavia, um dos imensos relatos do quotidiano de uma época de maior pobreza, dos herdeiros dos tempos de colônia. O cansaço e o sofrimento andavam de “mãos dadas” e o trabalho era todo ele malsofrido.

Como nos adianta Mendes, citando Idalino: “Não podemos tratar o Calhau como um lugar qualquer, devemos olhar para lá com uma certa mística!” (Mendes, 2013, p. 69). Este excerto esclarece uma convicção, implicando, contudo, também, um aspeto de dualidade. Este espaço, à semelhança da crença de um paraíso e de um inferno, é, na atualidade, um espaço sazonal de lazer e de descanso. Por sua vez, outrora, foi um lugar de muito sacrifício, onde se realizava trabalho árduo, durante o ano inteiro.

Ainda naquilo que respeita ao Calhau da Lapa, foi anunciado nos últimos dois trimestres de 2022, através do *Diário de Notícias da Madeira*, que este espaço ficaria interdito ao acesso público, devido à instabilidade da escarpa rochosa e subsequente queda de pedras. Já no último trimestre, do ano acima mencionado, a mesma fonte noticiou que o Calhau da Lapa havia sido expropriado pelo Governo Regional, que invoca o Domínio Público Marítimo e, desse modo, determina este espaço como propriedade

³ Gratificação ou moeda.

inalienável do estado. De momento, desconhecem-se os motivos que poderão ter conduzido a esta medida, salvo a falta de segurança que se verificou. A respeito da ação executiva, ainda não foi manifestado nenhum esclarecimento por parte das entidades de governo, desconhecendo-se qual será o futuro do Calhau da Lapa. Além da área estar interdita, todos os atos lá praticados, como a exploração do espaço ou o direito à propriedade, tornam-se nulos e ilegais. Mencionamos que esta exposição acima surge em consequência de alterações ocorridas num momento posterior à nossa investigação. Por certo, condiciona a nossa exposição anterior, de um modo involuntário. No entanto, permanece a incógnita acerca do rumo que será destinado ao Calhau da Lapa. Poderá este espaço voltar a erguer-se para se cobrir de glória ou voltará a definhar para o esquecimento?

Em referência à primeira menção, no capítulo Campanário: A igreja, a origem, o Ilhéu, símbolo originador do nome da freguesia, situa-se junto à costa de Campanário, entre o Calhau da Lapa e a capela da Glória. Como aludido num momento anterior, este ilhéu cuja semelhança lembra a um campanário foi, pela sua forma natural, constituído como um marco, em referência à terra que lhe sucede defronte, batizado com essa nomenclatura pelos seus descobridores. O dito ilhéu é constituído por duas pernas e, no centro delas, uma torre rochosa muito alta. Sabe-se que a 1 de novembro de 1798, em consequência de uma grande tempestade, uma parte do ilhéu cedeu (Gonçalves J. L., 2011b, p. 14). É o primeiro marco identitário de Campanário, em contexto de símbolos, apresentando-se, também, na imagética da heráldica da freguesia [[Anexo 3, figura 4](#)].

A Fajã dos Padres é, um enclave da freguesia, pois se se quiser acedê-la por terra, só o poderemos fazer através do teleférico que está sediado na sua encosta, cujo acesso se faz através da freguesia da Quinta Grande. Esta foi, também, à semelhança do Calhau, uma terra provida de uma grande riqueza natural, com muita produção agrícola, célebre pelo vinho de malvasia. “A Fajã dos Padres sempre foi lugar de boa agricultura e, por vezes, ali foram criados animais, principalmente porcos e algum boi, para consumo das pessoas que ali viviam e trabalhavam” (Gonçalves J. L., 2013, p. 35). O cultivo ainda subsiste, produzem-se com maior frequência frutas de espécies subtropicais como a manga, o abacate, a banana, a vinha, e muitos outros, perfumando a Fajã de aromas frutíferos. Sabe-se, também, que o número máximo em contexto populacional foi atingido em 1886, contando com cinquenta habitantes, que se dedicavam à agricultura ou à pesca.

Inicialmente este local intitulava-se Fajã da Conceição ou Capela da Conceição devido a uma capela que ali existiu, construída certamente pela família ou descendentes de João Gonçalves Zarco, descobridor da ilha da Madeira (Batista, 2012, p. 27).

A dita Fajã e os seus terrenos correspondentes foram vendidos em 1595 aos jesuítas, pelo neto de João Gonçalves Zarco, Fernão Gonçalves da Câmara, “último possuidor da família Zarco” (Gonçalves J. L., 2009a, p. 20), passando a adquirir a denominação Fajã dos Padres.

Algum tempo após a tomada de posse pelos jesuítas, em 1626, a encosta da Fajã dos Padres é assaltada pelos piratas da barbária, designadamente, os corsários argelinos. Saquearam o povoado e a antiga capela da Conceição, fazendo, também, alguns colonos cativos (Batista, 2012, pp. 30-31).

Quando os jesuítas tomaram posse desta fajã, este terreno encontrava-se baldio, talvez devido à falta de água, o que levou a que estes religiosos criassem pela encosta da Fajã grandes galerias subterrâneas, procurando conservar a água, de modo que pudessem irrigar as suas terras durante todo o ano. A exploração agrícola dos Jesuítas foi um empreendimento bem sucedido como refere Batista: “Segundo um viajante inglês, em 1689, os jesuítas tinham o monopólio do vinho de malvasia, que era produzido neste local” (Batista, 2012, p. 29).

Dá-se em 1759 a extinção dos Jesuítas, a chamada “expulsão pombalina”. Liderado pelo Marquês de Pombal, Sebastião de Melo, a quem o rei D. José I “entregou” gradualmente o poder do estado, fez-se proclamar a Lei de Extermínio, Proscrição e Expulsão dos seus Reinos e Domínios Ultramarinos dos Regulares da Companhia de Jesus, confiscando imediatamente as casas e bens dos jesuítas. Com a Fajã dos Padres entregue ao estado, ocorreu um primeiro leilão de venda e sucessivas vendas ao longo do tempo. Nos primeiros anos do século XX, a penúltima família que tomou posse deste espaço construiu uma cisterna e comprou maquinaria para ajudar na irrigação, mas “Novamente esta propriedade passa pela compra e venda e entrou na posse dos actuais proprietários, a família Vilhena de Mendonça” (Batista, 2012, p. 33).

Desde a década de noventa até ao momento atual, deu-se um incremento contínuo na Fajã dos Padres, destacando a recuperação das antigas casas e a construção de um restaurante, entre outros. A partir do ano 2003, com a construção do teleférico da Fajã dos Padres, as condições de acesso ao público elevam-se, com uma viagem que poderá

ser vertiginosa, onde se percorrem de cerca de 300 metros acima e abaixo da encosta. Este espaço, agora, uma pequena instância turística, proporciona um regime exemplar de preservação patrimonial, paisagística e ambiental. Os seus donos desenvolvem, há vários anos, neste local, um projeto agroturístico, harmonizando o desenvolvimento económico, a agricultura e o turismo com as especificidades do local.

1.5 Os Castanheiros de Campanário

Campanário foi outrora uma localidade conhecida pelos povoados da região por possuir, tipicamente, castanheiros de grandes dimensões. Não o é na atualidade, pois carece a potência motriz dos soutos que por lá havia, para assim se constituir. Em termos mais claros, aquilo que se pode afirmar é que os castanheiros apenas subsistem em reduzida quantidade e sem as dimensões dos tempos que lhes precedem. Estes ocupam lugar sobretudo nas regiões mais montanhosas de Campanário, em específico, no Lugar da Serra e, também, nas localidades vizinhas que partilham altitudes semelhantes, nomeadamente altitudes que rondam os oitocentos metros. O castanheiro [\[Anexo 3, figura 5\]](#), que se localizava no sítio da Achada, e símbolo desta freguesia, é o marco de referência que perpetuou a memória de tal cultura. Segundo mencionam alguns populares antigos, seriam necessárias entre dez e doze pessoas para poder abraçar esta árvore. O fenómeno da dimensão deste castanheiro e a porta de acesso à sua cavidade interior, onde podia conter algumas pessoas, formavam esta atração que, era assim, “muito conhecido de nacionais e estrangeiros” (Silva & Meneses, 1984, p. 224), tornando-se um património vegetal efémero que vive apenas nas memórias e nas produções artísticas que quedaram. É também mencionado, em várias fontes, que o ditoso castanheiro possuía 10,5 metros de circunferência, havendo um outro com maior circunferência no Sítio das Fontes, em São Paulo, Ribeira Brava. Estas árvores, sem dúvida, centenárias, surgiram, segundo se crê, em função do Regimento das madeiras (Jesus & Carvalho, 2018, p. 17) de 14 de janeiro de 1515, promulgado por D. Manuel I, onde era ordenada a plantação de castanheiros e pinheiros nas terras mais adequadas para estas espécies arbóreas.

Temos conhecimento da gravura de P. Langlois, de 1888, denominada “Le grand chataigner” (Albizzi, 1888, p. 79) e um relato de viagem do Marquês Degli Albizzi, que

por cá esteve nesse mesmo ano e, por acréscimo, mencionara também volver, a fim de realizar um período de convalescença.

Da viagem que o Marquês Albizzi fez pela Madeira, conta-nos numa passagem que, pela Achada, onde se encontrava o castanheiro-marco, existiu uma casa, por entre a folhagem, de onde apenas restava a sua ruína e os muros vermelhos. Esta casa, lê-se quinta, pertencia “[...] au plus riche propriétaire de l’île” (Albizzi, 1888, p. 77) – isto é, ao proprietário mais rico da ilha. Naquele momento, não seria mais do que um casebre abandonado que conferia um ar de tristeza ao sítio.

“Il y a longtemps, dit-on, lorsque la quinta était habitée, l’intérieur de l’arbre était une charmante retraite où l’on venait se reposer pendant la chaleur du jour” (Albizzi, 1888, p. 77).

Segundo lhe contavam os populares – assim como nos conta – há muito tempo, quando a quinta era habitada, o interior da árvore servia de retiro, onde se ia descansar nos dias de mais calor. Contudo, no momento da visita do Marquês, a quinta encontrava-se em ruínas e o ditoso castanheiro passou a servir outros fins.

“Maintenant c’est un horrible trou sale qui sert de refuge aux chèvres pendant le mauvais temps” (Albizzi, 1888, p. 77).

Diz-nos que o castanheiro era, naquele momento, um “buraco horrível”, sujo, que servia de refúgio para as cabras quando estava mau tempo – e certamente foi esta a realidade que perdurou até o castanheiro deixar de existir. A experiência do Marquês Albizzi coloca em evidência a falta de manutenção e de desenvolvimento da freguesia e das gentes montanhesas (Frutuoso, 1998, p. 49), atribuindo várias impressões negativas, excetuando-se, apenas, a vista que proporciona sobre o mar e o seu ar muito puro.

Nesta sequência, onde Albizzi nos descreve o estado mísero de conservação do castanheiro e dos arredores, conta-nos que ao procurar um espaço para almoçar fora rodeado por crianças mendigas e por cães tinosos.

O estado de crise e pobreza descrito por Albizzi deve, certamente, as suas origens ao primeiro quartel do século XIX (Gonçalves J. L., 2009a, pp. 139-142). Na perspetiva de João Luís, em momentos anteriores à revolução liberal, já havia surgido as primeiras resistências e contestações contra as cargas fiscais excessivas, praticadas pelos senhores

das terras. Segundo o autor, foi no ano de 1817 que se principiaram. Apesar do acima exposto, o impacto da revolução liberal só se projetou em Campanário em 1825, através de um motim. Sabe-se que este período, assoberbado de turbulência política durante o qual houve várias apreensões, intrigas e perseguições degradaram a freguesia, criando um clima de repressão. Como consequência, tornou-se impraticável a acumulação de riqueza e o desenvolvimento da freguesia que, por sua vez, havia sido castigada junto com o seu povo.

Sem relatar onde principiou a viagem, embora acreditemos que tenha sido no Funchal, o trajeto que Albizzi percorreu fê-lo chegar primeiro a Câmara de Lobos. Numa primeira instância, fez o trajeto a cavalo, seguindo o denominado caminho novo. Este parece-nos ser descrito, de modo sarcástico, “le«chemin neuf» (=caminho novo)” e, logo após, em rumo ascendente, dirigiu-se às montanhas de Campanário. O retrato que se fazia acerca dos antigos caminhos pedonais é que seriam muito poucos e aqueles que havia, íngremes e difíceis. Segundo o autor, as condições do caminho eram de esculpamento penoso, “d’une raideur affreuse (=terrivelmente íngreme)”, o qual era apelidado pelos populares dessa época por “mata-bois” ou “matador de bois”. No restante percurso, sem recurso ao cavalo, de tão penoso que era, foi caminhando, relatando a enorme fadiga que lhe causava a tal inclinação da caminhada. Por acréscimo, conta-nos acerca do seu encontro com quatro ou cinco populares idosos da freguesia aquando de uma visita pascal que lhe fazendo sinal o convidaram a beijar as duas bandeiras de seda vermelhas, bordadas com o espírito santo em branco, que transportavam com vaidade, coisa que fez em seguida – Assim era o fervoroso espírito cristão que procurava dilatar-se, encomendando todos na devoção.

Existe uma história da Madeira que faz parte do conhecimento popular, e há quem a considere lenda. Nesta história relata-se um grande incêndio que teria ocorrido no mesmo ano do achamento da ilha, em 1419. É do conhecimento popular a história onde se reza que a ilha da Madeira ardeu ininterruptamente durante sete anos. No segundo tomo de *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, é mencionado que pouco após o achamento da ilha fora à ordem do capitão João Gonçalves Zarco que se mandara arder o arvoredos, a fim de se escusarem os homens do trabalho de desmatagem, e assim poderem aproveitar mais rapidamente as terras para o cultivo. Esta decisão, de consequência desastrosa, acredita e nutre a referência popular mencionada. A versão da história popular, assim como a versão contada por Gaspar Frutuoso são ambas duvidosas e, de igual modo, improváveis. Com que condições seria possível um incêndio lavar de forma

ininterrupta durante sete anos? Apesar de não haver certezas, a partir do século XV começaram a surgir preocupações relativas à desflorestação.

Desde o século XV foram protegidos os arvoredos do arquipélago contra a natureza e contra o homem por diplomas reais, providências administrativas dos municípios e política económica (Pereira E. , 1989, p. 312).

Acresce que o surgimento do regimento das madeiras, quase um século após o sucedido, cuja função primária seria o de estabelecer um regulamento para controlar o abate de árvores, pode ser um indício de uma resposta ao incêndio duradouro que poderá ter ocorrido ou, igualmente, à prática agressiva de queimadas que ocorreram nos primeiros anos de colonização. Quanto à utilização das madeiras e as suas consequências, Corrêa refere que:

Os primeiros benefícios que as ilhas novamente descobertas prestaram ao reino foram os fornecimentos de madeira para obras e construção. Portugal precisava de madeiras para a edificação porque em toda a Península eram raros os edifícios de cantaria. [...] e por essa razão a utilização de madeiras era excessiva no paiz tanto mais que os incêndios – e como se pode crer havia-os frequentes e devastadores – concorriam para a utilização exagerada de madeiras (Corrêa, 1926, p. 4).

Segundo se crê, a colonização do arquipélago da Madeira foi estabelecida em função da escassez de madeira que havia em Portugal continental. Como referido por Corrêa, esta ilha já era conhecida por vários povos europeus assim como pelos árabes, mas era ignorada devido à inospitalidade fantasiosa que se fazia das ilhas oceânicas. Apesar disso, a ocupação das ilhas trouxe mais proveito do que o esperado. As produções agrícolas que se faziam nos primórdios da colonização combateram muitas misérias e fome, pois nesta época havia escassez de comida em Portugal Continental, porque os alimentos eram utilizados para subsidiar os cruzados portugueses na costa norte-africana. Através da rica abundância de bens que eram exportados para o reino dos Algarves, assim como para as ditas expedições, foi possível colmatar muitas errâncias da crise continental, o que trouxe a Campanário a atribuição do nome “Celeiro da Conquista”, conseguido através da enorme contribuição agrária para os efeitos mencionados. Em consequência da

crise alimentar que ocorria por todo o país, ressurgiu, no Porto, a prática do tratamento e consumo das vísceras dos animais para combater a fome. Esta prática e, por certo, facto histórico, torna-se uma componente identitária dos portugueses, concedendo-lhes o apelido de “tripeiros” e, assim, permanece até ao momento atual, embora o tratamento das vísceras para o consumo seja uma prática que já existe desde a Antiguidade.

Gomes Eanes de Azurara viveu durante o século XV, sendo o quinto guarda conservador da livraria real, tornando-se, por último, o guarda-mor da torre do Tombo. Este relata na sua *Chronica da Guiné*, através de um elogio ao infante D. Henrique, a abundância e a riqueza agrícolas que ia do Arquipélago para o continente:

Já quisera fazer fim d'este capitulo se não vira vir a mim a multidão dos navios com as vellas altas, carregados, das ilhas que tu povoastes no grande mar oceano, bradando que os guardasse porque me queriam mostrar como não deviam ficar fora do registo d'estes. E mostraram-me essas abegoarias e os seus valles cheios d'assucar de que expargiam muito pelo mundo. E traziam por testemunho da sua grande abastança todos os moradores do reino do Algarve. Pergunta, disseram elles, quando souberam estas gentes que coisa era abundancia de pão, senão depois que o nosso príncipe povoou as ilhas desertas, em que não havia outra povoação semão animaes monteses! E mostraram-me as grandes fileiras de colmeias cheias de enxames de que trazem grandes cargas de mel e de cera para o nosso reino; e as grandes alturas de casas que se vão ao ceu que se fizeram e fazem com a madeira d'aquellas partes (Corrêa, 1926, pp. 3-4).

Através de Azurara, temos um resumo dos serviços que as ilhas já prestavam em 1454, data de publicação da sua crónica e, também, de como a obra colonial se transformava e se apresentava como um ressurgimento da vida nacional. A exposição manifestada por este autor explica que a condição de Portugal continental melhorava em função dos progressos advindos das ilhas que combateram, como mencionado num momento anterior, as crises de subsistência provocadas por escassez de colheitas “e que anteriormente eram muito frequentes no paiz antes da descoberta das ilhas” (Corrêa, 1926, p. 4). Sabe-se que a freguesia de Campanário foi um dos espaços que sobressaiu neste contexto, no primeiro século de colonização, devido à grande exportação de víveres.

Um outro dado que nos parece relevante é a descrição da primeira tripulação e consequentes membros que vieram colonizar a Madeira, onde se indica que os primeiros

habitantes da ilha da Madeira seriam os algarvios. A partir da obra de Corrêa, conseguimos uma descrição da primeira expedição que partira para colonizar a ilha.

[...] sob o comando de João Gonsalves Zarco, que se fazia acompanhar de [...] e com Lourenço Gomes e Antonio Gago, oriundos do Algarve, vinha gente da provincia, de varios officios e misteres. Para o aliciamento dos indivíduos que deveriam vir colonisar as ilhas, o rei concedeu auctorisação a Zarco para levar os criminosos que estivessem presos nas cadeias do Reino; e Zarco levou aquelles que estavam inculpados em delictos estranhos a motivos religiosos, de traição ou furto; mas acompanharam Zarco muitas outras pessoas de condicção humilde, que vieram por sua livre vontade em busca de fortuna (Corrêa, 1926, pp. 192-193).

No caso de Campanário, não se sabe com exatidão se os seus primeiros habitantes seriam algarvios ou cativos do reino. Contudo, Rodrigues afirma que os primeiros portugueses a virem à Madeira seriam, além dos algarvios, os portugueses das regiões nortenhas, como do Minho.

Chamaram-se, pois, do Minho e do Algarve êsses «homens mui principais e generosos» (Rodrigues R. H., 1947, p. 22).

Sem embargo, as influências que existem com mais antiguidade na freguesia encontram a sua génese nas práticas religiosas. A escolha do padroeiro assim como o exercício de algumas religiosidades, tradições e celebrações praticadas em Campanário poderão ser os marcadores das principais influências das gentes que habitaram esta terra nos primeiros anos de colonização. Por conseguinte, as coações que ainda ocorrem em Campanário fazem-nos deduzir e colocar a hipótese de que os primeiros habitantes tenham vindo de São Brás de Alportel, sub-região do Algarve, introduzindo nesta freguesia o seu padroeiro, São Brás. Além do referido, existe a possibilidade de que tenha havido assimilações de práticas oriundas do Porto. Embora não se consiga fixar um período temporal para a vinda dos portuenses, a presença de algumas das suas tradições, nomeadamente do culto mariano, começou a exacerbar-se no século XVII, com a construção da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, no sítio da Vigia do Campanário (Chaves, 2019, pp. 203-204).

Como verificamos, a primeira iniciativa colonizadora do arquipélago ocorre, na sua maioria, com a migração de gentes algarvias para esta terra que trazem com eles várias práticas culturais. A título de exemplo, uma tradição oriunda dos algarvios é a montagem do presépio em escadinha, uma atividade muito comum na Madeira. Deste modo, é bem possível que a escolha do padroeiro de Campanário trace uma ligação antiga com a terra de São Brás de Alportel. Apesar disso, existe em Campanário a assimilação de algumas tradições que, segundo somos levados a crer, são oriundas das regiões nortenhas, as duas que vamos mencionar são ainda práticas comuns. Referimo-nos, à festa e ao culto de Nossa Senhora do Bom Despacho, que acontece também em Maia, município do Porto e o característico cortejo das açucenas, tradição nortenha. Uma outra prática trazida do Porto e praticada em Campanário, mas não sendo exclusiva da freguesia, é o tratamento de vísceras dos suínos, entre elas, a tripa e a dobrada para o consumo, no caso da Madeira. A origem histórica desta tradição, no caso portuense, surge, como já tivemos oportunidade de referir, em função da escassez de bens de consumo que por lá houve para se poder sustentar as expedições portuguesas no território africano. Embora o consumo da tripa já não seja muito comum há quem confecione o prato à semelhança das tripas à moda do porto, vísceras numa sopa de molho espesso recheado com feijão e enchidos.

Voltando à questão arbórea, a produção do castanheiro não ocupou um espaço muito ativo em Campanário, sendo privilegiada a produção de cereal e de trigo. O castanheiro foi, assim, recuando em resquícios para as zonas serranas. Nas zonas onde se produz castanha, como no Lugar da Serra, ainda existem taipais de caniços⁴, que se utilizam, sobretudo, para a defumação da castanha. Apesar disso, a cultura da castanha vinga mais fortemente nas freguesias do Curral das Freiras, do Jardim da Serra, do Campanário e da Serra de Água.

Em Campanário sempre houve a primazia da lavoura de trigo, do centeio e do vinho de malvasia. O trigo e o vinho são dois símbolos que estão inseridos no brasão da freguesia [Anexo 3, figura 4], representando as principais produções agrícolas de então. Quanto à produção de vinho, as primeiras castas foram introduzidas na Madeira sob ordem do Infante D. Henrique, vinte e seis anos após a sua descoberta, em 1445. São originárias de Cândia ou Heraklion da ilha grega de Creta. (Reis, 2015, p. 471). Em Campanário a casta que mais se divulgou foi a malvasia, cujo monopólio de produção foi conseguido pelos jesuítas aquando da sua ocupação na Fajã dos Padres. Além das cepas,

⁴ Caniço – Cana delgada.

deve-se, também, ao Infante a introdução da cultura da cana sacarina que mandou vir da Sicília e, ainda, o desenvolvimento da construção dos engenhos dedicados ao fabrico do açúcar (Corrêa, 1926, p. 194). No contexto mais recente já existe uma maior miscigenação de produções, das mais notáveis, a banana, a sacarina e a vinha.

2. O Campanário na produção literária *A Filha de Tétis e Feiticeira da Terça* de João Luís Gonçalves

Nesta segunda parte da nossa dissertação, procuramos analisar aspetos referentes a Campanário a partir da obra literária de João Luís Gonçalves, com particular incidência em *A Filha de Tétis e Feiticeira da Terça*. Procuraremos refletir acerca dos elementos que cruzam a tessitura ficcional com o real. A ficção tende a superar o estreitamento das reivindicações normalizadas pelos factos e pela história, permeando o mito enquanto canal da ciência, da história do Homem, da antiguidade e da origem. A nossa abordagem, em consonância com o que foi tratado anteriormente, passa pelos aspetos específicos da freguesia, embora não se descure, na totalidade, outros aspetos que se aliem ao nosso estudo. Na mesma sequência, refletiremos acerca da simbiose das relações entre história e mito.

A obra em estudo é, tal como a sua predecessora, dedicada à freguesia e às suas gentes. “Este livro foi feito com as pessoas e para as pessoas do Campanário”, afirma o seu autor, João Gonçalves (Gonçalves. 2009, p.12). Contando com um número de exemplares mais reduzido, as impressões desta obra limitam-se a 500 exemplares, como referido na ficha técnica.

A conceção de *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça* está profundamente interligada com o imaginário das gentes de Campanário. Os “antigos”, como são designadas as gerações mais idosas, são os últimos guardiões dos caprichos orais, das histórias míticas e das lendas históricas que vão jazendo. João Luís Gonçalves tratou de espelhar um imaginário englobante, a história local e os mistérios preservados pelas pontes geracionais. A história da feiticeira da Terça situa-se entre a magia, o presságio e o ocultismo. Tal como todos os fenómenos que não têm uma explicação racional, a feiticeira era temida e poucos eram os que se aventuravam a ir ao seu encontro, por temerem represálias. Conta-se nesta história, que nem gentes, nem o Santo Ofício importunavam estas feiticeiras. A origem incerta da feiticeira da Terça vai ao encontro

dos vazios históricos, inferindo-se desde os tempos primordiais, compactando, nesta obra, com as sagas literárias da mitologia grega, provenientes, sobretudo, da *Odisseia* de Homero. Desta forma, a feitura deste escrito é complementada pelo mito antigo, recorrendo para a história e para as lendas históricas mais recentes.

O contexto criado pela introdução de elementos da mitologia grega cria um pretexto ao nível do maravilhoso, onde se procura descarnar as origens das feiticeiras, tratando de juntar o elemento divino ao humano e, por sua vez, a misticidade a elas inerente. A divindade Tétis é considerada uma ninfa do mar, filha de Doris e Nereu e, por consequência, uma nereida. Em função da profecia que previa o destronamento de Zeus, pai do Olimpo, foi condenada por este a viver com um mortal. Desse modo, passaria a conceber filhos mortais. De tudo fez Tétis para tornar os seus filhos imortais, tentando purificá-los dos elementos que assim os tornavam, acarretando as suas mortes na tribulação dos eventos.

Aquiles, seu filho, foi mergulhado no rio Estige, a fim de erradicar as fragilidades próprias dos mortais, e passara a adquirir a invencibilidade dos deuses, tornando-se um semideus, herdando apenas, no seu calcanhar, a sua natureza e, assim, o destino mortal. Quanto à filha de Tétis, existem duas hipóteses acerca do seu nascimento. Na instância, considerada a mais usual, o poeta grego Hesíodo afirma na sua obra *Teogonia*, que Calipso seria a filha da deusa Tétis e do titã Oceano, como verificado na linha 337 (Hesiod, 1914), embora uma outra versão, proveniente do autor Pseudo-Apolodoro admita na sua obra *Biblioteca* que Calipso seria, como Tétis, uma filha de Doris e Nereu, como se poderá comprovar no livro 1, capítulo 2, secção 7 (Apollodorus, 1921). Esta divindade é considerada uma deusa fiandeira, temida por ser uma poderosa feiticeira que detém o poder da vida e da morte. É considerada, também, a deusa dos amores não correspondidos ou dos amores platónicos. Por essa mesma razão, esta deusa sofre sem intermitência, por procurar o amor nos mortais que almejam a sua graça. Condenada pelos princípios reinantes do pai do Olimpo, que lhe impedem a troca amorosa com os mortais, vai inimizar-se contra os deuses, guardando-lhes rancor. Na *Odisseia*, diz-nos Calipso o seguinte:

Sois cruéis, ó deuses, e os mais invejosos de todos! Vós que às deusas levais a mal que com homens mortais partilhem seu leito, quando algum a escolhe por amante!
(Homero, 2018, p. 176)

Por ter ofendido Zeus, é condenada ao esquecimento e ao exílio, tornando-se desconhecida de todos os homens, sendo enviada para Ogígia, onde passa a eternidade urdindo a teia até encontrar Ulisses.

Entenda-se que apesar da diferença de propósitos entre Tétis e Calipso não parecem existir eixos quanto aos valores morais, dotando a vontade divina acima dos valores humanos, levando a acontecimentos incompatíveis com a realidade humana. Tétis, com os seus filhos condenados à vida efémera, procura conjurar o poder dos deuses para conceder aos seus filhos a vida eterna, fazendo-os passar por purificações, o que na eventualidade os conduzirá à morte. Por outro lado, Calipso, ninfa imortal, detentora do poder divino e da urde, herda os poderes da sua mãe e procura para si o amor verdadeiro, o amor correspondido. No entanto, esta deusa acarreta o sofrimento eternizado, causado pelo ciclo do amor e perda, levando-a a precipitar-se contra as suas angústias e contra os deuses, o que a leva ao presídio.

Para explicar a existência das feiticeiras do Campanário no imaginário popular, faz-se o entrelinhar com as circunstâncias divinas de Calipso. No canto V da *Odisseia*, ao encontrar-se com Ulisses, Calipso de tudo tenta para o enlear, seduzindo-o, fazendo-lhe propostas aliciantes, oferecendo-lhe, inclusive, a imortalidade, se Ulisses aceitasse ser seu noivo. Com motivos superiores à vontade humana, Calipso tenta o espírito do herói grego, procurando com que ele, de sua livre vontade, concordasse com um contrato sobre-humano, submetendo a sua vontade aos seus pareceres. Da mesma forma, conta-se que as feiticeiras que habitavam o Campanário procuravam almas que, de livre vontade, se associassem a elas, prometendo prazeres terrenos, sem menção de que seria a troca do cativo das suas almas.

A feiticeira “da Terça” é assim denominada em consideração ao local onde a última feiticeira conhecida viveu. Este local, conhecido pela Terça, adquiriu a sua nomenclatura através do regimento militar que lá havia com esse mesmo nome. O edifício do antigo quartel deste regimento ainda existe, mas neste momento, foi renovado e está a ser utilizado como habitação. Esta nomenclatura poderá ainda encontrar a sua justificação na relação das práticas da feiticeira com o dia da semana, terça-feira. Segundo dizem, as feiticeiras de Campanário tinham o hábito de se reunir nas zonas afastadas dos povoados para conduzirem os seus rituais em espaços como as montanhas, assim como, no fundo da zona da Soca, como nos relata João Luís Gonçalves. Segundo o autor, as práticas das feiticeiras eram mais comuns nas terças e sextas-feiras. (Gonçalves J. L., 2011b, p. 8)

Se perguntarmos a algum idoso do Campanário acerca das feiticeiras dir-nos-ão que, antes de aparecer a luz elétrica na freguesia, por vezes, se viam círculos formados pelas luzes de petróleo nos altos dos vales. Descrevem-nos que estas luzes rodopiavam à semelhança de quem dança com tochas em torno de uma fogueira e que, de repente, mudavam de posição, num estalar de dedos. O sobrenatural destes acontecimentos ganhava ainda mais amplitude quando se encontravam rastos humanos no local, mais ainda quando se sabia que lá tinha estado alguém e marca nenhuma ficava no mato. Todavia, parece que existem algumas contradições acerca de eventuais explicações destes fenómenos.

No que diz respeito ao modo como a mulher feiticeira era entendida, sublinha-se que, na idade média, esta seria o oposto da figura ideal da mulher, insubmissa, inteligente e independente. Segundo Mattos:

A mulher, considerada diabólica, e conseqüentemente herege, possuía atributos inexplicáveis perante à razão, como curas através de ervas naturais, realçando a sua facilidade em alquimia, assim ultrapassando o conhecimento do médico local; dons adivinhatórios; feitiços e simpatias para qualquer situação ou ocasião; a conexão com a natureza, como um local de recarga espiritual e contemplação das forças sobrenaturais; e, principalmente, demonstravam independência em suas ações cotidianas, eram livres e não submissas ao modelo da sociedade (Mattos, 2019, p. 2).

Numa época determinada pelo fervor religioso, estes atributos levaram a que estas mulheres, facilmente, tivessem sido caracterizadas como “frutos do mal”, deliberando-se, assim, que haviam firmado pactos com o diabo e com as trevas e que, desse modo, seriam uma ameaça às ordens religiosas. Desse estigma que se criou, gerou-se uma grande celeuma no mundo cristão, amedrontando a prática de atividades suscetíveis de serem consideradas bruxaria ou feitiçaria. Comparando com a representação da feiticeira, na mitologia grega, determinam-se traços semelhantes àqueles que possui Calipso, algo exacerbados, de uma mulher sedutora, de amor mercenário, de persuasão grandiosa e de personalidade aliciadora. Entre uma e outra representação, verificam-se incongruências abismais em relação à representação da figura feminina e os propósitos de cada mulher. Para este efeito, o que se verifica na representação descrita na *Odisseia* é o seguinte: Da imagética da deusa grega aquilo que se herda para as ditas feiticeiras é a busca pela

autoexpressão, a liberdade, o controlo do seu corpo e a exploração explícita ou implícita da sexualidade. Por acréscimo ao referido, menções várias associam ao ocultismo aspetos de dualidade e facetas por parte dos seus praticantes. Não é de estranhar que isto seja verdade, ou pelo menos, verosímil, quando aquilo que se tenta ocultar são culturas e fenómenos considerados tabu.

No domínio dos relatos escritos que temos acerca das feiticeiras, sabemos que eram temidas e que detinham vontades e motivos impossíveis de determinar. O autor realça o facto de já ser conhecida a presença das feiticeiras desde a tomada de posse da Fajã dos Padres pelos jesuítas e estranha o pacifismo que lá ocorria, abertamente, em tempos de inquisição. De qualquer forma, estas mulheres eram, quase sempre, temidas pelo povo e viviam uma vida normal, sem serem importunadas, integrando a sociedade, embora fossem vistas sempre com algum desdém.

No imaginário popular de Campanário, quando se imagina a feiticeira, sobrepõe-se a tendência de especular acerca das artes da feiticeira fiandeira à semelhança das moiras da mitologia grega. Estas figuras mitológicas caracterizam-se por serem as responsáveis pelos “fios da vida”. Desse modo, o “fio” (rumo/destino) era posicionado ao seu agrado. Tanto podiam fabricar, tecer ou cortar, assim como entrelaçar os destinos dos mortais. Conquanto se conhece, muitas das magias ou o simbolismo a elas associado é hoje utilizado de modo vulgar. Por vezes, são práticas inconscientes, como atar um cordel ao dedo a fim de servir de lembrete. Contudo, o plano mágico inerente a esta prática consiste em amarrar o nó, na sua forma concreta e física ou um pensamento abstrato. Deste modo, estabelece-se uma conexão entre o elemento físico e mental.

Contudo, a perpetuação desta ideia desdobrou-se em inúmeras práticas de natureza diversa, muitas delas do conhecimento popular. Uma delas seria o mau-olhado ou os ditos feitiços do amor. Estes, por sua vez, deram origem a expressões tais como “amarrar alguém”. O nó, no seu sentido simbólico, representa a união, a ligação e a conexão. Do mesmo modo, quando um nó é estabelecido representa a retenção dos elementos que estão unidos. Na perspetiva de Federici,

[...] a bruxa era o sujeito social mais perigoso, uma vez que (na visão dos inquisidores) era menos controlável; era ela que podia dar dor ou prazer, curar ou machucar, misturar os elementos e acorrentar a vontade dos homens; podia até mesmo causar dano com o seu olhar, um malocchio (“mau-olhado”) que, supostamente, podia matar (Federici, 2017, p. 355).

Seguindo esta lógica, o nó ou o efeito de “acorrentar” ou “amarrar” tanto pode segurar aquilo que está entrelaçado assim como pode bloquear esses elementos de outros contactos, impedindo-os de agir. Após esta reflexão teórica, verificamos que ao acometer a ação de enlear o “nó”, este torna-se, por prepotência, uma espécie de sacrário figurativo onde se depositam os sentimentos recônditos do coração humano, sejam eles de natureza boa ou má. A hóstia, símbolo da união e da eucaristia, é também colocada no sacrário, onde pode ser apreciada e respeitada pelos seus fiéis.

No que diz respeito a Campanário, são muitos os ditados populares que existem em relação às feiticeiras, embora sejam aplicáveis a toda a região autónoma. As tranças, também utilizadas para todo o tipo de confeção, ganham popularidade em Campanário por associação aos fenómenos cabalísticos mencionados. Diz-se, por via popular, para ter atenção a certos fenómenos que podem implicar a presença de bruxas ou feiticeiras. Um deles são as canas. A típica canavieira, que existe por toda a ilha da Madeira e que se encontra com facilidade em qualquer sítio, inclusive na zona da Soca, onde por vezes se reuniam as feiticeiras de Campanário, poderia ser utilizada para encantamentos por essas mesmas entidades. Neste seguimento, dizem-nos que onde encontrarmos canas entrelaçadas poderá haver feiticeiras a viver no arredor. É obvio que algumas das superstições populares não fazem justiça do caso apresentado, nem podem justificar a presença da feiticeira como entidade real. Apesar disso, procuramos encarar esta evidência popular, encontrando, como acaso, o dito fenómeno.

Esta fotografia [[Anexo 3, figura 6](#)] foi retirada junto da Associação Desportiva do Campanário, no dia 4 de novembro de 2021, aquando do início deste estudo. Nesta imagem consegue-se ver, no centro, uma das canas perfeitamente entrelaçada, como se a trança tivesse sido originada por mão humana. Contudo, é impossível que assim seja, pois, não se consegue alcançar a dita cana, pela altura formada pela levada de escoamento situada defronte da mesma. Atendendo a que a trança formada na cana seria dificilmente originada pela mão humana, esta terá, com certeza, uma formação natural. Todavia, o perfeito entrelaçar que se vê torna-se, assim, uma atração providenciada pelo imaginário envolvente que continua a alimentar o imaginário popular.

De modo semelhante aos fenómenos que se contam em Campanário, existem histórias de imaginação e de credo semelhante nos Açores. Numa dessas histórias, de tradição oral, que conseguiu a sua conservação na literatura popular açoriana, deparamo-

nos, através de Luciano Pereira com uma história de deambulação fantasiosa de um pescador e duas bruxas, uma delas sua comadre:

Havia um homem que era pescador e, quando chegava à calheta para deitar o barco ao mar, ele estava sempre alagado. Uma noite resolveu ir e foi vigiar para ver se apanhava a pessoa que andava com o barco. Escondeu-se dentro dele e botou uma serapilheira por cima de si. [...] De noite a comadre e outras bruxas levaram o barquinho para o Brasil, e ele dentro. [...] prenderam o barquinho e foram-se embora. [...] Ao outro dia de manhã foi o compadre da bruxa à missa e levou a cana-de-açúcar e disse lá na missa que fora na noite anterior ao Brasil. Os vizinhos diziam que não era verdade, e ele: -Pois para quê, tenho aqui uma cana-de-açúcar, que lá cortei esta noite. A comadre disse-lhe que não andasse com estas gabações, porque as outras que o matavam, “que eu fui que te vali a tua vida, que elas já iam dizer que cheirava a sangue vivo” (Pereira L. , 2004, p. 115).

Há quem relate em Campanário uma história que já circula talvez há cerca de 30 anos. Esta manifesta uma conjuntura semelhante à relatada acima. Os fregueses que vivem próximos da igreja matriz, assim como do sítio da Amoreira, contam uma história, que tomam como real, de um indivíduo conhecido na freguesia que, para este efeito, deixamos em anónimo, morador de Campanário. Este, segundo nos contam, envolveu-se com uma feiticeira por mero acaso, levando a que estivesse, também, sujeito a deambulações inexplicáveis.

Este homem, que um certo dia trabalhou até mais tarde, saíra já depois da meia-noite do ofício que desempenhava, na empresa de construção civil de João dos Reis, companhia sediada em Campanário. Quando ia para a sua casa, ao atravessar a ponte do sítio do Tranqual, tropeça numa infusa (recipiente utilizado para transportar água das fontes, em tempos pretéritos) que estava no caminho, objeto que ele riposta com um pontapé. Nesse momento, apareceu diante de si uma mulher. Acorrentado ao fenómeno que se espoletou com um simples pontapé, a mulher, por certo, feiticeira que lhe aparecera, obrigara-o a transportá-la às costas até a sua casa. Esta mulher seria alguém por ele conhecida, de outra freguesia vizinha. Quando a dita senhora se coloca nas costas do homem, nesse instante, ele encontrara-se, de súbito, na casa da mulher, onde vê marido e uma filha dela a dormir. A mesma diz-lhe, – podes fazer o barulho que quiseres que eles não acordam. E lá esteve ele retido. Quando conseguiu evadir-se, alegando que tinha de

ir para casa, pois trabalhava cedo, firmou-se um pacto de consequência desconhecida. Este homem não o pode revelar, pois segundo o que nos contam os populares, embora nós pudéssemos perguntar ao próprio, este nunca poderá mencionar o nome da dita feiticeira até que esta faleça, pois só assim se quebrará o elo que se criou por circunstância.

Esta história em que muitos populares de Campanário acreditam pelo facto de todas as pessoas nela envolvidas, assim como todos os sítios mencionados serem reais, coloca, em muitos, a incógnita que João Luís Gonçalves aborda nas suas ficções. Será que existe uma separação entre realidade e ficção? Será que são ambas faces da mesma moeda? Na função de investigador, só podemos apontar para o facto. No entanto, se a ficção poderá ser um modo de explicar a realidade, poderá esta história ser uma realidade onde se tenta explicar um fenómeno que tomamos como ficção?

O imaginário de Campanário age como um incipiente, ou seja, um elemento que conduz a novas leituras acerca da realidade, da história e daquilo que se supõe que seja a verdade além dos factos. Esta façanha e modo de pensar que alguns dos conterrâneos decidem não ignorar, a tradição oral, instiga a novas circunscrições dos factos, bem como à sublevação dos presságios, levando à criação de novas matrizes, onde se procura descartar os processos que derivem de osmose para fazer um consenso do conjunto das informações. Assim sendo, é na subsistência das relatividades e das histórias antigas que se vão encontrando várias marcas da identidade coletiva de Campanário, bem como métodos para a sua conservação.

2.1 A problemática da verdade em *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça*

Esta história, cujo título convoca elementos da mitologia grega e também do imaginário de Campanário, embora este último se torne, de um modo *sui generis*, como verdadeiro, inicia-se pela demarcação da ausência de fronteiras entre realidade e ficção, aliando-se, neste caso, com o elemento mitológico.

Ao qualificar a obra *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça* como precursora de uma temática de alteridade entre a realidade e a ficção, verificam-se vários fenómenos. Em primeira instância, parece-nos que além da pretensa acima colocada pelo autor, existe também, como meio necessário, a interligação entre aquilo que é narrado e a realidade ou o facto histórico. Noutra registo, é bem possível que a dialética da fronteira seja um meio

de se fazer acreditar os elementos de ordem ficcional ou que, de certa forma, se alienam da realidade. Em consequência destes mecanismos de criação literária, a verdade é o elemento intrínseco que valoriza e preserva a ideia de fronteira, ou a sua inexistência e, também, os elementos narrados com base mitológica, pois neste contexto a verdade existe, ciclicamente, em permanência. Apesar do referido, o autor afirma que as histórias que conta são baseadas sempre em casos reais:

Tentámos interpretar, relacionar, compreender as interrogações que ficavam no ar. Não se trata de histórias acabadas. Quem quiser acreditar que acredite. Quem não quiser, que a considere ficção. Entre a ficção e a realidade é ténue a fronteira, se é que existe fronteira! (Gonçalves J. L., 2011b, p. 8.)

Esta última frase do excerto, que se repete várias vezes ao longo do texto, e inclusive noutras obras, é uma ação recorrente, quase sacral (Gonçalves J. L., 2011a, p. 14). Sabe-se que as narrativas ilustram verdades intangíveis ou incomprováveis. Neste sentido, o poder da verdade surge questionado, pois está num campo aberto onde se permeia e se questiona a superstição. É uma condição extremosa da verdade colocar em análise o seu binómio antagónico, a mentira, a fim de criar um efeito de osmose. Colocando este raciocínio em contexto prático, denotam-se que estão aliadas questões inerentes ao texto: realidade/ficção, mito/história, crença/superstição, entre outros. Em consequência do referido, a procura pela verdade vai assegurar a vicissitude necessária para reavivar as crenças e evitar as distorções literárias. À semelhança da devoção, a verdade confere o poder vital de fazer valorizar as expressões e crenças e o poder simbólico do mito. Para esclarecer a nossa questão acerca das relações binomiais entre verdade/mentira e realidade/ficção, João Luís responde-nos que:

Na verdade, por vezes, não sabemos onde acaba a realidade e começa a ficção e vice-versa. Até na História oficial de Portugal, por vezes, desconhecemos a fronteira entre a realidade e a ficção. A realidade, por vezes, parece ficção e a ficção, por vezes, parece realidade (Ver anexo 1, Entrevista a João Luís Gonçalves, p. 82).

O autor explica-nos a relação entre realidade e ficção. Se uma das partes é antagónica e não tem outra qualquer relação a não ser a indiferença com a outra, também

são, por outro lado, inseparáveis. O mesmo se aplica a outras relações binomiais. Serve este contexto para impor que o nexos dos termos binomiais não existe sem a sua contraparte, nem teriam significado isolado. Como nos diz Gonçalves, “Na Antiguidade, o próprio Heródoto, considerado o “pai da História”, e outros historiadores explicavam os acontecimentos de acordo com as crenças mitológicas” (Ver anexo 1, Entrevista a João Luís Gonçalves, p. 82). De acordo com este excerto, a ficção é uma forma de explicar a realidade, assim como a mentira pode dilucidar uma verdade e vice-versa. Em suma, o autor propõe aos seus leitores um princípio crítico, uma visão aberta, globalizante, onde se possa permear a osmose de dois conceitos diferenciados, ou de trato distinto, de uma mesma raiz. A questão que permanece diz respeito ao porquê da utilização deste princípio. Parece-nos, através das premissas do autor, que este método de abordagem é uma forma de acesso a uma *língua mundi*, de junção, que permite não só evocar factos, como também transportar o espírito, as mentalidades, lógicas e razões e, dessa forma, reconstituir ou remontar acontecimentos que seriam, sem dúvida, paralelos, se estes não tivessem chegado até nós. O processo criativo que contempla a representação literária da História tem reconhecida toda a sua legitimidade quando se explicita o princípio de humanidade que lhe precede, da mesma forma que as lendas e os mitos têm implícito o seu lugar na história. Questionado acerca da relação entre a ficção e a história, João Luís Gonçalves considera que a “História, propriamente dita, deve ser o mais objetiva possível, embora, todos sabemos que a história constitui uma visão do historiador” (Ver anexo 1, Entrevista a João Luís Gonçalves, p. 88). O autor salienta que a visão dos factos se debruça sempre nas circunstâncias inerentes a cada indivíduo, àqueles aspetos que lhes são mais familiares. Na visão mitológica simplificada, os acontecimentos seriam quase sempre motivados pela crença, pelos deuses. Se transportarmos esta ideia para o nosso quotidiano poderíamos dizer, a título de exemplo que:

[...] se pedirmos a um costureiro, um sapateiro, um cabeleireiro que analisem um quadro de uma cena de mercado na Idade Média, o costureiro irá debruçar-se nos aspetos das roupas; o sapateiro irá salientar os tipos de sapatos de cada personagem; o cabeleireiro irá ver como as pessoas estão penteadas, etc. Ou seja, cada um valoriza conforme o seu interesse. A história é, de certo modo, filtrada pelos olhos de cada um (Ver anexo 1, Entrevista a João Luís Gonçalves, p. 89).

É certo que a visão dos factos e demais aspetos estão condicionados pelas circunstâncias individuais de um qualquer leitor, o que sempre implica, também, um aguçado sentido de crítica, assim como uma extensa biblioteca individual, para depuração dos conteúdos. Erguida a questão da verdade que se debate ao longo das ficções propostas por Gonçalves, é necessário homogeneizar ao termo a noção de inexistência de fronteira, para erradicar aquilo que, a princípio, parece criar vertentes paralelizadas.

2.2 “*Mise en abyme*” e a reprodução do mito

Filha de Tétis e Feiticeira da Terça é uma obra que se apresenta como um berço de narrativas, manifestando ora noções dentro de noções, ora, realidades dentro de realidades. É uma obra onde se produz o fenómeno literário designado por “*Mise en Abyme*”. Trata-se de uma técnica caracterizada pelo efeito de espelhamento ou de duplicação especular, criando um efeito de profundidade em que todas as narrativas são pregas, ou, em termos mais precisos, estão interligadas com a narrativa principal. A técnica de *Mise en abyme* é o princípio simbólico que permite a perpetuação da narrativa principal de forma a revitalizar as suas partes e contrapartes, num desenrolar contínuo. Esta técnica foi, primeiramente, introduzida pelo escritor francês André Gide, em 1893, fazendo referência ao termo “en abyme” (em abismo), interligando este conceito com a produção da heráldica, o típico brasão que representa uma família aristocrática. Deste modo, conforme surgem uniões com outras casas e se dá a descendência genealógica, também se repete a renovação da heráldica, *ad infinitum*. Neste sentido, todas as descendências são uma parte integrante da estrutura primária que as antecede. A ideia de profundidade aliada a este conceito pode ser comparada com as bonecas russas, matrioskas, que estão inseridas umas dentro das outras, criando uma noção de espelhamento e de profundidade. Assim, os textos que se apresentam dentro de textos retomam, de forma mais ou menos fiel, as ações e os elementos do texto principal. Esta técnica tende a ser ambivalente, já que pode fazer parte do campo literário e, também, das artes visuais. Segundo o teórico Lucien Dallenbäch, a técnica da *Mise en Abyme* é definida como “Todo o fragmento que apresente uma relação de similitude com a obra que o contém” (Dallenbäch, 1991, p. 16).

Apesar do referido, verificou-se que a utilização da técnica de *Mise en Abyme* não é uma prática propositada. Isto permite-nos denunciar uma dimensão do discurso a nível dos enunciados, evidenciando-a através de uma certa redundância textual, inconsciente,

que reforça a coerência do texto num todo, mas cria uma previsibilidade ficcional. Por sua vez, o processo que se evoca com esta técnica é o que possibilita a perpetuação de espaços, imaginários e histórias, fazendo com que a narrativa de Campanário e do Calhau da Lapa se repliquem como uma reflexão especular sob outras formas de narrativa, ao longo da obra, enunciando novos aspetos que permitem dar continuidade ao termo. Em qualquer dos casos, torna-se mais visível a pretensa de interligação da narrativa com a realidade, coadjuvada pela dialética de inexistência de fronteira, a fim de reforçar o que existe de verosímil nas premissas do autor, refletindo, por um lado, uma ideia de verdades intangível, e por outro lado, uma ideia de verdades incomprovável.

No que concerne à obra em estudo, esta ideia aplica-se à mitologia e à história. Entre a história e o mito, podemos afirmar que o mito precede a história em múltiplos aspetos e contextos. O mito, contudo, possui uma vertente mais intensa naquilo que concerne à ostentação de fenómenos antropológicos e sociológicos. Não só evidencia os traços do ser humano e do pensamento num aspeto totalizante, como também contempla estruturas e estratificações sociais, abrangendo diversos contextos culturais. Na atualidade, a distinção entre a mitologia e a história são evidentes, contudo permanecem interligadas. Aliás, a mitologia antecede a história e a história atual contempla a mitologia como parte integrante, consagrando o mito e os fenómenos místicos como património que herdamos das sociedades clássicas. Apresenta-se, pois, como o pilar da cultura ocidental. Citando Grimal: “É o mito que, na realidade existencial das culturas e da vida dos homens, distribui o papel da história” (Grimal, 1951, p. 15).

O mito é, portanto, o inaugurador da história da humanidade, o registo da força matriz (e também, diretriz) da civilização humana e das relações entre o homem e os fenómenos da criação (divindades). É, também, uma referência no que diz respeito aos princípios doutrinários.

O mito, em detrimento da história, possui um fervor antropológico instintivo. Na ótica de Santos, “Cada mito tem uma mensagem própria, a merecer a sua atenção, pois a sua personagem central é o homem, com os seus anseios e problemas existenciais” (Santos, 1996). Consequentemente, o mito é revelador de tradições, costumes, hábitos sociais, modos de trajar, entre outros.

Em relação à feiticeira da Terça, é um dado comprovado que existiu alguém, de facto, com essa denominação, e subsequentes descendentes, ou herdeiros de poderes. Todavia, não se consegue provar se a/as pessoas em questão seriam feiticeiras. A tentativa ilustra-se para além do domínio do racional, ou seja, pelo que será tratado como um dado

inescrutável. Deste modo, permanecemos fiéis ao delineamento de hipóteses levantadas pelo autor e não à tentativa de desmistificar os elementos mágicos. Sabemos, por via de facto, que a ausência da feiticeira e os relatos orais que quedaram, ora por e para assombro, ora para redenção de memórias, são o método de “amamentação” que permitiu nutrir os elementos que são hoje constituintes indissociáveis do imaginário das gentes do Campanário.

2.3 A teoria de um Campanário macrocéfalo e a Ulisseia

Algumas vezes a história não comprovada é a que permanece ao longo dos tempos, seja pelas deduções e pelas especulações, muitas vezes com dados e, contudo, sem o fio condutor que comprove a verdade. É o que se caracteriza, simplesmente, por factos soltos. Tomemos o exemplo da etimologia da capital portuguesa, Lisboa. São inúmeras as teorias em volta do nome, e a maioria dos fenómenos históricos acerca dos primeiros povoados provêm, sobretudo, da *Ora maritima*, livro do século IV, do autor romano Rúfio Avieno.

Procurando seguir uma sequência lógica, os estrímnios, considerados o primeiro povo nativo de Portugal, chamavam esta terra de Estrímnia. No entanto, os romanos conheciam esta terra por Ophiussa, nome que os antigos gregos davam ao território português, por sua vez, ocupados pelos Ofis, o povo das serpentes que expulsara os estrímnios. Após a conquista da Península Ibérica, pelos povos romanos, então ocupada pelos lusitanos, Ophiussa passara a denominar-se de Olissipo, nome que deriva da nomenclatura do herói grego Ulisses (Grimal, 1951, p. 458), pronunciado em grego como “Odiseu”, empregado em latino como “Ulyxes”. Após o domínio romano, as sucessivas transformações do nome perderiam o seu ânimo histórico, mantendo-se a raiz etimológica da nomenclatura, mas cedendo lugar aos fenómenos linguísticos inerentes aos povos que ocuparam esta cidade, após os romanos. Segundo a História de Portugal, o último povo a ocupar estas terras antes dos portugueses foram os muçulmanos, cujo legado linguístico ocupa uma grande porção do léxico português atual, e sabe-se que chamavam Lisboa de “Al-Uxbuna” ou de “Lixbuna” (Dias, 1949, pp. 13-14).

Em *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça*, o autor, delineando a sua história com a análise da *Odisseia* de Homero e com a teoria de R. Henning, perfila Ogígia como sendo a ilha da Madeira, colocando, em particular, o espaço que compõe o Calhau da Lapa como a terra refúgio onde a ninfa Calipso, filha de Tétis, teria sido exilada por ter enfurecido

Zeus, o pai do Olimpo. Segundo Gonçalves, “Zeus queria que a ilha da filha de Tétis permanecesse desconhecida dos homens” (Gonçalves J. L., 2011b, p. 14).

No seguimento desta conjectura, Zeus planejou que o argo, o navio grego que transportou Calipso, não tivesse retorno, a fim de poder manter as ilhas desconhecidas de todos os Homens. Na misticidade deste evento, tecem-se duas hipóteses daquilo que poderá ter ocorrido. Numa primeira instância, é proposta a teoria de que Zeus terá conjurado uma grande tempestade para que o argo afundasse, tendo algum sobrevivente regressado à terra e, dessa forma, tivesse vivido com Calipso no exílio. Desta teoria, torna-se possível a ideia de convivência entre algum náufrago e Calipso, o que coloca como circunstância alcançável a descendência das feiticeiras. Na segunda teoria, constata-se que Zeus, enfurecido, teria transformado o argo em pedra na sucessão de um relâmpago. Esta rocha poderá bem ser aquela que identificamos como o atual ilhéu de Campanário. Narrando na primeira pessoa, Calipso afirma: “Mas fui eu que o salvei, quando ele aqui chegou sozinho, montado numa quilha, pois Zeus estilhaçara a nau com um relâmpago cadente no meio do mar cor de vinho” (Homero, 2018, p. 177).

Das deduções do autor parece exacerbar-se a ideia de que as feiticeiras que habitaram Campanário ou seriam a descendência do encontro de Calipso com os argonautas ou o resultado do encontro entre esta divindade grega e o herói grego Ulisses, relatado como o único sobrevivente de um naufrágio que ocorrera nesta costa. Através da *Odisseia*, constata-se que dos dez anos que Ulisses andara perdido, aquando do seu regresso a Ítaca, sete teriam sido passados com Calipso, até concluir a sua jangada, versão esta que nos parece ser a mais plausível.

[...] depois de Calipso ter perfumado Ulisses, fez soprar vento morno e este partiu.
[...] Calipso recomendara-lhe que conservasse à sua esquerda, ao navegar sobre o mar. Durante cerca de vinte dias dirigiu-se para a ilha de Esquéria (Gonçalves J. L., 2011b, pp. 12-13).

Procurando confirmar a localização da ilha mítica onde se refugiara Calipso, é mencionado no *dicionário da mitologia grega e romana*, de Pierre Grimal, que no decorrer do naufrágio de Ulisses e dos seus companheiros, a ilha de Calipso situar-se-ia defronte de Gibraltar, na costa marroquina. Contudo, isto não seria possível, pois não existem ilhas na costa norte de Marrocos. Por conseguinte, as informações deste local não apresentam consenso com as descrições feitas acerca de Ogígia, pois o clima não

corresponde ao trópico verdejante. Acresce o facto de a ilha de Calipso ser uma ilha desconhecida dos homens e dos próprios argonautas, razão pela qual só faria sentido que estivesse localizada fora da cartografia antiga, pois “O extremo do mundo occidental, mesmo na epocha da lenda, era para os antigos gregos as Afortunadas” (Corrêa, 1926, p. 85). Este, pouco se estendia para além do mediterrâneo, como podemos constatar no seguinte mapa [\[Anexo 3, figura 7\]](#).

A localização onde Ulisses possivelmente naufragou seria, assim, a Ilha da Madeira, situando-se além das Colunas de Hércules (localizadas entre Gibraltar e Ceuta), fora do território marítimo mapeado. Na perspetiva de Corrêa,

essas Afortunadas são bem as ilhas em que se acha a dos pheaceos da *Odysseia*, aonde Nausica filha d’Alcinus com a sua côrte vê Ulysses na praia [...] As Afortunadas, depois na lenda, tomaram o aspecto de terras de clima eternamente bello, habitadas pelos felizes mortaes a que os deuses tinham concedido a immortalidade (Corrêa, 1926, p. 85).

Esta dedução justifica-se, também, pela correspondência com as descrições feitas, pois Ogígia, a chamada ilha de Calipso, é descrita com as características típicas da Madeira, em particular, do Calhau da Lapa: grutas profundas, jardins naturais, bosques sagrados e nascentes borbulhantes. Aliás, a hipótese que melhor aproxima esta teoria da verdade é comprovada através do alinhamento estelar, método de navegação primordial, como relatado na obra, verificado através de R. Henning. As ilhas mais próximas da costa africana, que seriam as Canárias, estariam, por via de facto, fora de questão, pois, eram ilhas habitadas pelos guanches, os nativos daquela terra, e além do mais, é uma terra desprovida da flora e do clima de que se constituem os relatos da ilha de Calipso.

Havendo surgido ainda no período romano e tendo perdurado durante séculos, este mito que se resguarda na origem do nome da cidade Olissipo, e a sua semelhança ao nome Ulisses, tem sido, por todo esse tempo, um fenómeno de fascínio dos portugueses: “Segundo a lenda, Ulisses dera a Lisboa o seu nome, *Ulisseum*, transformado depois em Olissipo, através de uma etimologia improvável (Gersão, 2011, p. 34).

Aquando da saída de Ulisses da ilha de Calipso, através de uma jangada, o herói partiria em direção à ilha de Esquéria, no decorrer de vinte dias. A improvável chegada à ilha mítica de Esquéria representa, neste contexto, uma maior probabilidade da sua chegada a Lisboa, cuja circunscrição da costa se assemelha a uma ilha. Um dos fenómenos que ocorrem, com alguma frequência pelas ilhas da Madeira é a vinda do tempo de leste e, também, das poeiras do Saara. É através deste fenómeno que se coloca como uma possibilidade aceitável que os ventos “mornos” da costa africana tenham conduzido a jangada de Ulisses até Lisboa.

Para entender a sincronia de relação entre a Ulisseia e Campanário é necessário entender que o mito grego é uma parte integrante da cultura portuguesa. A revisão da possível passagem de Ulisses nas regiões portuguesas é aquilo que se pode considerar um marco de interação mitológica, pois no momento atual é necessário reconhecer que a identidade “lusa” foi, num primeiro momento, banhada pelo mito e só depois pela história. Indo ao encontro da tese de Gersão, consideramos que a mitologia grega está intimamente ligada à expressão identitária e à cultura dos portugueses. Aliás, muitas referências da *Odisseia* de Homero tendem a apresentar um enorme vínculo com a cultura portuguesa. Escritores consagrados, tais como Luís de Camões, Fernando Pessoa, Sophia de Mello Breyner Andresen, entre outros, estimularam uma legitimação destes fenómenos na nossa cultura, através da reinterpretação da presença de Ulisses bem como de vários outros mitos gregos que se viriam a integrar como componente identitária dos lusos.

Suspendei por um pouco do áureo ceptro
A régia majestade soberana,
Ouvi cantar ao som do grego plectro,
E enquanto dais a mais sonoro metro
Obras dignas de glória mais que humana,
Dai-me vosso favor, que nele espero
Cantar de Ulisses, imitando a Homero
(Castro & Campos, 2000, p. 9)

Seja no mundo literário ou cultural, a presença grega é irrefutável. As poucas referências que existem acerca da Lusitânia pré-romana apelam à procura da relação etimológica do nome Lusitânia aos mitos gregos. O fenómeno de apropriação e absorção da cultura grega por parte dos romanos, inclusive a readaptação das divindades gregas,

foi uma ocorrência que condicionou a história e o desenvolvimento das povoações latinas. Ao contrário do que a história determina, parece-nos mais próxima da verdade a absorção dos romanos pelos gregos, se excluirmos o óbvio contexto bélico. Concordamos com esta realidade, tendo em conta o facto de a civilização grega ter tido mais proveito civilizacional proporcionado em termos culturais e cívicos, quando foi conquistada pelos romanos.

Atualmente, “Lusitânia” é patenteada, por via etimológica, pelos romanos. Segundo as observações do romano Plínio, o velho, na sua *Historia Naturalis*, a origem da Lusitânia está envolta na mitologia romana, derivando de Luso, filho de Baco. Não obstante, existem alusões de que Lusitânia derive de Elísia, em referência aos Campos Elísios, cuja representação configura uma imagética do “paraíso” para homens que falecem, de acordo com a mitologia grega. Tal é complementado pelo facto de Lusitânia estar no limiar do mediterrâneo, integrando a região geográfica das deambulações míticas de Ulisses. Tendo em conta a cartografia limitada que se estendia pouco além do mediterrâneo, localizamos Portugal na margem da fronteira que contempla as regiões não exploradas. Segundo Homero:

[...] para o Campo Elísio nos confins da terra os imortais te levarão, para lá onde vive o loiro Radamanto e a vida para os homens é da maior suavidade [...] o Oceano faz soprar as brisas do Zéfiro guinchante para trazer aos homens o deleite da frescura. (Homero, 2018, p. 149)

Sublinhemos que Zéfiro representa, na mitologia grega, o deus dos ventos poentes (vindos do Oeste), assim como o vento literal, vindo da direção cardinal mencionada. Por acréscimo, em relação ao que foi referido na secção anterior, as descrições que se fazem das regiões lusas fazem-nas representar o paraíso utópico do imaginário grego.

Regressando às ilhas, naquilo que concerne às referências mencionadas na obra de João Luís Gonçalves, circunscrevemos, em primeiro lugar, Ogígia e a sua possível localização identificando-a como a ilha da Madeira, associando os fenómenos mitológicos ao Calhau da Lapa e à passagem de Ulisses pela Madeira. Porém, a maior parte das referências que contemplam as ilhas caracterizam-nas como um aglomerado.

Referidas na *Odisseia* de Homero e posteriormente pelos romanos Plutarco e Plínio, as “Ilhas Afortunadas” estariam associadas, também, aos campos Elíseos, por se encontrarem além do ocidente conhecido, até à data (Silva J. M., 2006, p. 375). Do mesmo

modo, poderiam ser retratadas como as “ilhas de Zéfiro”, embora não se faça tal referência. No entanto, as “Ilhas Afortunadas” englobam, hoje, toda a faixa de ilhas da macaronésia. Aliás, a palavra macaronésia é originária da junção de duas palavras do grego, (“makarón = feliz, afortunado”; “neroi = ilhas), ou seja, ilhas afortunadas, ilhas abençoadas (Ferreira, 2015, p. 9).

Antes de ser estabelecido o achamento e a colonização da ilha da Madeira, em 1419, pelos portugueses, já haveria registros do descobrimento desta ilha nos *portolanos* italianos, mapas náuticos. Contudo, segundo Corrêa, no século XIII :

[...] ficou a carta magrebina (arabe) que se acha na Bibliotheca Ambrosiana de Milão, e na qual se constata a influência que ella e as cartas arabes semelhantes exerceram nos portulanos da Edade Media (Corrêa, 1926, p. 164).

Este autor indica que nas cartas árabes já se encontrava uma vasta nomenclatura das ilhas da bacia oceânica, ainda que muitas delas tivessem descrições lendárias e fantasiosas. É também referido que estas primeiras cartas, provindas dos árabes, podem ter exercido influência a muitos cartógrafos, o que pode ter levado muitos a se servirem delas para a elaboração dos portulanos da idade média. Por estes motivos, a conceção das ilhas dispunha as mais distantes da costa como se cada uma estivesse

collocada n’esses mares inhospitos e aonde a imaginação punha a terra promettida dos santos e mesmo o paraizo [...] As Afortunadas ao longo da costa d’Africa não só se conhecia a existencia d’ellas como se sabia serem habitadas: mas era essa viagem para o mar alto que tornava as ilhas ignoradas (Corrêa, 1926, pp. 164-165).

No *Book of the Knowledge of all the Kingdoms Lands and Lordships that are in the World*, da autoria de um monge franciscano espanhol no século XIV, surge pela primeira vez a menção da ilha da Madeira e das outras ilhas da macaronésia, numa data anterior à chegada dos portugueses. É-nos mencionado, na nota introdutória deste livro que o manuscrito original terá vindo a existir entre 1350 e 1360 (Clements, 1912, p. 12). Com fulgor idêntico ao de Erasmo de Rotardão, este padre franciscano descreve-nos as suas viagens, embora no anonimato, onde nos é, segundo se crê, mencionado pela primeira vez, o nome das ilhas em questão:

I embarked in a *leño* with some Moors and we arrived at the first island they call GRESA. Then we came to find the island of LANÇAROTE and they gave it that name because the inhabitants killed a Genoese of that name. [...] I went to another island called TENERIFE [...] another SALVAJE, another DESIERTA, another LECNAME⁵, another PUERTO SANTO [...] (Clements, 1912, pp. 28-29).

Consta, através desta narrativa, que as ilhas já seriam conhecidas tanto pelos muçulmanos como pelos italianos que por lá passavam, e que já lhes teriam sido atribuídos os seus nomes. Segundo este relato, sabemos que eram essas as designações que os mouros lhes davam. Contudo, a referência à ilha de Lançarote, que fora descoberta em 1312, possuindo o nome do seu descobridor genovês, implica que os italianos já conheciam todas, ou parte das ilhas da macaronésia. Estas seriam, *a posteriori*, desenhadas, embora sem grande critério, em 1339, nos portulanos do maiorquino Angelino Dulcert e ressurgiriam mais tarde, em 1370, “representadas numa posição geográfica adequada” (Vieira, 2015, p. 6).

A caracterização onomástica da Madeira deixa, contudo, um mistério linguístico, tendo em conta que, se era uma terra já conhecida dos árabes, dificilmente a sua primeira nomenclatura possuiria origem latina. Denominada nos mapas antigos por “Lecname”, ou “Legnàme” em italiano, esta palavra também pode ser entendida em espanhol por “leñame”. São palavras com fonética muito semelhante. O que se pode considerar correto é que todas estas palavras partilham uma raiz comum. No caso patente, *Lignamen* é a palavra do latim vulgar utilizada para denominar madeira.

Verificamos, desta forma, como a Madeira do mito e da história, em *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça* é exposta, em termos de ficção, relatando, na primeira secção da obra, o exílio de uma divindade grega do Olimpo para as grutas do Calhau da Lapa. A ilha da Madeira, durante a sua colonização, foi também demarcada, histórica e literariamente como uma terra de exílio e de clandestinidade, de tal forma que hoje se perpetuam lendas históricas, tais como a lenda de Machim, a lenda de Arguim e algumas lendas sebásticas. Em Campanário ainda habitam no imaginário popular algumas lendas do escapismo das figuras monásticas, várias histórias acerca de fugas de escravos para as montanhas e fajãs da Madeira, relatos orais de refúgios e evasões de dissidentes, piratas

⁵ Ilha da Madeira

e corsários para furnas e grutas do mar, bem como as histórias e registos de alguns ataques costeiros. João Luís Gonçalves retrata não só o mito, como também algumas destas lendas históricas que, relevam o histórico entreposto do Calhau da Lapa. Segundo o autor, “Há relatos de mulheres que viajavam clandestinas, nas caravelas e foram deixadas na costa da Madeira” (Gonçalves J. L., 2011b, p. 38). É-nos contado por este autor, através do historiador João Adriano Ribeiro, como nos entrepostos do Calhau da Lapa e da Fajã dos Padres eram deixados, além de carga material, os viajantes clandestinos que se escondiam nas embarcações que por lá passavam. Desta forma, a “narrativa de “A moura misteriosa” (Gonçalves J. L., 2011b, pp. 37-38) e as documentações das passagens dos mouros ou da captura dos mesmos para as ilhas podem ter sido práticas mais comuns do que aquelas que se encontram documentadas.

Em termos sucintos, o que se verifica através desta narrativa de Gonçalves é que o mistério acerca da origem da feiticeira da Terça subordina-se entre o exílio e o mito grego. Este contempla uma observação, volvendo da freguesia de Campanário às ilhas e, subsequentemente, do mediterrâneo grego ao continente português. Do retorno entende-se que é absorvido (pelo Português) um panorama cultural/histórico de mundividência onde se segregam as várias lendas históricas existentes. Estas sobressaem, no contexto geral português através de figuras monásticas, algumas de origem sebástica, e através da clandestinidade e do exílio de minorias sociais e grupos de culturas adversas (degredados, muçulmanos, escravos negros). Ou seja, as possíveis origens da feiticeira da Terça assentam num paradigma de imprecisão onde podem, inclusivamente, recuar ao tempo do sagrado, do mito, para se compreenderem a antiguidade e os processos formuladores dos primórdios de criação da “feiticeira”. Evidenciam-se, nesta obra ficcional, aspetos de mundividência e de culturalidade que, com certeza, possuem implicações identitárias no contexto ocidental, e que continuam a ser estudadas na atualidade, estendendo-se além do contexto rígido do conceito-nação. É através da viagem realizada pelas vertigens da história e do imaginário do povo de Campanário, contadas por João Luís Gonçalves, que a freguesia vai empoderar um papel macrocéfalo, associando-se aos feitos que formam o mundo luso. Deste modo, verificamos que a dimensão de um espaço não contempla necessariamente a dimensão da sua história e da sua presença no mundo. Da mesma forma que os portugueses foram à (re)descoberta desta terra, é bem possível que Ulisses tenha partido desta terra para Lisboa e, sendo assim, facilmente se retrocederia na história pré-românica que possuímos. De tão poucos registos que existe deste período, a história épica de Ulisses não parece ser descabida na realidade portuguesa.

Tendo em conta os aspetos que mencionamos pela voz de Gonçalves, encontramos em Campanário a capacidade de revitalizar os campos da história e do mito, voltando aos tempos primordiais, a fim de entender como os gregos e Elíseos trespassaram os seus jardins aos homens lusos, e de como Ulisses transporta Campanário periférico, pilar do exílio do herói grego, para o centro do mundo português, como embrião da identidade grega no país. Produto das relações estudadas, através de *Filha de Tétis* e *Feiticeira da Terça*, verifica-se que Campanário poderá ser, não apenas um espaço-berço que alberga vários mitos de origem grega, como também um repositório do imaginário e das mais intrínsecas lendas dos descobrimentos.

2.4 A questão da memória em Campanário

Ao referir a existência das feiticeiras, o autor relata, sem qualquer tom vindicativo, a fraca preservação deste imaginário nos povoados da freguesia, referindo que a maior parte das histórias e memórias que sobreviveram, por alguma oralidade, dificilmente se refletem nas gerações mais jovens, que pouco parecem saber em relação às complexidades vivenciadas ou contadas pelos seus ascendentes. Induz-se, além do facto mencionado, a necessidade da preservação da memória coletiva do passado. É claro que a memória orgânica, não representando nenhum objeto nem sendo mensurável em nenhuma tipologia, nunca se poderá considerar completa. O efeito de continuidade interminável de uma memória altera, também, a sua génese, que sofre mutações e efeitos geracionais através das sucessivas passagens pelos seus herdeiros orais. Além de metamorfosear com os âmbitos de cada um numa autêntica espiral olímpica este é, em suma, um processo que decorre muito à semelhança do jogo do telefone⁶. Não obstante, se no decorrer do efeito de mutação trabalharmos a memória pelo seu meio-termo, se assim podemos denominar, o próprio processo, ou o sentido/aspeto moral que o constitui, chegaremos à conclusão de que a infinitude cíclica de uma memória só atinge o seu *terminus* quando se emprega um sentido (individual, para nós mesmos). Neste constructo que é Campanário, onde se verifica esta “espiga” de insegurança, manifesta-se uma ausência de espírito de procura e de sublevação, onde não se consegue determinar, em

⁶ Jogo do telefone - Ação de transmitir uma mensagem sequencialmente de um orador para outro e vice-versa.

melhores termos, a subsistência da memória do povoado e das suas gerações. A falta de poder reivindicativo e a carência de uma necessidade de procura consciente impedem que se rume contra a perplexidade do esquecimento que se vai formando, em derivação do tempo e de outros fatores próprios. No caso de Campanário, o esquecimento parece ocorrer sem estranheza aparente.

Este facto, contudo, traduz-se na perda da tradição, sobretudo tradição oral, pois esta foi perdendo a sua continuidade,

e não se possui, de modo patente, mais do que uma ou duas dezenas de registos escritos que retratem os temas mencionados, em contexto local. A coletiva sintomatologia expressiva da tradição, seja sob o formato de história, memórias ou marcas, que outrora esteve intensamente entranhada nas povoações locais, sofre agora, através de inúmeros fatores e, sobretudo, através da passagem do tempo, o esquecimento. Na inércia envolvente que cobre a freguesia, em termos culturais, poderá incorrer-se a perda destas transmissões, resultando e como está acontecendo, patologicamente, numa perda da identidade local. Este estudo decorre em torno desta assunção. A perda de identidade forma a nossa matriz e é também, neste sentido, o elemento que confere a ação impulsionadora e a dinâmica necessária, onde se procura religar fragmentos de conhecimento, a fim de reavivar as origens da freguesia.

Refira-se que, quanto à freguesia, tendem a ser poucas as intervenções de âmbito cultural, sobretudo em temáticas de identidade. No caso de Campanário, não se podem descurar as intervenções realizadas ou suportadas pela Associação Desportiva de Campanário, pelas autarquias locais e municipais ou por algum particular, pois estes versam em tentativas de procura e de divulgação de quaisquer fenómenos relativos à freguesia. No entanto, parece-nos que na atualidade do meio madeirense, o elemento acreditador da cultura parece ser, cada vez mais, o turismo. Cremos, de um outro modo, poder constatar que a cultura está sendo cada vez mais valorizada em função da rentabilidade pecuniária que poderá vir a ter. Valida-se, com maior frequência, a tentativa de associar o estudo da cultura às peculiaridades do turismo, o que, de facto, pode vir a representar uma vantagem ou interesse lucrativo, mas, da mesma maneira, pode criar incongruências e embargar a ação primordial da cultura ou limitar o seu estudo para apenas aquilo que é provido de interesses pecuniários. Este estudo, desprovido dos

interesses acima mencionados, tentará contribuir para trazer maior proveito e riqueza cultural.

Acerca da questão da memória, João Luís proporciona através de grande parte da sua obra uma interação entre a realidade e a ficção, onde procura a estender a realidade. Esta pode ser associada a um contexto de hiper-realidade, cujo aspeto característico pode ser entendido como uma realidade por representação, onde se deslocam elementos aparentemente antagónicos de modo a se criar um preenchimento daquilo que se procura representar, o real. Esta semiótica, cunhada pelo autor, procura instituir de significado matérias que prescrevem um fio de razão, mas que nem sempre oferecem um entender lógico na realidade patente. Coadjuvando estes termos nesta dinâmica sem fronteiras procura criar representações que consigam ligar os factos à realidade, testemunhando nelas, sempre, a verdade. A título de exemplo, poderíamos imaginar algo genérico como uma fotografia de uma modelo “retocada” por um computador. Este exemplo, no entanto, conjuga, por assim se dizer, uma mentira (retoque) com a pessoa real. No contexto do autor, muitos dos conteúdos que permeiam elementos ficcionais fazem-se representar na realidade como algo possível, deduzível ou historicamente correto.

Em a *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça* a inclusão de elementos da mitologia grega, por aparência, de limites estritos e cêntricos, de fronteiras exatas, vem a tornar-se fulcral para realidade enquanto representação, onde passa a crescer na obra de modo concêntrico com todas as histórias de Campanário, criando uma aproximação vigorosa da verdade não estabelecida pelo facto histórico. O mesmo acontece com *João do Canto*.

O desenlace da história de João do Canto (personagem) recorre ao conluio do natural de Campanário, que representa, de certo modo, um coletivo, com os factos históricos da época de colónia e os movimentos liberais que sucederam na Madeira no século XIX. Este século, marcado pelas sucessivas crises económicas e sociais, advindas de pragas nas agriculturas, vai permear uma consolidação política insular, o que leva as várias entidades políticas da Madeira a alinharem-se com o movimento liberal, apoiando as movimentações da revolução em Lisboa e no Porto. A consciência política que advém do movimento liberalista, porém, pouco ou nada importava a João do Canto e, do mesmo modo, à maior parte dos camponeses, que apenas queriam ver a sua pobre condição melhorada, pouco ou muito. À vista do que foi referido, é fulcral conhecer, em antevisão, o protagonista.

3. *João Do Canto* – Os seus embalos e prefácio

Na terceira e última instância deste estudo, analisar-se-á a obra *João do Canto* de João Luís Gonçalves e os factos e remanescências que aludam a Campanário e aos seus naturais. Refletiremos também sobre os impactos históricos, as nuances da colónia e os condicionalismos da revolução liberal e demais influências que se tenham exacerbado nesta freguesia assim como a realidade do seu povo. No mesmo seguimento, questionamos e tentamos interpretar a difusão da obra de João Luís Gonçalves e, conjuntamente, procuramos assimilar os contributos que nos são facultados por Valter Hugo Mãe, e as circunstâncias que o ligam à freguesia de Campanário, estendendo o olhar sobre a freguesia numa ótica mais contemporânea.

A obra *João Do Canto* parece ser o *Magnum opus* de João Luís Gonçalves. Foi lançada no ano de 2015 e publicada no âmbito das comemorações dos 500 anos da freguesia de Campanário. Aborda inúmeros temas, muitos deles de sensibilidade histórica ainda recente, e traduz alguns dos seus impactos, sobretudo, no meio social. O principal tema em enfoque é a colónia, um regime de exploração de terras específico da região autónoma da Madeira, cuja duração teve impacto no meio madeirense em diversos aspetos, na sua maioria, políticos, económicos, sociais, entre outros. Apesar do referido, o autor compactua este tema da história madeirense aos ensejos da sua terra natal, Campanário.

João Do Canto é uma obra que conta com uma edição de 500 exemplares. A sua disseminação literária abrange, essencialmente, os municípios da Ribeira Brava e Campanário. Este livro foi apresentado na televisão nacional pelo atual presidente da república, Marcelo Rebelo de Sousa, a 16 de agosto de 2015, no canal TVI, no programa “Jornal das 8”, alcançando o território continental.

Tal como João Luís Gonçalves expõe o seu vínculo à terra natal, na sua obra, outro autor português, contemporâneo, Válder Hugo Mãe, também demonstra uma afeição por esta freguesia. Anunciou em entrevista, através do *Jornal da Madeira*, do dia 20 de novembro de 2021, que iria lançar um romance inspirado em Campanário. Este dado torna-se objeto de relevância, pois as produções literárias sobre Campanário, além da literatura popular, são escassas. Colocam-se algumas questões acerca da produção literária de ambos os autores: um livro com tão poucas tiragens como *João Do Canto* chegou à posse do atual presidente da república e, inclusive, foi apresentado em televisão nacional pelo mesmo. Por outro lado, o que leva um dos autores portugueses mais

destacados da atualidade a escrever sobre Campanário, uma freguesia de reduzida dimensão do país? O que será que aproxima ou diferencia estes dois autores? Quais são os mecanismos que levam Campanário além fronteiras?

Uma crónica do jornal diário matutino *Público* apresenta uma descrição de Válder Hugo Mãe acerca da freguesia de Campanário.

No Campanário, como em quase toda a ilha, as encostas olham umas para as outras como ruas dobradas a meio. Páginas de um mesmo livro que se aproximam, mas não se fecham. A percepção da vizinhança é absoluta. Passamos como visíveis. Intensamente visíveis, quero dizer. Numa e noutra montanha, somos um bulício apelativo. As pessoas assomam à janela para nos inspeccionar. Fazem cálculos para saberem quem somos. Como uma página do livro encara a outra, a população vive de nariz virado para a vizinhança. É um modo de segurança. Toda a gente se conhece. A dona Luísa Reis vai na rua e cumprimenta cada alminha e tem pergunta ou resposta para cada alminha porque a freguesia é uma família grande. Fica-se a saber quem está gordo ou magro, quem já emigrou ou quem voltou, sabe-se das promessas de casamento e das obras nas levadas ou no arranjo dos poços de furnas que são essenciais ao cultivo e aos animais de toda a gente. Fica-se a saber que eu, certamente, volto tarda nada (Mãe, 2014: s/p).

A descrição que este autor faz da freguesia é simples, incisiva e culta, e infere uma característica exclusiva do não-nativo de Campanário, o olhar do “outro”. Por isso, a tangibilidade dos vários aspetos mencionados é quase nula por parte dos nativos, assim como por parte do investigador, por estarem centrados nas suas rotinas. O olhar do “outro”, neste caso particular, o olhar “de fora para dentro”, pressupõe, neste caso, um choque cultural.

Propusemos a Valter Hugo Mãe uma entrevista, onde procuramos interpretar as conjunturas que o ligam a Campanário. Por consequência, questionamo-lo acerca dos seus ensejos, o modo de como visualiza esta terra, entre outras singularidades que deduz acerca da freguesia. Dentro destas diversidades, questionamo-lo acerca dos símbolos, valores e significados que se exponenciam em Campanário, para assim se fazer representar as questões que assoberbam os interesses relativos a esta terra. Além do acima exposto, procuramos entender qual a contribuição que procura trazer com a sua nova obra acerca da freguesia de Campanário.

Quanto à sua relação com a Madeira, e em específico, Campanário, Valter Hugo Mãe diz-nos o seguinte:

A primeira vez que visitei a ilha já teria talvez 32 anos e queria muito que fosse verdade aquilo que era visto nos cartões-postais. A primeira coisa que senti foi a perplexidade de ser muito mais verão do que no continente e de me parecerem as pessoas mais cheias de jantares em restaurantes e passeios de vistas longas. Fiquei muito maravilhado. Quis voltar o mais depressa possível. [...] A ilha passou a estar no meu quotidiano através do espanto de ela ter sumariamente casado com um ilhéu e assumido que jamais voltaria ao continente. Mais tarde, talvez meio predisposto para gostar de quem é da Madeira, ou de quem é das ilhas, fiquei muito amigo de um rapaz de Campanário e acabei conhecendo a família. Num grupo de amigos, visitei a freguesia e fizemos grande festa. Foi muito engraçado estar no tempo dos arraiais e subir as encostas para entender como tantas casas são no inclinado do terreno, muito verticais, muito bravas para alguém que, como eu, tem vertigens. Não consegui mais ignorar Campanário e alguns dos seus lugares mais esconsos. Quis voltar e ponderar acerca do que é viver num lugar vertical (Ver anexo 2, Entrevista a Valter Hugo Mãe, p. 92).

O conceito de verticalidade, aspeto considerado normal para qualquer cidadão madeirense, foi o objeto de fascínio e de apreço da viagem e estadia de Valter Hugo na ilha. Este autor destaca uma semântica propícia das ilhas como o mar, o isolamento e a espiritualidade que emana habitualmente destes contextos. Como referido no capítulo sobre os castanheiros de Campanário, o esculpamento das estradas tendia a ser muito penoso, o que levava os populares a apelidarem as estradas de “mata-bois”, em função da sua inclinação. Na atualidade, com o surgimento de estradas, as dificuldades reduziram-se. Contudo, desde o contexto medieval do século XV até ao surgimento das estradas para automóveis, o trato animal assim como os transportes de cargas por via animal nunca foram práticas muito oportunas, salvo a curtas distâncias, de tão inviáveis e exorbitantes que eram, tanto para os donos como para os animais. No entanto, a mesma situação não se aplica ao Porto Santo. Nessa ilha foram utilizados desde o último quartel século XV os denominados jericos, asininos, em detrimento dos cavalos, como principal animal de trabalho. Esta escolha surge em função da falta de vegetação que lá havia, situação que

sucedera devido, entre outras, a pragas de coelhos que destruíam a vegetação, animais que também haviam sido introduzidos na ilha pelos primeiros colonizadores.

Parece-nos que Valter Hugo Mãe corteja o aspeto de verticalidade e de isolamento das ilhas, transportando-o para uma ótica de fé e de resistência dos que aí vivem.

Estou a trabalhar a fé e a resistência [...] e interessa-me a maneira como os diferentes povos se relacionam com o isolamento. Em Campanário interessa-me a vista do mar como num precipício e o assombro que parece redobrar a espiritualidade das pessoas. É muito típico das ilhas. Os ilhéus estão entregues a uma fé mais resistente e fervorosa. Os continentais têm uma fé cada vez mais cosmética, sem compromisso (Ver anexo 2, Entrevista a Valter Hugo Mãe, p. 92).

A fé e a resistência, nos seus diferentes contextos, atuam como axiomas em *João Do Canto* de João Luís Gonçalves, à semelhança de como ocorreu ao longo da história da Madeira. Neste eixo representativo encontram-se a oscilar os anseios e as pretensões populares, assim como uma sintomatologia das circunstâncias propícias aos acontecimentos, num determinado momento. Numa vertente histórica, faz-se saber que durante as guerras liberais, quando a ilha foi tomada, em 1823, pelos Miguelistas, o vigário do Campanário, o padre Tomé João Pestana, foi condenado por estes. Pouco depois, em 1825, em função do motim sucedido em Campanário, houve, também, a apreensão de outros populares e membros da igreja, muitos deles condenados ao degredo nas colónias africanas. (Gonçalves J. L., 2009a, pp. 140-141). É afirmado nestas fontes que os principais mentores desta insurreição eram membros da igreja. Deste modo, não é alvo de estranhamento o facto de que a igreja e a fé em Campanário tenham sido elementos vitais na intriga política e, no contexto lato, uma representação da resiliência da população local, embora noutras ocasiões a fé possa ter sido o elemento opressor. Os propósitos da fé, desde o contexto feudal, centravam-se na ação de compelir a autoridade política a troco do livre arbítrio e influência estatal. Para esse efeito, a igreja quase sempre atuou como intermediário do estado, isto é, desde o momento em que não existissem conflitos de interesses ou outras desarmonias.

Várias produções escritas por João Luís vão além das fronteiras, percorrendo o espaço nacional e, também, Timor-Leste, onde o autor esteve em missão. Sublinhe-se que o prefácio de *João Do Canto* foi escrito pelo bispo timorense e vencedor do prémio Nobel da Paz de 1996, Carlos Filipe Ximenes Belo. Este prémio foi atribuído em

reconhecimento da sua obra em prol dos timorenses pela paz e reconciliação internacional face aos conflitos e guerrilhas que decorriam em Timor-Leste no final do milénio. A elaboração do prefácio pelo bispo emérito de Timor-Leste demonstra uma partilha de afinidades, expressando também, um gesto de reconhecimento e agradecimento mútuo entre o bispo e o magistrado. Verifica-se, nesta obra, uma missão para sensibilizar as pessoas no respeito dos direitos humanos, um incentivo às práticas de justiça social, assim como o apreço pelos diferentes estratos sociais, no caso patente, o apreço pelos pobres. Assim como D. Ximenes Belo denunciou as atrocidades pretéritas de Timor-Leste, João Luís busca trazer justiça a um Campanário esquecido, denunciando os preceitos da colónia que foram vividos por todo o espaço madeirense para dar vida a um Campanário imaginado nos tempos de colónia.

Ao questionar João Luís acerca da sua relação com D. Ximenes Belo e com o ex-presidente e ativista timorense Xanana Gusmão, o autor relata-nos o gesto de reconhecimento dado ao povo de Campanário, assim como a passagem do vencedor do prémio Nobel da Paz por Campanário.

Ao terminar a sua missão em junho de 2003, disse que a melhor coisa que podia oferecer ao povo do Campanário e Ribeira Brava seria uma bandeira de Timor-Leste (Gonçalves J. L., 2009a, p. 156).

Antes de terminar a sua missão João Luís conheceu, em pessoa, Ximenes Belo, convidando-o *a posteriori* a visitar Campanário.

Conheci D. Ximenes Belo na sua casa em Dili, em junho de 2002, quando D. Ximenes ainda era Bispo de Díli. Desde então, por várias vezes, temos contactado e tivemos alguns encontros [...] D. Ximenes Belo, a meu convite, também veio ao Campanário presenciar duas exposições sobre Timor-Leste, em 2009, uma na ADC e outra na Junta de Freguesia, onde foi afixada uma placa comemorativa da sua presença.

Com Xanana Gusmão – cheguei a ter encontro com ele no Departamento de Crimes Graves das Nações Unidas [...] Refira-se, não posso deixar de salientar o facto do Exmo. Sr. Bispo D. Ximenes Belo ter vindo ao Campanário, onde assistiu a duas exposições sobre Timor-Leste, uma na ADC e outra na Junta de Freguesia, onde está lá uma placa que assinala essa passagem. Tratou-se, a meu

ver, um modo de agradecer e de retribuir os meus trabalhos em Timor-Leste, conforme D. Ximenes Belo o disse na Junta de Freguesia, na altura da visita. Existe também a coincidência de D. Ximenes Belo ter nascido no dia de São Brás, 3 fevereiro, padroeiro do Campanário. Por isso, ele ficou muito satisfeito ao celebrar missa na Igreja de São Brás desta freguesia. (Ver anexo 1, Entrevista a João Luís Gonçalves, p. 80)

As trocas solidárias entre os povos foram bem recebidas e assinaladas em Campanário e na Ribeira Brava, contando, por várias vezes, com visitas de embaixadores timorenses na junta de freguesia de Campanário, assim como nos paços do concelho da Ribeira Brava.

3.1 *João do Canto* – Dos fenómenos históricos à construção do protagonista de Campanário

O século XIX, momento em que se desenrola a ação, é marcado por um quadro de acontecimentos que ocorreram na Madeira. Em primeiro lugar, as ocupações britânicas que sucedem para conter a invasão napoleónica em Portugal e assegurar o domínio marítimo do ocidente europeu. Nesta sequência, a corte real e o monarca do momento, D. João VI, regente de D. Maria I, fogem para o Brasil e nomeiam o Rio de Janeiro como a nova capital do reino português, alterando a constituição do reino. Após o Congresso de Viena, que marca o fim das guerras napoleónicas, e com a disseminação das influências liberais que sucediam pelos vários países da Europa, como França e Inglaterra, ocorre no Porto a Revolução Liberal de 1820, não esquecendo o abandono régio e a sublevação do Rio de Janeiro, a capital do império português. Nesta sequência, o monarca é forçado a retornar a Portugal em 1821 e a aceitar a constituição que entrara em vigor no ano seguinte, deixando o seu filho D. Pedro IV como regente do Brasil. A partir deste momento, a monarquia absoluta passara a tornar-se uma monarquia constitucional. Na sucessão dos eventos, D. Pedro IV, defensor dos ideais do liberalismo, proclama a independência do Brasil. Os preceitos liberais são pouco duradouros em Portugal, já que em 1823 ocorre a revolução anticonstitucional, causando o retorno do antigo regime. Com a morte de D. João VI, e não querendo entrar num contexto de união pessoal entre Brasil e Portugal, D. Pedro IV abdica do trono português a favor da sua filha D. Maria da Glória/

D. Maria II, que se casara com o seu tio D. Miguel I. Este, por sua vez, tornara-se o seu regente. No entanto, apoiado pelos defensores do absolutismo régio este surge como pretensor, declarando-se rei do reino de Portugal e Algarves. Isto leva a que o império passe por um período de guerra civil, as denominadas Lutas Liberais. A Madeira alinhada numa primeira instância aos interesses liberais, é reprimida e castigada quando retorna ao antigo regime, e as guerras liberais foram deixando enormes repercussões. Faz-se saber através de Carita que,

[...] a situação económica na Ilha era muito difícil. [...] a ilha importava 200.000 “moios de fora” de grão, não havendo numerário, “a fome e a anarquia pareciam inevitáveis”. Infelizmente, a Madeira haveria de aguentar a situação alguns anos (Carita, 2019, p. 119).

Após alguns anos, D. Miguel viria a fracassar, rendendo-se, oficialmente, através da Convenção de Évora Monte, em maio de 1834. Porém, a Madeira, como refere Carita, “havia sido decapitada dos seus melhores elementos [...]” (Carita, 2019, p. 144). Já mesmo antes das Lutas e revoltas liberais na Madeira atravessavam-se períodos de crise e ocorriam várias catástrofes. Segundo Silva,

A Madeira, no período que se estende entre meados do século XVIII e fins do XIX foi castigada por várias catástrofes: o terra-moto de 1748; as inundações de 1765; o aluvião de 1803, a maior das tragédias [...]; outro aluvião em 1815; intensíssimas chuvas e inundações em 1842 [...]; em 1848, 1856, 1876 e 1895 verificam-se inundações, embora com menos prejuízos. (Silva A. R., 1994, p. 71)

Entre imagem e realidade é fundamental destacar que os povoados da Madeira sofreram, no decorrer do século, catástrofes nefáveis, crises de ordem económica e política. Houve várias revoluções na região, as adversidades das Lutas Liberais e, também, várias apreensões e condenações durante a guerra fratricida. Decorrente dessa situação sobrou a fome e a anarquia, como alude Carita. No seio destas evidências os aspetos da colónia castigam ainda mais uma Ilha já malsofrida.

Na visão de Rodrigues, “os madeirenses acusam um estado de espírito que roça por uma profunda desconfiança, ou pelo menos, uma reserva quase ostensiva” (Rodrigues

R. H., 1947, p. 120). Este completa o seu juízo, segundo nos parece, comparando o madeirense à imagem da miséria, recordando as sequelas que houve na Madeira:

Desculpemos-lhe essa feição do seu caráter, lembrando-nos das duras dificuldades com que tem arrostado; do abandono quase completo em que muitas vezes se encontraram; das repetidas crises – algumas catastróficas – que passou a sua economia; das especulações desapiedadas de que tem sido vítimas; das incompreensões – que quase sempre prejudicaram a boa solução dos seus problemas, etc., etc... (Rodrigues R. H., 1947, pp. 120-121).

A pobreza e miséria associadas à descrição do camponês da Madeira e Porto Santo são, a partir deste momento, acentuadas, parecendo adquirir a feição de uma propaganda surgida dos contextos históricos sofridos. Esta representação do camponês madeirense viria a magnificar-se a partir de meados do século XVIII. Pouco ou nada parece ter sido feito para equilibrar a dignidade e o esforço humano, o mesmo se aplica à exuberância e beleza natural da Madeira, que se transformava. Destaca-se, e assim era reconhecido, que a beleza da Madeira se transformava de acordo com tudo o que era “obrado pelas mãos grosseiras dos camponeses e regado pelo seu suor” (Silva A. R., 1994, p. 75). No entanto, a vida do caseiro espelhava não mais do que uma vertiginosa caminhada pelo seu destino que, neste caso, lhe era algo alheio, pois todo o caseiro tinha um senhor.

Colocar o protagonista João do Canto no seio dos acontecimentos do século XIX significa escolher Campanário como palco dos acontecimentos que sucederam na região. Por essa razão, descobrir João do Canto é conhecer, de certo modo, a maneira de pensar do natural de Campanário, conhecer a visão social do meio, as suas representações e aspetos de identidade cultural. Mas qual será a importância desta pequena e desgregada freguesia portuguesa quando colocada concentricamente com a Madeira e o Continente português?

João do Canto foi filho de pais incógnitos, criado por uma família de caseiros e desprezado por muitos pelos seus atos arbitrários e até pelas suas humildes ambições. Apesar de procurar modos de apaziguar a vida de trabalho, de misérias e de abusos em busca de alguma dignidade, o protagonista viu-se, cada vez mais, espezinhado. A sua fortuna jazia com as imposições colocadas por aqueles que combatiam contra a dignidade dos caseiros. Sendo um pobre agricultor, vítima de alguma ingenuidade e ignorância, João do Canto envolve-se nas lutas políticas que não entendia, em busca da tal dignidade e

melhoria das condições da vida. Para sua infelicidade, nenhuma das suas decisões, nem leis, nem justiças conseguiram mudar a sua sorte. Ao analisar a origem do personagem, João Luís refere que João do Canto foi, de facto, um natural do Campanário, embora nada tenham em comum além do nome.

Refira-se que no séc. XX havia um senhor conhecido por João do Canto no sítio da Pedra, embora o da minha história nada tenha a ver com ele. Por outro lado, a família de meu pai tinha uma mercearia no Canto, onde meu pai chegou, também, a trabalhar, antes de emigrar. (Ver anexo 1, Entrevista a João Luís Gonçalves, p. 90)

Tal como este protagonista todos os que lutavam contra o poder que os esmagava eram mais espezinhados e nem sorte nem justiça haveria de mudar o resultado. Na época da colónia o caseiro e o escravo em pouco ou nada se diferenciavam quanto ao seu destino pessoal e familiar, pois ambos viviam num meio de injustiças desmedidas, perpetradas pelos seus senhores.

Estabelecidas as capitânias pelo arquipélago criaram-se, de modo rápido, contratos de sesmaria, para atrair moradores e cultivar as terras, mantendo este regime por várias gerações até se estabelecer, por meio officioso, o regime de colónia. Este regime, cujos primeiros tratos se vêm a localizar desde o século XVII, expressa, sobretudo, um ajuste social, proporcionado pelas aristocracias locais. Estes poderios procuravam assegurar três fatores: O domínio político, o enriquecimento económico e o prestígio social, de modo a constituírem vidas leves ou devassas, em detrimento dos seus subservientes, explorados em cada vez maior proporção. A autonomia de poderes que se disseminou ao longo dos tempos foi um dos principais mecanismos que proporcionou a fácil criação deste sistema hegemónico que permitia o controle de outros grupos por um grupo social dominante. Este perdurou muito além dos seus intuitos, estendendo-se até uma época mais recente, moderna, em contrassenso. A 18 de outubro de 1977 a colónia foi formalmente extinta pelo Decreto Regional 13/77/M, havendo perdurado, em resquícios, até ao final do século. Contudo, a vertente mental que fora preconizada pelos condicionalismos deste passado, assim como pela época da ditadura Salazarista, resultantes da conformidade, ainda habitam o meio social madeirense sob signos de servilismo e subserviência.

Os caseiros, por mais que protestem, no final de cada colheita, têm de recomeçar a trabalhar, trabalhar. [...] No entanto, voltam sempre ao princípio e assim a vida continuava. O recomeçar a viver era o destino dos caseiros (Gonçalves J. L., 2015, p. 109).

Das elites locais, algumas das que sobreviveram alicerçaram-se como as “famílias nobres” que habitavam e ainda habitam um pouco por toda a Região. Algumas das quais ainda representam forças contestatárias dos poderes administrativos. Testemunhamos, de modo mais patente, o caso da freguesia e concelho da Ribeira Brava, cuja ação política parece, por vezes, se encontrar embargada devido a contextos de interdependência com os seus patronos locais, as ditas famílias e alguns poderios económicos sediados nesta terra, entranhando, ainda, o sacerdócio local, nos assuntos sociais que detém por monopólio.

Retomando a obra, João do Canto, tal como a maioria dos caseiros era desprovido de qualquer poder económico e de subsistência, o que o obrigaria, por norma, a submeter-se totalmente ao seu senhorio. Muitos dos senhorios possuíam tal influência que por vezes cometiam o direito à pernada, além dos outros abusos e exigências. Tal como refere João Luís:

O caseiro vivia como um servo da gleba numa situação intermédia entre a escravidão e a liberdade. A dependência material, social e humana do caseiro ao senhorio era total. Nem todos os senhorios praticavam tais abusos, no entanto, por regra, todos tinham as suas exigências, quer a nível da exploração da terra, quer sobre os destinos da própria vida pessoal e familiar do caseiro (Gonçalves J. L., 2015, p. 14).

Em Campanário, quase todos os residentes de gerações acima dos 60 anos, especialmente aqueles de faixas de idade superiores, manifestam, com especial fervor, o estado de pobreza de tempos anteriores, das coisas, das suas vidas, entre outros. As famílias eram, por norma, numerosas e, antes do surgimento das estradas era muito comum andar descalço. Sapatos, quem os tinha, levava-os debaixo do braço para calçá-los apenas quando chegasse às principais estradas ou antes de entrar na igreja, para assim os poderem conservar ao máximo. A ida à missa de domingo era, por sua vez, algo a que ninguém faltava em toda a parte da freguesia. Através do estudo de Andreia da Silva sobre

o Lugar da Serra e zonas serranas de Campanário, encontramos registo do modo de vida que lá havia, através dos seus residentes. É de realçar o aspeto de isolamento que ocorre dentro de uma mesma freguesia. A zona alta do Campanário é, como a autora defende, um espaço que foi desconsiderado e empobrecido, facto que se aplica também em termos históricos. No seu estudo, que privilegia a área da linguística é referido que o léxico e a fonologia também demonstram características únicas e notáveis, atuando como um elemento diferenciador entre as gentes de cima e o restante povoado de Campanário. Aspetos como o isolamento geográfico e a pobreza, entre outras condicionantes, fazem com que ainda na atualidade os residentes do Lugar da Serra e das outras partes de Campanário interajam como se pertencessem a terras diferentes pois, “A disparidade entre zonas era bem visível e dentro das próprias freguesias havia sítios muito distintos entre si”. (Silva A. d., 2021, p. 33). A vocalização do aspeto referido está registado repetidas vezes nas entrevistas que Andreia da Silva faz aos residentes do Lugar da Serra.

Para ir à missa, ia-se a Campanário a pé, e vinha-se a pé. Ia-se descalças. [...] Ia-se com os sapatos na mão a apanhar o frio nos pés. Era para estarem sempre novinhos (os sapatos)! (Silva A. d., 2021, p. 50)

A gente vinha de Campanário [...] (Silva A. d., 2021, p. 84)

Era a Campanário que a gente ia (Silva A. d., 2021, p. 149)

De um modo parecido, os residentes de Campanário “de baixo” denominam habitualmente o Lugar da Serra por serra, omitindo a expressão que determina o lugar dentro do lugar, serra de Campanário. Embora não se consiga determinar a origem do termo, dentro da freguesia, assim como fora, há quem use o apelido “serreiro” para denominar um residente das zonas altas, ainda que este termo seja considerado depreciativo. Há que sublinhar que a tentativa de dissociação que existe no trato social é antiga e, de momento, indeterminável. Não obstante, foi na antiga serra do Campanário, espaço que engloba Fontainhas, Lugar da Serra e Achada, que se desenvolveu uma grande parte do engenho colonial, onde foi ordenado o cultivo do castanheiro e a introdução de outras espécies arbóreas. Destacamos, neste aspeto, o castanheiro de grande dimensão que primeiro serviu de solário para a quinta que lá havia no século XVII, como já

mencionado em capítulos anteriores. A alteração da matriz de Campanário volveu em mutações, decorridas com as dissociações territoriais, com as novas igrejas que se iam construindo, com o porto de cabotagem do Calhau da Lapa e, depois, com os Caminhos Reais, que foram as principais influências para determinar o centro e periferias das várias freguesias e concelhos.

Apesar do que tivemos oportunidade de referir, na obra *João Do Canto* são feitas poucas referências às zonas serranas. A maior parte da ação decorre entre os arredores do sítio da Igreja, Calhau da Lapa e sítio da Pedra, de Campanário. João do Canto, ao contrário do humilde caseiro, de tudo tentou fazer para melhorar a sua condição de vida, de modo a não prestar subserviência a nenhum senhor, procurando, numa das tentativas, através da construção de um moinho, trazer riqueza para si e para aqueles que o rodeavam. Contudo, destinado ao não sucesso, os seus planos perecem:

No início do povoamento a exploração dos moinhos e azenhas para cereais, era um privilégio exclusivo dos capitães donatários. Ninguém podia ter fornos ou fábricas de pão, a não ser para uso doméstico. [...] Os donatários, através dos seus procuradores, é que autorizavam a exploração dos moinhos mediante uma renda (Gonçalves J. L., 2009a, p. 118).

A forma como a plebe era “estrangulada” de modo a não conseguir obter qualquer sucesso económico ou pessoal passara a ser uma prática normalizada. Como tal, este foi o dia a dia na Madeira durante séculos, pouco tempo após a sua descoberta.

João do Canto, sempre somando sentenças, sem ser de nenhuma delas culpado, torna-se vítima do humor negro dos tribunais ficcionados nesta história e, em consequência, um degredado na sua própria terra, obrigado a tomar refúgio nas grutas do Calhau da Lapa. A escravidão associada ao modo de vida a que fora sujeito deixara João do Canto numa condição precária pois “Se deixassem de ser caseiros, iriam parar às ruas da amargura. [...] por isso os caseiros tinham de subjugar-se às prepotências do feitor e às condições das suas vidas (Gonçalves J. L., 2015, pp. 130-131). Contudo, na sua miséria sentia-se feliz, pois “A sua religião era a sua consciência” (Gonçalves J. L., 2015, p. 134).

As várias atribulações sofridas por João do Canto pelos senhores e feitores, pelos flagelos da natureza, pelos tribunais, pelas fomes e miséria e pelas outras adversidades começam a extinguir-se após o protagonista começar a conhecer o seu passado, neste caso, o passado dos seus verdadeiros progenitores. Após este episódio, dá-se a morte do

padre Silva, padrinho de João do Canto, que lhe deixara toda a sua fortuna. O padre Silva pertencia a uma família rica, mas um dos seus irmãos tinha morrido e, de um outro, se havia perdido o paradeiro. Sem descendentes, este padre deixa toda a sua riqueza, que não era pouca, ao seu afilhado, a quem sempre tinha protegido. É a partir deste momento da ação que se acabam os azares de João do Canto que, tal como o pai, havia sido privado de heranças e títulos pela família. Todavia, os personagens que haviam marginalizado João do Canto de tudo tentaram para se aproximar do protagonista quando souberam da sua riqueza. João do Canto aceitou, conquanto que compensassem os pobres. Os pais de Beatriz, sua namorada, só consentiram o namoro proibido entre a jovem de ascendência nobre e o plebeu miserável quando conheceram a verdadeira história do protagonista que teria ficado rico de súbito.

A mensagem que provém desta sequência de ação revela um *habitus* da sociedade madeirense. A autor considera que seja a hipocrisia, sendo esta uma característica universal sem apreço positivo, embora exista como uma constante em todas as sociedades. Como refere João Luís:

A fortuna material condiciona a forma como as pessoas são vistas e tratadas, até na morte, pela sociedade hipócrita que sempre existiu e, infelizmente, sempre existirá. (Gonçalves J. L., 2015, p. 212).

Toda a ação que segue faz retornar o percurso do protagonista a um *status quo*, onde vai realizando os seus sonhos, um deles um passeio de rede⁷. “ - Onde se viu um caseiro passear de rede?” (Gonçalves J. L., 2015, p. 248) E, restabelecendo a justiça para si e para aqueles que a mereciam, a história encerra com muita festa, celebrando-se também a vitória dos liberais e o princípio da mudança. E assim termina o romance, com o autor a questionar o modo de utilização da censura. Para tal, considera que tenha sido colocada em causa a apropriação da justiça e a censura de consciência através dos tempos ao longo do território português.

Nesta história, de cariz alegórico, o autor procura, segundo nos parece, incitar no leitor a interpretação dos temas tratados numa escala maior, figurando numa pequena freguesia a grande dimensão de consequências desastrosas advindas da colônia, de modo a transmitir a ideia de como a magnitude do contexto vivido pode assoberbar todos os

⁷ Meio de transporte, outrora típico, utilizado para transportar pela ilha pessoas enfermas e pessoas de alta sociedade

espaços, sejam eles de grandes ou pequenas proporções. Procura com que o leitor busque, também, a observação das problemáticas que vão além das imagens, que vão sendo manifestadas através dos personagens, do meio e da época. Este enredo, que parece num primeiro momento simples e *sui generis* é, segundo cremos, um apelo à consciência e ao bem maior que se procura erguer. É um ensinamento e uma moral. No Campanário, as vozes de mudança encontram-se silenciadas em “sacos com preconceitos sociais” (Gonçalves J. L., 2015, p. 256). No decorrer deste romance espelha-se, sobretudo o poder de um povo, depositando no protagonista a resiliência de uma comunidade.

Considerações Finais

A nossa dissertação teve como principal enfoque Campanário, freguesia da Ilha da Madeira, e os seus naturais. Para o nosso estudo, procurámos refletir sobre diversos aspetos da referida terra, nomeadamente, literários, culturais, históricos, económicos, entre outros. Para melhor compreendermos os fenómenos identitários existentes, recorremos à obra literária de João Luís Gonçalves, para ilustrar algumas das tradições, mitos e memórias identitárias e culturais existentes nesse lugar.

Tentamos, assim, aprofundar alguns assuntos e concertar vazios históricos. Da mesma maneira, procuramos introduzir novidades e aspetos que não foram trabalhados até à data, de forma a tentar enriquecer ou complementar informação existente.

Muita da informação que nos deixa o autor aponta para a falta de registos acerca de Campanário, em especial, no período que decorre entre o século XVI e XVIII, o que pudemos constatar ao longo da nossa investigação. Partindo da época em que se dá o achamento das ilhas, procuramos desenvolver as particularidades históricas acerca de Campanário, mas sem ignorar aquelas que dizem respeito ao arquipélago madeirense, pois a história de Campanário é a história da Madeira e vice-versa.

No primeiro capítulo e subcapítulos da nossa investigação desenvolvemos algumas das particularidades relativas às origens da freguesia, explorando também fenómenos que havíamos considerado ainda pouco desenvolvidos, como a história dos Castanheiros.

Concluímos este capítulo, dando uma especial atenção à visão histórica dos assuntos. Muitos dos registos versaram sobre várias áreas do saber. Introduzimos, também, fenómenos que não são considerados assuntos novos, mas que são uma

novidade, enquanto registo. Destes, mencionamos os fenómenos linguísticos e as várias condicionantes que levaram às mutações territoriais. Outros dos aspetos trabalhados neste capítulo, embora com algumas novidades, continuam a ser uma atualização de saberes. A título de exemplo, referimos a investigação acerca do Calhau da Lapa e os seus pareceres e, também, da Fajã dos Padres, ambos *ex-libris* de Campanário.

Na segunda parte da nossa dissertação, abordamos a mitologia, a tessitura ficcional e elementos do imaginário na *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça*. A técnica de *Mise en Abyme*, cuja utilização pudemos comprovar, compromete o mecanismo reprodutor da obra em questão, permitindo com que no seguimento da conjuntura os preceitos do autor ocorram de forma cíclica. Do mesmo modo, as histórias de Campanário, a mitologia envolvente, os presságios e lendas são todos conduzidos a um mesmo propósito que consiste na procura de correspondência entre a verdade e os enunciados. A questão da memória que abordamos e também expressa por João Luís Gonçalves, demonstra, não apenas a pertinência desta investigação, como também a necessidade de se criar mecanismos de conservação de histórias, memórias, tradições, e, do mesmo modo, que se legitime uma certa autonomia para conduzir novos estudos, sempre necessários. Na atualidade, onde já existe uma maior consciência acerca do tratamento de informação, o receio de se perderem as memórias locais é proporcional à necessidade e ao desejo de se fazerem novos estudos e obras para colmatar a escassez pendente e, desse modo, de se assegurar um registo de fenómenos relativos à identidade cultural da freguesia.

Na terceira e última parte do nosso estudo, onde continuamos a explorar temáticas alusivas à identidade e à cultura, através de *João do Canto*, tivemos a oportunidade de incluir a contribuição de Valter Hugo Mãe que nos permitiu aceder, essencialmente, a um olhar de fora sobre Campanário, numa perspetiva contemporânea. Além dos assuntos que tratámos ao longo deste trabalho, verifica-se uma necessidade de emancipação e uma carência no investimento cultural em Campanário, que não é recente. A dificuldade que os fregueses de Campanário têm em mostrar a sua identidade foi notória. Acresce o facto de muitas das práticas e tradições serem ligadas à igreja, que cada vez menos pessoas frequentam. A privação identitária e a centralização de interesses em torno das terras do Visconde parecem colocar a sublevação da Ribeira Brava como uma consequência inevitável, neste contexto. Entendemos que a dinâmica ocorrida nos séculos XVII e XVIII deixaram a região muito empobrecida, mas no caso do Campanário, pudemos constatar que foi mais grave do que no resto da ilha. Tal se impõe no sentido de que ainda existe

uma “ferida aberta”, que coloca esta terra cativa a um degredo por consciência, sem capacidade de autoexpressão, a construir o autoexílio.

Determinamos que Campanário foi, num primeiro momento, um espaço de grande expansão colonial e, segundo nos parece, as serras, onde o fenómeno colonial se principiou, foram rapidamente perdendo o seu fulgor com a sucessivas alterações das matrizes que se foram estabelecendo. Após o século XVI, já estabelecidas várias igrejas e capelas, Campanário foi configurando o seu centro, onde passaram depois os Caminhos Reais. Sucessivas mutações ocorreram – quantas? – Não se conseguiu determinar. Mas após o século XVI, com o declínio da agricultura, que foi continuado, com as catástrofes do século XVII e com os fenómenos condicionantes do século XVIII, a crise e pobreza tornaram-se algo instituído. Com a desagregação das terras que agora pertencem à Quinta Grande, tanto o centro como as periferias ficaram formadas. No entanto, estas periferias, Lugar da Serra e Fontainhas, outrora muito promissoras, ocuparam até anos recentes, cremos que até aos anos 90, os primeiros lugares nos índices de pobreza da Região.

Num cenário de contrariedades, assim como João do Canto vence as suas adversidades e consegue as suas justiça num meio hipócrita, numa representação figurada do meio madeirense, pudemos notar o apelo que o autor deixou neste romance quanto às práticas de justiça e boas morais, prevalecendo para o leitor conterrâneo a importância de se religar com a sua terra natal, a procura das suas origens, o exercício da memória.

Após a contribuição que aqui tentamos trazer, é necessário referir que a investigação se encontra sempre em aberto para novos desenvolvimentos, para uma pesquisa futura. A importância deste tema e a necessidade que Campanário e os conterrâneos têm pela busca do seu vínculo são, neste momento, vitais, facto que é necessário levar em consideração. A ausência e dificuldade em se manter ou construir produções culturais é patente e os impactos que se denotam preocupantes.

São estas algumas das questões e problemas que por ora ainda não estão determinados, cuja intervenção busca sempre nutrir, ajudar ou desvendar novas propostas.

Por último, como conterrâneo, este estudo constituiu para este investigador um privilégio ao qual pode representar a sua terra, ajudando na reedificação de um vínculo cultural à sua origem. Deste modo, terminamos, procurando fazer erguer novas feições de identidade, desvendando aspetos históricos da cultura e literatura local.

Fontes e Bibliografia

(1914). *Lei no 154 de 6 de maio do Ministério do Interior, Criação do concelho da Ribeira Brava.* , 257-258. Diário do Governo no 68/1914, Série I, 257-258. Acedido a 12 de fevereiro de 2022, de <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/154-1914-665109>

Albizzi, L. M. (1888). Six Mois à Madère. *In Le Tour du Monde, LVII*, 65-80. Acedido a 11 de Janeiro de 2022, de <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k34422z/f68.image>

Apollodorus. (1921). *Apollodorus: The Library* (Vol. II). (S. J. Frazer, Trad.) London: William Heinemann Ltd. Acedido a 9 de maio de 2022, de <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Apollod.%201.2.7&lang=original>

Associação do Caminho Real da Madeira. (2016). *Caminho Real 23*. Acedido a 2 de abril de 2022, de <https://www.caminhoreal.pt/index.php/documentacao/caminho-real-23>

Batista, C. J. (2012). *Projecto base de reabilitação da Fajã dos Padres*. Ph.D. dissertation, Universidade de Coimbra: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Acedido a 10 de maio de 2022, de <https://eg.uc.pt/handle/10316/20810>

Caminha, P. V. (1500). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Ministério Da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional Do Livro. Acedido a 11 de janeiro de 2022, de http://objdigital.bn.br/acervo_digital/livros_eletronicos/carta.pdf

Carita, R. (2019). *História da Madeira: Século XIX - O caminho do Liberalismo* (1ª ed., Vol. V). Funchal: Imprensa Académia, Associação Académica da Universidade da Madeira.

Castro, G. P., & Campos, J. A. (2000). *Ulisseia ou Lisboa edificada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Chaves, D. N. (2019). *Memória e Identidade Insular: Religiosidade, Festividades e Turismo nos Arquipélagos da Madeira e Açores*. S. Jorge: CHAM — Centro de Humanidades Santa Casa da Misericórdia das Velas. Acedido a 2 de setembro de 2022, de

https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/5292/1/Memoria_Identidade_Insular_Livro.pdf

Clements, S. (1912). *Book of the Knowledge of All the Kingdoms, Lands and Lordships that are in the World: And the Arms and Devices of each Land and Lordship, or of the*

Kings and Lords who possess them. (Markham, Trad.) Farnham, United Kingdom: Ashgate Publishing.

Corrêa, M. d. (1926). *História da Descoberta das Ilhas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Dallenbäch, L. (1991). *El Relato Especular*. (R. Buenaventura, Trad.) Madrid: Visor.

Dias, J. L. (1949). *Revista Municipal, no 40*. Acedido a 14 de abril de 2022, de <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/RevMun.htm>

Duque D. Manuel, I. (1488). *Carta do duque em que manda dar serventia a Pero Vaz*, (Vol. 1). Acedido a 13 de janeiro de 2022, de <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=1033557&ht=campanário&detailsType=Description>.

Espínola, R. (2001). *Vicente Pinzón e a descoberta do Brasil*. Rio De Janeiro: Coelce, Rj Topbooks.

Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante. Acedido a 3 de setembro de 2022, de http://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf

Ferreira, J. J. (2015). *Propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias de frutos da Macaronésia (Madeira e Açores)*. Acedido a 16 de abril de 2022, de <https://eg.uc.pt/handle/10316/81361>

Freitas, M. P. (s.d.). *Dicionário Corográfico - Freguesia da Quinta Grande*. Acedido a 13 de junho de 2022, de http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/freguesia_quinta_grande.html

Fruoso, G. (1998). *Saudades da Terra* (Vol. 2). Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada. Acedido a 11 de janeiro de 2022, de <https://sites.google.com/site/saudadesterra/>

Gersão, T. (2011). *A Cidade de Ulisses*. Porto: Sextante.

Gonçalves, J. L. (2009a). *Campanário - A freguesia e sua gente*. Faro: União Folha do Domingo.

Gonçalves, J. L. (2009b). *O espírito santo e a festa do senhor*. Faro: Tipografia União Folha do Domingo.

Gonçalves, J. L. (2011a). *Caminho da Vigia*. Câmara de Lobos, Madeira: O Liberal.

Gonçalves, J. L. (2011b). *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça*. Faro: Tipografia União Folha do Domingo.

Gonçalves, J. L. (2013). *Deus me faça feliz*. Câmara de Lobos, Madeira: O Liberal.

Gonçalves, J. L. (2015). *João do canto*. Câmara de Lobos, Madeira: O Liberal.

Grimal, P. (1951). *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. (V. Jabouille, Trad.) Lisboa: Difusão Editorial.

Hesiod. (1914). *The Homeric Hymns and Homeric Theogony*. (H. G. White, Trad.) London: William Heinemann Ltd. Acedido a 9 de maio de 2022, de <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Hes.%20Th.%20359&lang=original>

Homero. (2018). *Odisseia* (3ª ed.). (F. Lourenço, Trad.) Lisboa: Quetzal Editores.

Horace. (s.d.). *Odes*. Acedido a 28 de julho de 2022, de <http://www.thelatinlibrary.com/horace/carm.shtml>

Jesus, I., & Carvalho, M. Â. (2018). História, importância e distribuição do castanheiro. *A cultura do castanheiro na Madeira: manual prático*, 12-22. Acedido a 12 de fevereiro de 2022, de <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/2317/1/História, importância e distribuição do castanheiro.pdf>

Mãe, V. H. (5 de outubro de 2014). Campanário. *In Público*. Acedido a 16 de agosto de 2022, de <https://www.publico.pt/2014/10/05/culturaipsilon/opinia/campanario-1671616>

Mattos, T. (2019). *Da curandeira a feiticeira o conhecimento proibido e maligno*. Acedido a 19 de abril de 2022, de https://www.academia.edu/39374844/Da_curandeira_a_feiticeira_o_conhecimento_proibido_e_maligno

Mendes, M. (2013). *Calhau da Lapa*. (J. L. Gonçalves, & A. de Escritores da Madeira, Edits.) Câmara de Lobos: O Liberal.

Pereira, E. (1989). *Ilhas de Zargo* (4 ed., Vol. 1). Maia: Gráfica Miradouro.

Pereira, L. (2004). A cultura e o imaginário açoriano-catarinense na obra literária de Franklin Cascaes. *In Atas/Anais III Colóquio Anual de Lusofonia*, 109-117. Acedido a 1 de setembro de 2022, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22260/1/A%20cultura%20e%20o%20imagin%C3%A1rio...%20Franklin%20Cascaes%20-%20pp.%20109-117.pdf>

Pestana, M. I. (2014). *Das coisa visíveis às invisíveis: contributos para o estudo da pintura maneirista na Ilha da Madeira (1540-1620)*. Ph.D. dissertation, Universidade da Madeira: Tese de doutoramento em História da Arte da Época Moderna. Obtido de <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/615/1/DoutoramentoIsabelSantaClaraV1.pdf>

Proença, T. (2019). Gentílicos e Alcnhas Coletivas. *Aprender Madeira*. Acedido a 4 de abril de 2022, de https://cdn.fsbx.com/v/t59.2708-21/277688706_551974559481981_2744177827234679952_n.pdf/gent%C3%ADlicos-e-alcunhas-coletivas-Aprender-Madeira.pdf?_nc_cat=102&ccb=1-5&_nc_sid=0cab14&_nc_ohc=KHK4OU6dwesAX-IjBj3&_nc_ht=cdn.fsbx.com&oh=03_AVJGqndMhUxMruNmrr2

Reis, T. C. (2015). *O vinho e os vinhos: usos e virtudes de um dom dos deuses nas Enarrationes de Amato Lusitano*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Acedido a 2 de setembro de 2022, de <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/1782/1/O%20vinho%20e%20os%20vinhos%20TelmoReis.pdf>

Ribeiro, J. A. (1998). *Ribeira Brava: Subsídios para a História do Concelho*. Câmara Municipal da Ribeira Brava.

Ribeiro, J. A. (2002). *A Fajã dos Padres*. Ed Sociedade Agrícola da Fajã dos Padres, Grafimadeira Lda.

Rodrigues, E. (2019). O turismo na Madeira oitocentista. In *Arquivo Histórico Da Madeira, Nova Série*, No 1, 337-379. Acedido a 22 de janeiro de 2022, de <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/9>

Rodrigues, R. H. (1947). *A Colonia na Madeira: Problema Moral e Económico*. Funchal: Tipografia Esperança.

Santos, C., & Matos, P. L. (2013). A Demografica das Sociedades Insulares Portuguesas, Séculos XV a XXI. Acedido a 12 de março de 2022, de <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14712.pdf>

Santos, T. (Ed.). (1996). Santana 24 horas a bailar. In *Folclore*, No 6. Acedido a 2 de janeiro de 2022, de <https://revistafolclore.wordpress.com/edicoes/no-6-1996/>

Silva, A. d. (2021). *Histórias de Vida das Gentes de Cima: Terreiros, Lugar da Serra, Fontes, Lombo Furado, Espigão, Eira do Mourão, Ribeira Funda*. Porto: 5Livros.

Silva, A. R. (1994). *Apontamentos sobre o quotidiano madeirense (1750-1900)*. Lisboa: Editorial Caminho.

Silva, F. A., & Meneses, C. A. (1984). *Elucidário madeirense* (Vols. I-III). Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Silva, J. M. (2006). *As ilhas afortunadas e o Atlântico greco-romano, na visão de Leonardo Torriani*. Universidade de Coimbra. Acedido a 18 de abril de 2022, de <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/38359>

Veríssimo, N. (2005). Nascimento e morte da capitania do Funchal. *Atas do Congresso Internacional «Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades»*.

Vieira, A. (1996). A escravatura na Madeira nos séculos XV a XVII: O ponto da situação. Acedido a 4 de abril de 2022, de <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12783312/a-escravatura-na-madeira>

Vieira, A. (2015). O (RE)DESCOBRIMENTO/ (RE)CONHECIMENTO DA MADEIRA. Em torno da História, de alguns conceitos e imprecisões. *In Cadernos de divulgação do CEHA. no 6*. Acedido a 18 de abril de 2022, de https://mercadoquinhentista.files.wordpress.com/2019/05/cadernos_06_redescoberta.pdf

ANEXOS

ANEXO 1

Entrevista a João Luís Gonçalves:

I - Biografia - Sobre formação, aprendizagem, profissão do escritor.

[Onde o autor fala das suas origens; sobre o percurso da sua formação desde a infância, as aprendizagens e profissão do escritor].

1. Gostaria de começar por questões de carácter mais pessoal. Gostaria de conhecer um pouco mais acerca das suas origens e da sua formação.

Na Infância vivi no Campanário; Juventude no Funchal; Estudei no Porto e em Lisboa; passei pelos tribunais do Algarve, Madeira; estive por quatro vezes em Timor-Leste. Vivi a minha infância nos sítios da Fajã-Velha, casa de meus pais, e sítio da Vigia, casa dos meus avós maternos, freguesia de Campanário.

Frequentei a Escola Primária da Porta Nova, Campanário. Ensino secundário no Funchal (no Seminário de Santa Luzia e Seminário do Jasmineiro, embora frequentasse parte das aulas na Escola Industrial – 1.º e 2.º ano ciclo (atuais 5.º e 6.º), Colégio de São Pedro, 4.º ano (atual 8.º), e APEL, 12.º ano.

Seminário da Sé, Porto, 1978-1980, onde frequentei dois anos do curso de Teologia no ICHT (Instituto de Ciências Humanas e Teológicas do Porto).

1981–1986, licenciatura em Direito na Universidade Clássica de Lisboa.

1986-1987, técnico superior na Direção Regional da Segurança Social, Funchal.

1987-1990, estágio na magistratura no Centro de Estudos Judiciários, Lisboa (e passei como estagiário pelos tribunais de Moimenta da Beira–Viseu, Lagos e Faro).

A partir de 1990, como magistrado do Ministério Público, exerci funções na comarca do Funchal (Tribunal Judicial, Tribunal do Trabalho e Tribunal de Menores); e desde 1992 a 2009 na comarca de Faro (Tribunal do Trabalho e Tribunal Judicial, juízos criminais e juízos cíveis). Neste período, também participou nas seguintes missões das Nações Unidas em Timor-Leste:

Em setembro de 2001, em Díli, Timor-Leste, colaborei num curso de formação judiciária para magistrados e defensores públicos.

Procurador Mentor em Dili, no âmbito da UNDP (United Nations Development Programme), a partir de 20 de maio de 2002 (dia da independência de Timor-Leste).

Desde setembro de 2002 a junho de 2003 fui **Procurador internacional** pela UNMISET (Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste), no SERIOUS CRIME (Departamento de Crimes Graves da Procuradoria-Geral de Timor-Leste, que investigou os massacres das milícias e militares indonésios praticados em 1999).

Desde julho de 2004 a maio de 2005, foi **Conselheiro das Nações Unidas em Timor-Leste**, onde trabalhei na Procuradoria-Geral da República e como Procurador interino nos Tribunais Distritais de Dili, Baucau, Oecusse e Suai. Também colaborei na formação de magistrados no centro de Formação Jurídica de Caicoli.

Desde abril de 2009 a 2011 fui Procurador da República no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal. Fui também Procurador substituto na Secção Regional do Tribunal de Contas da Madeira.

Desde abril 2011 a maio de 2014, fui Procurador da República no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, Algarve.

Entre maio e novembro de 2014, fui novamente para Timor-Leste onde fui assessor jurídico do Ministro da Justiça do Governo da República Democrática daquele país.

Desde janeiro de 2015 é Procurador da República na comarca de Faro, atualmente no Tribunal de Família e Menores de Faro.⁸

2. Como se deu o nascimento de João Luís escritor? Qual foi o trajeto dessa preparação?

Penso que fui influenciado ao ver minha mãe escrever quadras e pequenas peça de teatro que a própria representava. Trabalhar em Timor-Leste despertou-me de vez para escrever.

Na infância e juventude ao ver minha mãe a escrever quadras, assim como pequenas peças de teatro que a própria representava, certamente influenciou-me também a escrever quadras.

Enquanto escuteiro escrevi pequenas peças para representar nos fogos de conselho, normalmente eram textos a partir de anedotas sobre determinado tema (militares, médicos, etc.).

⁸ No corrente ano, 2022, estou na lista para ser promovido a Procurador-Geral Adjunto.

Em 2002, publiquei um pequeno texto sobre o *Julgamento de Cristo*, com base em textos que publiquei no jornal *Voz Portucalense*, no Porto. Assim como publiquei *Liberdade de Expressão*, a partir de textos de casos concreto que passaram comigo nos tribunais.

Estive em Timor-Leste em setembro de 2001, antes da independência, e a partir de 20 de maio de 2002, no primeiro ano da independência, trabalhei em Timor-Leste e aí, entusiasmado com a cultura, passei a recolher pequenas histórias de pessoas locais que publiquei no livro *Gente de Timor-Leste*, assim como logo de seguida, publiquei o livro do mesmo género, sobre *Campanário – a freguesia e sua gente*.

Em conclusão: casos que conheci nos tribunais e contactar com a cultura timorense, decididamente, entusiasmaram-me para a importância de escrever aquilo que presenciava.

Por exemplo, no livro *Gente de Timor-Leste, no primeiro ano da independência* (2002-2003) (com prefácio de Xanana Gusmão), descrevo pequenas histórias de timorenses ao longo do país. Hoje já decorreram 20 anos, essas histórias, cada vez têm mais interesse, pois, é um modo de ver como eram e viviam as pessoas no primeiro ano da independência.

Refira-se que fiz uma edição em tétum deste livro, chamado *Ema Husi Timor-Leste*, precisamente para comemorar os 20 anos de independência.

3. Possui uma biblioteca genealógica de autores? Uma biblioteca pessoal seleta?

Gostava de ter espaço para ter os livros todos juntos. Mas atualmente tenho os livros em vários locais (alguns na Madeira, e outros em Faro, em casa e no gabinete do tribunal).

4. De que modo as missões em Timor-Leste, onde representou Portugal enquanto Procurador, influenciaram o seu percurso pela escrita? Foi fascinante ver e sentir modos de pensar a vida de forma diferente

Antes de eu ir para Timor-Leste já tinha pequenos escritos em jornais na Madeira e no Porto. Mas, na verdade, foi o contacto com aquele povo que me despertou o desejo e necessidade de registar a vida do povo de Timor-Leste, sobre o qual já publiquei vários livros. É deveras estimulante o

contacto com povos com diferentes costumes e tradições, com modos de pensar e de viver a vida, o modo como encaram a morte, as suas crenças e superstições. Neste sentido, o contacto com Timor-Leste fez-me repensar e olhar com mais pormenor e atenção, também, a vida na nossa terra. Por isso, ao regressar de Timor-Leste, escrevi *Campanário – a freguesia e sua gente*, tendo, na altura, apoio do Sr. Presidente da Junta de Freguesia Joaquim Abreu.

5. Gostaria que João Luís me falasse acerca da sua relação com o vencedor do prémio Nobel da paz (1996), o bispo timorense D. Ximenes Belo, e demais personalidades timorenses, tal como Xanana Gusmão, falando também acerca da relação entre Timor-Leste e Campanário.

D. Ximenes Belo e Xanana Gusmão são, sem dúvida, duas personalidades simples e fascinantes.

Conheci D. Ximenes Belo na sua casa em Dili, em junho de 2002, quando D. Ximenes ainda era Bispo de Díli. Desde então, por várias vezes, temos contactado e tivemos alguns encontros, inclusive, D. Ximenes Belo já escreveu o prefácio em dois livros meus, *Gente de Timor-Leste*, 2 Vol., e no *João do Canto*, sobre a revolta dos caseiros no Campanário no séc. XIX. Colaborei, também, a pedido de D. Ximenes Belo, na edição de um livro de Timor-Leste, *Gentio de Timor*.

D. Ximenes Belo, a meu convite, também veio ao Campanário presenciar duas exposições sobre Timor-Leste, em 2009, uma na ADC e outra na Junta de Freguesia, onde foi afixada uma placa comemorativa da sua presença.

Com Xanana Gusmão – cheguei a ter encontro com ele no Departamento de Crimes Graves das Nações Unidas (cf. foto Livro *Gente de Timor-Leste* (2002-2003), 1 Vol., pág. 108 a 112). Posteriormente, Xanana Gusmão escreveu o prefácio do meu livro *Gente de Timor-Leste*, 1 Vol., e esteve também presente na apresentação do meu livro no Salão Memorial da Independência (cf. *Gente de Timor-Leste*, 2.º Vol. (2002-2005) pág.187).

Refira-se, não posso deixar de salientar o facto do Exmo. Sr. Bispo D. Ximenes Belo ter vindo ao Campanário, onde assistiu a duas exposições sobre Timor-Leste, uma na ADC e outra na Junta de Freguesia, onde está lá uma placa que assinala essa passagem. Tratou-se, a meu ver, um modo

de agradecer e de retribuir os meus trabalhos em Timor-Leste, conforme D. Ximenes Belo o disse na Junta de Freguesia, na altura da visita.

Existe também a coincidência de D. Ximenes Belo ter nascido no dia de São Brás, 3 fevereiro, padroeiro do Campanário. Por isso, ele ficou muito satisfeito ao celebrar missa na Igreja de São Brás desta freguesia.

II - Condição do autor

[Condições de conduta; de execução].

1. Relativamente a Timor-Leste e, inclusive, Portugal, como relaciona a sua condição de autor com o poder político? Considera que existe uma interligação das suas obras com o contexto do poder?

Gosto de satirizar o poder e órgãos públicos em geral.

Tenho total liberdade relativamente ao poder político. Em várias obras menciono o poder político numa perspetiva de sátiras (como *Julgamento de Sócrates* - filósofo grego – no qual o governo da altura perseguiu politicamente o filósofo; *Parlamento dos Pobres* – trata-se de uma sátira ao poder - ; *Caminho da Vigia* - onde também critico o governo ao mandar/obrigar soldados para a guerra do ultramar; *Revisão da Sentença de Cristo* considera Cristo como sentença política; *João do Canto* – aborda o problema dos agricultores pobres explorados pelos senhorios; Na *Casa da Minha Avó* contém muitas quadras sátiras ao poder político.

2. A sua obra integra-se em algum campo literário?

Monografias (costumes e tradições) e sátiras sociais, são as que mais gosto. Não me preocupo com o género. Escrevo e publico aquilo de que gosto, em temas e géneros diversos, tais como:

A maior parte são **monografias**: descrição de costumes e tradições, como *Gente de Timor-Leste*; *Campanário – a freguesia e sua gente*; em especial temas sobre emigrantes e guerra do ultramar, como *O Caminho da Vigia* e *Revolta de 1959 em Timor-Leste*.

Ficção: *Filha de Tétis* e o romance: *João do Canto*;

Quadras Populares, nos livros incluo por vezes muitas quadras, como *Caminho da Vigia*; *Deus me faça feliz*; *Casa da minha avó*.

Teatro, a maior parte **sátiras sociais** que tem publicado sob o pseudónimo de Filipe Corujeira (*Julgamento de Sócrates*, sátira à liberdade e aos políticos; *Os Abutres*, sátira aos herdeiros que só se interessam pelos bens; *O Mendigo*, sátira aos falsos amigos).

3. No seu discurso literário, em particular em *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça*, sobressai a relação com a temática de fronteira e as relações binomiais entre verdade/mentira, real/ficção. Em que medida se exercem estas relações na sua escrita?

A realidade e ficção são duas realidades sem fronteira. Na literatura não existe a mentira. Na verdade, por vezes, não sabemos onde acaba a realidade e começa a ficção e vice-versa. Até na História oficial de Portugal, por vezes, desconhecemos a fronteira entre a realidade e a ficção. A realidade, por vezes, parece ficção e a ficção, por vezes, parece realidade.

Dizem que isto é fantasia
e nada tem de verdade,
afinal, a poesia
é mais do que a realidade.

Reconheço que, este dilema também se passa nalguns textos meus. Por exemplo, no livro *Deus me faça feliz*, histórias e lendas de pescadores, descrevo histórias que ouvi e vi, e por vezes, as lendas e mitos se misturam com a realidade. Na Antiguidade, o próprio Heródoto, considerado o “pai da História”, e outros historiadores explicavam os acontecimentos de acordo com as crenças mitológicas. Na Bíblia, vemos milhentas descrições, parábolas, alegorias, mitos, etc. Não se pode dizer que são mentira, mas formas de explicar a realidade.

4. Considera que haja personalidades literárias em Campanário?

Há pessoas com capacidades enormes de poesia popular. Por exemplo, pessoas que cantam ao desafio, inventam e cantam quadras improvisadas, em grande parte.

Sobre poetas populares, eu e minha irmã recolhemos textos de quadras e pequenas peças de teatro que minha mãe tinha escrito, mas minha mãe não

queria que fossem publicadas em livro, porque dizia que eram textos simples, não tinha nenhum curso, iam gozar com ela, etc.

Quando eu lhe expliquei que o poeta **António Aleixo** também mal sabia ler nem tinha qualquer curso, e era um dos maiores poetas portugueses, nessa altura, minha mãe convenceu-se e autorizou que eu publicasse o seu livro *Quadras populares*, em 2006.

5. Alguma vez lhe aconteceu que uma crítica ou reparo a um livro seu o tenha levado a reconhecer que o crítico tinha razão?

O maior elogio foi saber que um pobre homem chorou de emoção ao ver a sua foto num livro meu, ele não sabia que tinha importância para falarem dele.

Na verdade, nunca ouvi crítica negativa. As críticas mais interessantes que ouvi, destaco:

- José António Gonçalves, poeta e jornalista madeirense, o qual, sobre o livro *Campanário – freguesia e sua gente*, **disse que eu escrevia “história do presente”**.

- A Xanana Gusmão, um dia pedi que ele escrevesse o prefácio de um livro que estava a escrever sobre timorenses. Posteriormente, dei a um dos assessores um exemplar em fotocópias para ele ver o que era o livro. Xanana Gusmão disse que quando falei do livro sobre timorenses pensava que o livro seria sobre heróis, governantes e pessoas importantes, mas **Xanana Gusmão ficou muito contente quando viu que, afinal, no meu livro eu conto histórias de agricultores, pescadores, crianças, pessoas simples. Ou seja, falo de pessoas das quais normalmente não se fala.**

- Um dia fui a Ainaro com alguns timorenses e visitamos o tio de um rapaz que ia comigo. O homem vivia numa zona montanhosa de Ainaro e estava um pouco adoentado, levantou-se e eu tirei uma foto dele e coloquei no livro (*Gente de Timor-Leste* (2002-2003), 1 Vol., pág. 24).

Posteriormente, esse rapaz disse que **o tio chorou de emoção ao ver a foto dele no livro e disse que nunca imaginou que teria importância para falarem dele num livro!...**

- No mesmo livro conto a história do avô Serra, português que vivia em Timor-Leste há cerca de 50 anos. Um dia ofereci um exemplar ao avô Serra.

Posteriormente, ao passar na casa dele, o avô Serra mostrou o livro e disse que já tinha mostrado o livro ao padre da zona, ao chefe de Aldeia e ao Chefe de Suco, e a todas as pessoas que o visitam mostrava o livro, “mas têm que começar a ler aqui!” e apontava para um papel que tinha a marcar uma página. Obviamente, era a página em que falava dele!...

Ao ver estes exemplos, na verdade ficamos com mais entusiasmo para escrever sobre essas pessoas simples. Pois, como disse acima, um país não é feito apenas de heróis e “pessoas importantes”, mas com as pessoas do dia a dia. Ao contar as pequenas histórias dessas pessoas, ficamos com uma panorâmica da sociedade em geral.

6. Existe algum cânone em Campanário? (Conjunto de obras ou autores considerados exemplares)

Penso que não existe no Campanário

7. Chego agora a uma questão que é de alguma forma complexa e que é a da relação do escritor com a sua ideologia; se é uma afirmação óbvia dizer que toda a literatura é ideológica, como é que o escritor convive, na sua escrita, com isto que tenho como verdade?

O ideal, em termos políticos, seria um compromisso entre esquerda e direita.

Não sei se quer dizer ideologia política. Nesse campo eu acho que a esquerda tem valores positivos (como sensibilização pelos valores sociais, proteção dos mais desfavorecidos, etc.), assim como a direita tem, também, valores positivos (como maior preocupação pela economia, estímulos e apoio às empresas, pois, se não houver produção de riqueza, não pode haver distribuição, etc.).

Por isso, o ideal, em termos políticos, seria um compromisso entre esquerda e direita.

Nas minhas obras, tenho salientado a valorização das classes mais pobres, como *João do Canto*, que se tratava de um agricultor explorado pelo senhorio, assim como satirizo as hipocrisias sociais (por exemplo; o João do Canto sempre foi ignorado e desprezado enquanto era pobre agricultor. Mas quando souberam que tinha recebido umas terras como herança,

passou a receber convites até de pessoas que desconhecia); Nalguns livros satirizo o poder político (como *Sentença de Cristo*, que se trata de uma sentença política; *Julgamento de Sócrates* (o filósofo) que se tratou, também de condenação política (Sócrates foi acusado por políticos democratas que acusavam Sócrates por causa das suas ideias Ou seja, quando havia mais liberdade foi quando Sócrates foi acusado por causa da liberdade!...); *Parlamento dos Pobres*, também constitui uma sátira ao poder político e àqueles que dizem “defender os pobres” mas, afinal, não querem acabar com os pobres (se o governo dos pobres acaba com os pobres, perde a sua base de apoio. Logo, há interesse em manter alguns pobres), etc.

III - A história como experiência

1. Considera que os seus livros trabalham e representam a história?

Que relação estabelece entre História, memória e passado?

“A história é a alma de um povo. Recordar e registar a vida da nossa terra é um modo de nos conhecermos”, como digo na Introdução da 1.^a edição do livro “*Campanário – a freguesia e sua gente*”.

Se não registamos os costumes, tradições o modo de viver, com o tempo as memórias perdem-se. Por exemplo, os moinhos onde as pessoas moíam o trigo, nos séculos passados eram essenciais e toda a gente os utilizava. Atualmente, alguns desapareceram, outros encontram-se em ruínas, e mais tarde as gerações futuras nada conhecerão, se não forem registadas.

As “contas de barqueiro” (pág. 90 da 2.^a edição de “*Campanário*”), nos dias de hoje ninguém as pratica. Eram símbolos que as pessoas, que não sabiam ler, utilizavam para a vida do dia a dia. Se estas histórias não foram registadas, mais tarde ninguém as conhecerá.

Há coisas que escrevi, que na altura pareciam banais, sem interesse. Todavia, já decorreram quase vinte anos; após vários anos tornam-se interessantes ver-se, como eram as vivências na altura.

2. A ficção de *a Filha de Tétis e Feiticeira da Terça / João do Canto* vem a ser, de alguma forma, uma correção ou revisão da história?

Qualquer forma de literatura é sempre uma forma de revisão da História

Um dos problemas que tive ao escrever a história da freguesia, em *Campanário – a freguesia e sua gente*, foram os poucos escritos sobre a freguesia nos séculos XV a XVIII. Em *João do Canto* tentei reconstituir ou refazer uma parte do séc. XIX. Ou seja, a partir dos factos conhecidos (como a revolta dos caseiros, que foi verdadeira), imaginar como seria a vida no campo na altura. Quando ocorreu a revolta dos caseiros em 1817 não existiam fotógrafos nem jornalistas a registar os pormenores do que se passava.

Ex. consta que foram encontradas ossadas numa gruta do Calhau. É compatível com a ideia de que, por vezes, lançavam marinheiros revoltosos ou por castigo eram abandonados em ilhas desconhecidas. Não há a certeza que se tenha verificado no Campanário, mas pode ter acontecido.

A ficção *Filha de Tétis*, de certo modo, remonta às origens da freguesia, tenta dar explicações que de outro modo não é possível chegar. Tenho ainda outros projetos sobre umas histórias ocorridas na freguesia nos séc. XVI e XVII.

3. Se respondeu à pergunta anterior, até que ponto tem a ficção legitimidade para dar essa nova versão dos factos?

A ficção histórica, de certo modo, reconstitui a realidade. Como aconteceu em *João do Canto*, a partir de factos conhecidos, tentamos dar vida e reconstituir a época.

Ao longo da História, sempre foi assim. A literatura, mesmo mitológica ou de ficção, baseou-se em factos e através destes conhecemos o espírito e mentalidade das civilizações.

IV - Sobre a escrita e a linguagem da literatura

[Onde é que o escritor se pronuncia acerca da escrita e dos seus instrumentos, das correções que ela exige e da inspiração; O processo criativo, o estilo, a representação literária que implicam].

1. Gostaria que falasse sobre a sua técnica literária, os seus procedimentos e rituais de escrita. A forma como escreve, o modo como corrige, entre outros.

Tento sempre que possível escrever de modo simples, preocupo-me mais com o conteúdo do que a forma.

Quando começo a escrever sobre um tema, começo por escrever despreocupadamente. Posteriormente, revejo, seleciono, recorto, altero, e assim faço várias revisões até à redação final.

O meu avô materno lia pouco e lembro-me um dia que, por curiosidade, me pediu que lesse o rótulo de um pesticida, para ver o que lá dizia. Ao ler eu não compreendi metade do texto, porque se tratava de linguagem técnica e científica. Na altura pensei: se eu tenho dificuldade em ler, de certeza que a maior parte dos agricultores, com a quarta classe ou menos, não compreenderão.

A minha mãe, gostava de quadras e poemas. Mas, por vezes, ao ler poemas nos jornais lamentava-se porque não percebia essa poesia.

Quando eu escrevo lembro-me destes exemplos e tenho **tentado que a linguagem seja o mais simples possível, evitando vocábulos difíceis.**

Escrevo, por regra, coisas de que gosto e, a maior parte, a pensar que as pessoas do campo as possam ler.

2. Considera que os seus livros são mais facilmente interpretáveis pelos seus conterrâneos, residentes de Campanário?

As pessoas que conhecem as localidades ou as pessoas citadas, assim como os costumes e expressões locais, certamente conhecem e interpretam melhor, principalmente os livros sobre a freguesia.

Por ex. Feiticeira da Terça, Terça é uma localidade à beira-mar, próximo da Capela da Glória. Ao falar-se do Caminho do Amiguinho e sítio da Terça, as pessoas da zona identificam logo ou mais facilmente.

3. Como ensaiou a escrita de *João do Canto, de Filha de Tétis e de Campanário A Freguesia*”?

O meu avô materno tinha algumas terras de colónia e deu algumas das suas terras próprias a um caseiro. Ou seja, ele era, simultaneamente, caseiro e senhorio. Vivi um pouco ainda o espírito da colónia. Ao escrever sobre este tema, achei que a Revolta dos caseiros, em 1817, era uma boa forma de

descrever e falar dos problemas dos caseiros e da exploração dos agricultores em geral a que eram submetidos.

Comecei a escrever partes da história e aos poucos fui compondo a versão final.

4. Quais são os problemas ou dificuldades que encontrou na escrita (das suas obras)? *O que não se regista agora não existirá no futuro.*

Ao escrever *Campanário – A freguesia e sua gente*, tive dificuldade em descrever os aspetos históricos da freguesia nos primeiros séculos, entre séc. XV e XVIII, dado os poucos registos dessa altura. Esse facto deu-me maior consciência de escrever sobre a atualidade, pois, daqui a 500 anos, certamente damos mais valor ao que fazemos agora. O que não se regista agora não existirá no futuro.

A dificuldade que mais noto é os aspetos técnicos da publicação.

Por exemplo: Um dia escrevi um texto, coloquei um pseudónimo e distribuí por algumas editoras e perguntei se estavam interessados na publicação:

- Uma editora perguntou quem eu era e qual o meu currículo; outra perguntou se eu tinha publicado algum livro e, se sim, qual; outra perguntou se eu tinha alguma entidade pública ou privada que ajudasse a pagar os custos da publicação; outra disse que nesse momento estavam ocupados, mais tarde iriam analisar, etc. Ou seja, perguntavam por situações que nada tinham a ver com o texto.

Apenas uma editora, mais tarde, mesmo sem saber nada de mim, respondeu a dizer que tinham lido o texto e que, se eu quisesse, estavam dispostos a publicar.

Vê-se por aqui que a preocupação das editoras é, essencialmente, comercial. Naturalmente, se gastam dinheiro na edição, querem ter a garantia de que irão recuperar o investimento, caso contrário, não querem publicar. O valor monetário sobrepõe-se ao valor literário das obras. Este passa para segundo plano.

Se uma obra tem valor literário, mas não é vendável, não será publicada. Se a obra não tem valor literário, mas é vendável, todas as editoras a aceitam.

V - Sobre género literário

[Onde o escritor se pronuncia sobre diversidades formais e outras singularidades da escrita literárias; Relações entre as obras].

1. Como vê a relação entre o romance, a ficção e a história?

Romance é mais abrangente, pode incluir ficção e história, como o que se passa no *João do Canto*. Ficção pode ser um modo de ver a história. História, propriamente dita, deve ser o mais objetiva possível, embora, todos saibamos que **a história constitui uma visão do historiador**.

Heródoto e os escritores da Antiguidade, habitualmente, explicavam os acontecimentos de acordo com as crenças e mitologia da época. Se determinado rei vencida a guerra era porque tinha tido apoio dos deuses. Se perdeu a guerra ou se surgiu uma catástrofe, é porque os deuses quiseram castigar o rei devido à sua má governação, etc.

Quando modernos historiadores descrevem os acontecimentos, necessariamente, olham para os seus pontos de vista: uns como lutas de classes, outros na perspectiva histórica, etc.

Por exemplo, quanto aos pontos de vista, se pedirmos a um costureiro, um sapateiro, um cabeleireiro que analisem um quadro de uma cena de mercado na Idade Média, o costureiro irá debruçar-se nos aspetos das roupas; o sapateiro irá salientar os tipos de sapatos de cada personagem; o cabeleireiro irá ver como as pessoas estão penteadas, etc. Ou seja, cada um valoriza conforme o seu interesse. A história é, de certo modo, filtrada pelos olhos de cada um. Na descrição dos factos, de certo modo, isto acontece. Consciente ou inconscientemente, cada um salienta os aspetos que lhe são mais familiares.

2. Qual é a relação que existe entre este *Filha de Tétis e Feiticeira da Terça, João do Canto e Campanário: A freguesia e sua gente?*

Todos dizem respeito às origens e história da freguesia.

Filha de Tétis e Feiticeira da Terça é essencialmente ficção, embora se baseie e interligue com a Odisseia de Homero (que menciona a Deusa Calipso vivia numas grutas na ilha Ogígia) e observações de R Henning (que diz que a Ilha Ogígia seria a Madeira).

João do Canto é ficção, embora numa perspetiva mais historicamente localizada e baseado em factos verdadeiros.

Campanário - a freguesia e sua gente é essencialmente monografia, tenta reconstituir a história e a vida da freguesia baseada em factos reais.

VI - Sobre a narrativa e o romance

[Como fala acerca da escrita narrativa. Onde se analisa a origem e o lugar das personagens nos romances. Os seus discursos. O testemunho histórico].

1. Porquê um romance (*João do Canto*) e não outra coisa qualquer?

Uma forma de valorizar a agricultura e a vida digna das pessoas simples.

Há muito tempo que desejava contar histórias sobre os problemas da agricultura, em especial à exploração a que os agricultores sentem. Lembrome que o meu avô, quando ia ao Mercado no Funchal e via a banana à venda a 2 escudos ao quilo, ficava furioso porque os intermediários no campo compravam a banana aos agricultores a 4 e 5 tostões ao quilo. Ou seja, no mercado estava à venda a 4 e 5 vezes mais. Os agricultores lutam o ano inteiro para terem a fruta e, em pouco tempo, os intermediários ganham a maior parte. O problema da colónia, sistema que cheguei a testemunhar, embora numa fase final do sistema. E, como disse acima, um dos meus avôs foi caseiro e, simultaneamente, senhorio.

Por outro lado, o terreno que meu avô tinha de colónia situava-se próximo do Canto, num local chamado “Terreno da fonte”, porque em tempos havia lá uma fonte, o que era sinal de muita sorte. Por tudo isto, achei que todos estes problemas (exploração agricultores, colónia, Canto, etc.) levaram-se a centrar as histórias nesse tema. Refira-se que no séc. XX havia um senhor conhecido por João do Canto no sítio da Pedra, embora o da minha história nada tenha a ver com ele. Por outro lado, a família de meu pai tinha uma mercearia no Canto, onde meu pai chegou, também, a trabalhar, antes de emigrar.

2. Os seus livros são motivados pela memória ou por outros aspetos?

Em primeiro lugar, eu escrevo coisas que gosto de ler. Uma das grandes preocupações é, na verdade, o registo para memória futura (ex: descrição

de costumes e tradições). Como disse acima, o que não se regista não existirá no futuro.

Outro aspeto são as sátiras sociais, pois, um modo de melhorar a sociedade é ridicularizar os aspetos de comportamentos abusivos da sociedade. O mesmo quanto às hipocrisias sociais (ex. no *João do Canto*, enquanto este era um caseiro pobre ninguém lhe dava importância. Mas quando souberam que tinha herdado uma terra, até recebia convites de pessoas desconhecidas).

3. Considerando alguma antevisão que tenha havido em relação à compleição da entrevista e após finalizá-la, quais são as conclusões a que chega, em relação ao proposto?

Principais pontos de influência

- **Minha mãe** - que escrevia quadras e pequenas peças de teatro que a própria representava.
- **Tema da emigração** - a maior parte da minha família emigrou, da parte de minha mãe, apenas minha mãe não emigrou, os outros dois irmãos e duas irmãs, todos emigraram. Assim como um pai e dois irmãos emigraram. Também estive quase a emigrar para “fugir” à guerra do ultramar (*Caminho da Vigia*, etc).
- O tema da **guerra do ultramar** também é abordado por várias vezes (*Caminho da Vigia*).
- Experiência da vida do campo, **em especial agricultura**. Meu avô materno era agricultor, vivi com ele muito tempo na infância assim como ajudava na agricultura (rega, vinha, bananeiras, etc.).
- Um dos meus avôs **era pescador** e calafate (reparava barcos de pesca), e quando era jovem, cheguei a pescar umas 3 ou 4 vezes no barco do Alpista, chamado “Deus me faça feliz”. Por isso, presenciei e ouvi e vivi histórias e lendas de pescadores, por vezes ficava na dúvida se eram realidade ou ficção.

ANEXO 2

Entrevista a Valter Hugo Mãe:

Damião: Gostaria de saber até onde é legítima a sua relação com a ilha da Madeira, e em específico, com a freguesia de Campanário.

Valter Hugo Mãe: Comecei por imaginar a Madeira como um jardim exuberante e pessoas sempre no verão. A primeira vez que visitei a ilha já teria talvez 32 anos e queria muito que fosse verdade aquilo que era visto nos cartões-postais. A primeira coisa que senti foi a perplexidade de ser muito mais verão do que no continente e de me parecerem as pessoas mais cheias de jantares em restaurantes e passeios de vistas longas. Fiquei muito maravilhado. Quis voltar o mais depressa possível. Curiosamente, uma das minhas grandes amigas mudou-se para o Funchal e passei a ter a impressão de que o mar todo encolhia porque as nossas conversas eram muito constantes, a proximidade grande e não dava mais para achar que a Madeira era de verdade ao longe. A ilha passou a estar no meu quotidiano através do espanto de ela ter sumariamente casado com um ilhéu e assumido que jamais voltaria ao continente. Mais tarde, talvez meio predisposto para gostar de quem é da Madeira, ou de quem é das ilhas, fiquei muito amigo de um rapaz de Campanário e acabei conhecendo a família. Num grupo de amigos, visitei a freguesia e fizemos grande festa. Foi muito engraçado estar no tempo dos arraiais e subir as encostas para entender como tantas casas são no inclinado do terreno, muito verticais, muito bravas para alguém que, como eu, tem vertigens. Não consegui mais ignorar Campanário e alguns dos seus lugares mais escondos. Quis voltar e ponderar acerca do que é viver num lugar vertical.

Damião: Existe alguma biblioteca genealógica de autores madeirenses?

Valter Hugo Mãe: Pois, não faço a mínima ideia. Devem existir registos acerca do nascimento das pessoas, sejam ou não autores. A mim, marcam bastante alguns autores madeirenses. Sou muito herbertiano e adoro Tolentino. Entre Herberto Helder, Tolentino Mendonça, António Aragão ou José Agostinho Baptista, julgo que encontramos muito do melhor que se escreveu no século XX e se vem escrevendo ainda no século XXI.

Damião: Muitos dos seus livros trabalham e representam questões humanas, sociais e, inclusive, filosóficas. Qual é a temática ou questão que lhe suscita Campanário?

Valter Hugo Mãe: Estou a trabalhar a fé e a resistência. Venho meditando sobre ilhas - a Islândia, o Japão, as ilhas Abaeté no Brasil, e agora a Madeira - e interessa-me a maneira como os diferentes povos se relacionam com o isolamento. Em Campanário interessa-me a vista do mar como num precipício e o assombro que parece redobrar a espiritualidade das pessoas. É muito típico das ilhas. Os ilhéus estão entregues a uma fé mais resistente e fervorosa. Os continentais têm uma fé cada vez mais cosmética, sem compromisso.

Damião: Em relação às diversidades formais e outras singularidades da sua escrita, como rege o seu desenvolvimento do romance acerca de Campanário?

Valter Hugo Mãe: Procuo deitar mão de alguns trejeitos de linguagem do lugar. Algumas expressões e formulações frásicas são absolutamente distintas das que usamos no continente, desde logo no norte, onde vivo. Gosto muito de como se colocam as palavras nas frases e de tantos vocábulos únicos na ilha. Estou, além disso, interessado em criar a minha própria poética, como em todos os livros. Quero trabalhar com algo que invento para adensar uma imagem específica das personagens e da trama.

Damião: Possui conhecimento histórico ou marcas representativas factuais acerca de Campanário? Se sim, pode indicar quais?

Valter Hugo Mãe: Conheço o lugar de bastantes visitas e de algumas leituras. Alguns textos monográficos e, sobretudo, recolho pequenas pistas de mil conversas. O que mais me tem enriquecido têm sido as falas das pessoas. A dona Luísa, mãe desse meu amigo de Campanário, acaba por ser o terreno mais fértil possível. O modo como espontaneamente conta sobre como as coisas eram e são pela freguesia já é uma literatura de valor incalculável.

Damião: Quais são os temas, valores, sentidos, símbolos e significados que identifica nas gentes de Campanário?

Valter Hugo Mãe: Campanário comporta-se muito como um não lugar. A impressão que tenho é a de que busca mostrar sua identidade, mas tem alguma dificuldade. Fica debaixo da importância da Ribeira Brava e olha demasiado para o Funchal, até porque lhe está tão próximo que talvez se renda com alguma facilidade. Eu gosto de reparar nos lugares que se duvidam a si mesmos. E adoro certa mitologia de Campanário. Adoro o estranho dos nomes, os apelidos informais e bizarros das famílias, a memória sempre nostálgica dos que partiram. Tenho trabalhado um pouco com isto.

Damião: Em relação à questão anterior, quais são os paralelos, adversidades, atributos negativos que encontra em Campanário?

Valter Hugo Mãe: Julgo que, em certa medida, ainda que terno e fascinante, o facto de o lugar se mostrar demasiado debaixo do maior apelo da Ribeira Brava e da exuberância do Funchal pode ser visto como uma ferida, um ponto negativo. Contudo, gosto dessa ferida. Há muita humanidade nessa forma de ser.

Damião: Tendo em consideração as duas últimas perguntas, como antevê o seu discurso no seu romance acerca de Campanário?

Valter Hugo Mãe: Estarei sempre a discursar sobre personagens de ficção. É o que faço. Escrevo sobre pessoas que não existem, são inventadas. De maneira que o Campanário será cenário, mas liberto. Não posso criar um compromisso absoluto com verdade alguma, seja histórica ou cultural. A verdade dos romances é sempre muito única, que diz respeito à experiência do livro. É uma licença poética.

Damião: Existe algum fenómeno, objeto ou local de Campanário que considere mítico, mágico ou surreal? Se sim, explique porquê.

Valter Hugo Mãe: Estou a mistificar o Buraco da Caldeira. Um esconso, como dizia acima, e gosto da ideia de inventar uma qualquer lenda para aquele estranho declive. Mais do que ir ao encontro dos factos, quero imaginar algo plausível, e depois misturar com a história recente da partida de tanta gente para países como a Venezuela ou a África do Sul. Tenho procurado criar um retrato dessas figuras que partem e, sobretudo, das que ficam mais ao abandono, sem saber se algum dia voltariam a ver os seus familiares.

ANEXO 3

Figuras e imagens (em grande escala)



Museu de Fotografia da Madeira
— Atelier Vicente's

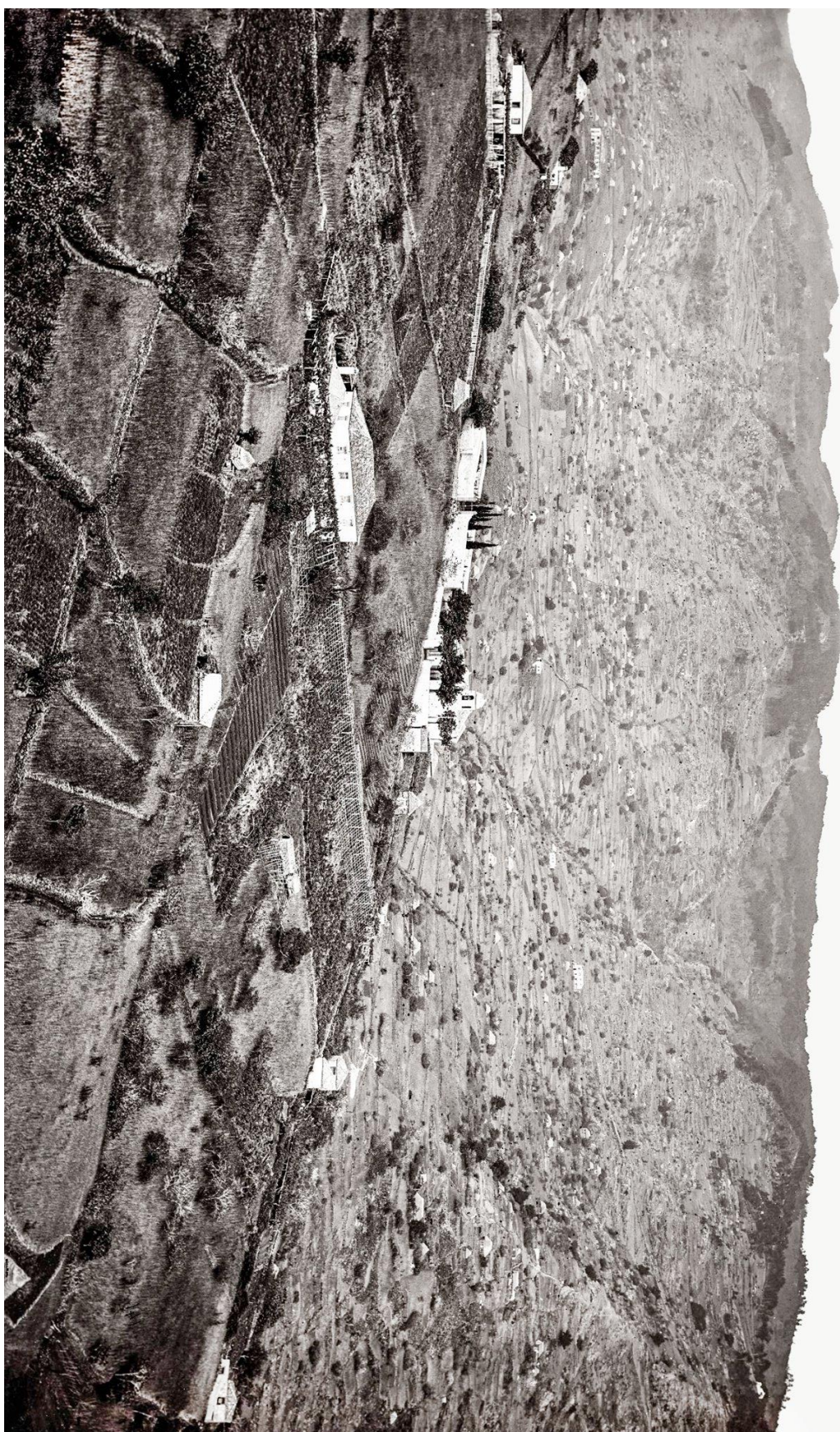
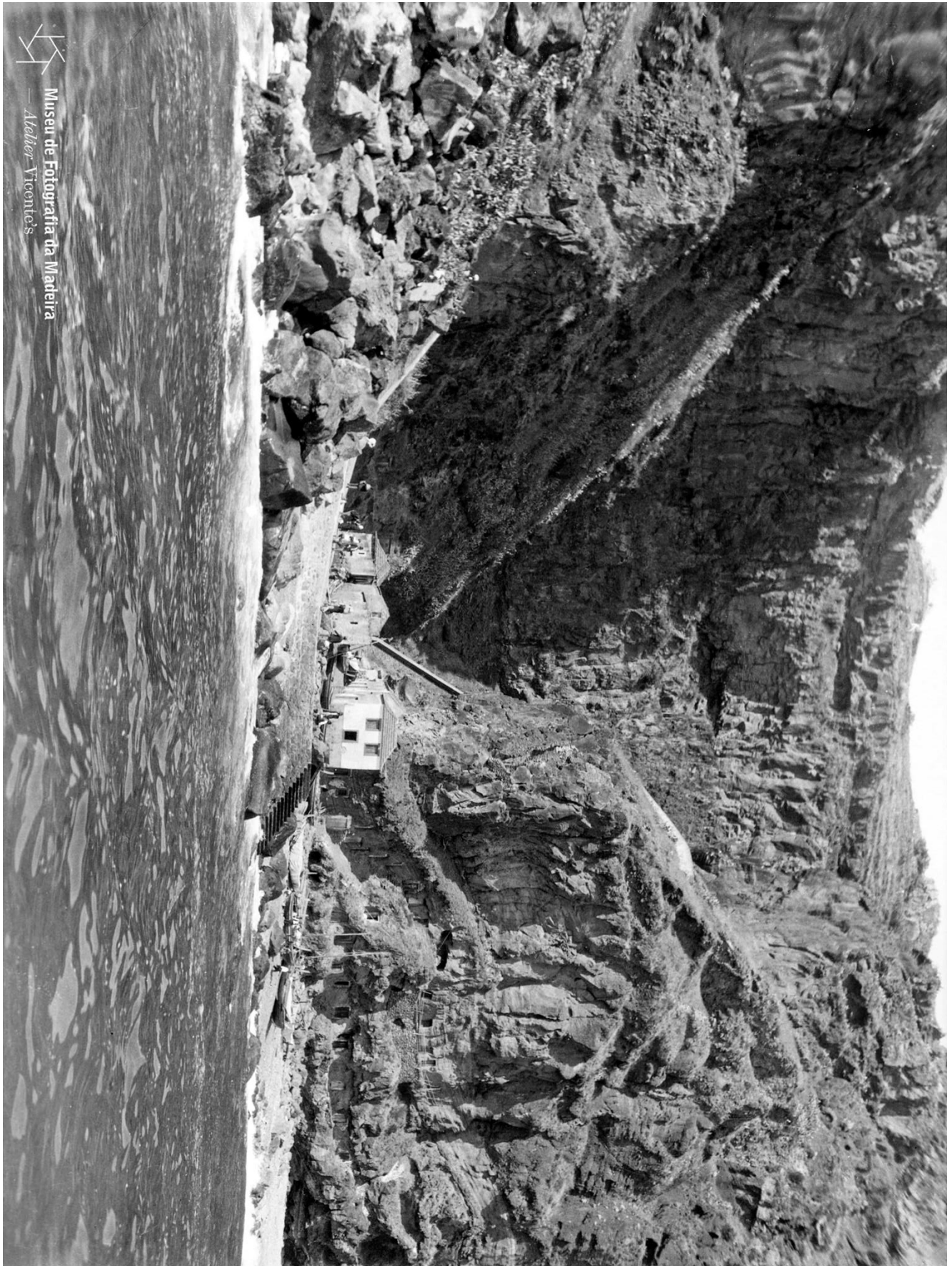


Figura 1. Foto de capa - Campanário antigamente com vista para a igreja matriz (s.d.). Obtida de Museu da Fotografia da Madeira - Atelier Vicente's



Figura 2. Caminhos Reais da Madeira - Carta corográfica de 1934. Obtida de <https://www.caminhoreal.pt>



Museu de Fotografia da Madeira
— Atelier Vicente's

Figura 3. Calhau da Lapa em 1944. Obtida de Museu da Fotografia da Madeira - Atelier Vicente's



Figura 4. Heráldica representativa da freguesia de Campanário. Obtida de <https://juntadefreguesiacampanario.pt/>



Figura 5. Castanheiro de grande dimensão da Achada de finais do séc. XIX/inícios do séc. XX. Obtida de Museu da Fotografia da Madeira - Atelier Vicente's



Figura 6. Canaveira entrançada da associação desportiva do Campanário de novembro de 2021

ANEXO 4

Alfabeto Fonético Internacional

Vogais Orais			
✱	[i]	vi	['vi]
✱	[e]	vê	['ve]
✱	[ɛ]	pé	['pɛ]
✱	[a]	pá	['pa]
✱	[ɐ]	para	[pɐrɐ]
✱	[ɐ]	de	[dɐ]
✱	[ɔ]	sol	['sɔ]
✱	[o]	pôr, sou	['por, 'so]
✱	[u]	tu	['tu]

Vogais Nasais			
✱	[ĩ]	sim	['sĩ]
✱	[ɛ̃]	penete	['pɛ̃tɛ]
✱	[ɐ̃]	romã, banco	[ɾu'mɛ̃, 'bɛ̃ku]
✱	[õ]	põe, ponte	['põ, 'põ̃tɛ]
✱	[ũ]	atum	[ɛ'tũ]

Semivogais ou glides orais e nasais							
✱	[j]	pai	['pai]	✱	[j̃]	mãe	['mɛ̃j̃]
✱	[w]	pau	['paw]	✱	[w̃]	cão	['kɛ̃w̃]

Consoantes			
✱	[p]	pá	['pa]
✱	[b]	bem	['bɛ̃]
✱	[t]	tu	['tu]
✱	[d]	dou	['do]
✱	[k]	cacto	['katu]
✱	[g]	gato	['gatu]
✱	[f]	fé	['fɛ]
✱	[v]	vê	['ve]
✱	[s]	sabe, passo, caça	['sabi, 'pasu, 'kase]
✱	[z]	casa, azar	['kaze, ɛ'zar]
✱	[ʃ]	chave	['ʃavɛ]
✱	[ʒ]	já	['ʒa]
✱	[m]	mão	['mɛ̃w̃]
✱	[n]	não	['nɛ̃w̃]
✱	[ɲ]	venho	['vɛɲu]
✱	[l]	lá	['la]
✱	[ʎ]	valha	['vaʎɛ]
✱	[r]	caro	['karu]
✱	[ʀ]	carro	['karu]

8. Obtido de http://cvc.instituto-camoes.pt/cpp/acessibilidade/capitulo2_1.htm. Acedido a 22 de agosto de 2022